



*O papel das organizações da
economia social no acolhimento de
pessoas migrantes cabo-verdianas na
Área Metropolitana de Lisboa*

Ellen Da Cruz

07/2026

07/2026

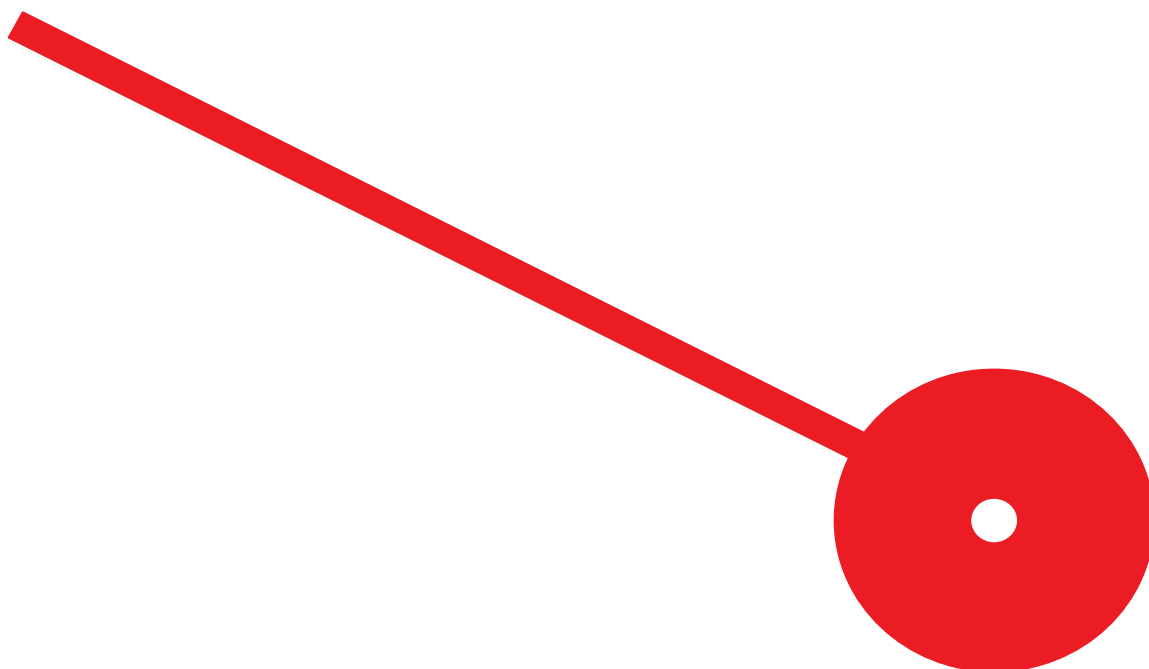




O papel das organizações da economia social no acolhimento de pessoas migrantes cabo-verdianas na Área Metropolitana de Lisboa

Ellen Da Cruz

Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto para a obtenção do grau de Mestre em práticas empresariais e jurídicas da economia social, sob orientação de Ana Luísa Martinho e co-orientado por Joana S. Marques.



Dedicatória

*Dedico esta dissertação à minha família, pelo apoio
e pela confiança que sempre depositaram em mim.*

*Dedico também a todas as pessoas migrantes
que saíram dos seus países em busca de melhores condições de vida.
E, de forma especial, à diáspora cabo-verdiana, cuja resiliência e coragem me
inspiram profundamente.*

*Dedico ainda às associações, que mesmo com poucos recursos, fazem o máximo para
responder às necessidades das comunidades de pessoas migrantes.*

Agradecimentos

Concluir esta dissertação é mais do que a realização de um sonho; representa a concretização de um percurso marcado por desafios que enfrentei desde o início da minha trajetória académica. Ser a primeira pessoa da minha família a obter um diploma do ensino superior é, para mim, uma conquista imensa. A maior realização que levo deste mestrado é poder ser um exemplo para as minhas irmãs, mostrar-lhes que tudo é possível quando se tem fé e quando, do nosso lado, existem pessoas que acreditam em nós e nos apoiam.

Agradeço primeiramente a Deus, pela força, proteção e presença constante em todos os momentos. Agradeço também à minha família, que, mesmo enfrentando dificuldades, nunca hesitou em ajudar-me. A minha perseverança vem das minhas irmãs, Raissa e Larissa, que, apesar da distância e dos quase dez anos separadas, sempre estiveram comigo. À minha mãe, que me criou sozinha e que, mesmo com o receio de ver-me partir para o mundo sozinha, apoiou todas as minhas decisões, deixo o meu agradecimento profundo.

Expresso igualmente gratidão à minha orientadora, Professora Doutora Ana Luísa Martinho, e à coorientadora Joana Marques. Desde o primeiro contacto, quando sugeri trabalhar sobre a comunidade cabo-verdiana, acolheram a proposta com entusiasmo, orientaram-me com rigor e paciência e possibilitaram a concretização deste trabalho. Por fim, agradeço ao meu namorado Soares, que foi o meu porto seguro ao longo deste processo. Esteve ao meu lado quando tudo parecia desmoronar e quando a ansiedade me consumia. Esse apoio foi essencial para que eu não desistisse.

A cantora Cesária Évora, na interpretação de uma das suas mais emblemáticas mornas, dá voz a uma realidade vivida por grande parte dos cabo-verdianos: a dor da partida e a saudade que acompanha quem emigra:

Quem mostra 'bo ess caminho longe?

Quem mostra 'bo ess caminho longe?

Ess caminho pa São Tomé.

Sôdade sôdade sôdade dess nha terra Cabo Verde...

(Ribeiro & Jorge, 2011, p. 282)

Resumo:

Nesta dissertação investiga-se o papel das Organizações da Economia Social (OES) no acolhimento de pessoas migrantes cabo-verdianas na Área Metropolitana de Lisboa (AML), integrando tanto a perspectiva de representantes das OES como a visão de um especialista em migrações. Portugal, historicamente reconhecido como um país de emigração, tornou-se, nas últimas décadas, um país de destino. Destaca-se a importância histórica e sociológica dessas comunidades cabo-verdianas, uma das mais antigas e expressivas no contexto migratório nacional.

A forte presença da comunidade cabo-verdiana na AML impulsionou a criação de redes comunitárias sólidas, compostas sobretudo por associações ativas e outras formas de organização social, que desempenham um papel central no acolhimento e integração de recém-chegados, nomeadamente por meio de apoios jurídicos, mediação cultural, informação sobre os direitos e acompanhamento psicossocial.

A partir de uma abordagem qualitativa, foram realizadas entrevistas com dez profissionais das OES e com um especialista em migrações. A investigação procura compreender as ações desenvolvidas por estas organizações, a sua capacidade de mobilização de recursos, os desafios enfrentados e o impacto das suas intervenções na vida das pessoas migrantes.

Os resultados indicam que, apesar das adversidades e limitações estruturais, as OES desempenham um papel essencial na promoção da inclusão social, funcionando como mediadoras entre as pessoas migrantes, as instituições públicas e outras entidades da sociedade civil. Conclui-se que estas organizações são fundamentais na resposta a necessidades que o Estado, muitas vezes, não consegue alcançar, oferecendo intervenções mais eficazes, culturalmente adequadas e ajustadas às necessidades específicas das comunidades migrantes.

Palavras-chave:

Migrações; Organizações da Economia Social; Migração cabo-verdiana; Acolhimento e Integração; Área Metropolitana de Lisboa; Associativismo migrante.

Abstract:

This dissertation investigates the role of Social Economy Organizations (SEOs) in welcoming Cape Verdean migrants to the Lisbon Metropolitan Area (LMA), incorporating the perspectives of both SEO representatives and a migration expert. Historically recognized as a country of emigration, Portugal has, in recent decades, become a destination country. The study highlights the historical and sociological significance of these Cape Verdean communities, which constitute one of the oldest and most prominent groups within the national migration landscape.

The strong presence of the Cape Verdean community in the AML has fostered the creation of solid community networks, composed mainly of active associations and other forms of social organization, which play a central role in welcoming and integrating newcomers, particularly through legal support, cultural mediation, information on rights, and psychosocial assistance.

Using a qualitative approach, interviews were conducted with ten SEO professionals and with a migration specialist. The research seeks to understand the actions developed by these organizations, their capacity to mobilize resources, the challenges they face, and the impact of their interventions on the lives of migrants.

The results indicate that, despite adversities and structural limitations, SEOs play an essential role in promoting social inclusion, acting as mediators between migrants, public institutions, and other civil society entities. The study concludes that these organizations are fundamental in addressing needs that the State often fails to meet, providing interventions that are more effective, culturally appropriate, and tailored to the specific needs of migrant communities.

Key words:

Migration; Social Economy Organizations; Cape Verdean Migration; Reception and Integration; Lisbon Metropolitan Area; Migrant Associativism.

Índice geral

Introdução	1
Capítulo I – Revisão da literatura e enquadramento teórico, institucional e empírico	4
1 Enquadramento teórico-conceitual: Migrações	5
1.1 Migração, Imigração e Emigração.....	5
2 Enquadramento institucional e normativo das migrações	8
3 Enquadramento documental e estatístico	11
4 História da Migração Cabo-Verdiana	13
4.1 Relação migratória entre CV e Portugal	15
4.1.1 Migração cabo-verdiana para Portugal: principais fases	15
4.1.2 Estatísticas das migrações entre CV e Portugal.....	18
5 O papel da sociedade civil	20
5.1 A Economia Social em Portugal: Conceitos e Formas Jurídicas.....	23
5.2 Regularização, acolhimento, integração, inclusão.....	25
5.3 Economia social e migrações: contributos no acolhimento e integração ...	27
6 Papel do associativismo migrante.....	28
6.1 Regime jurídico das associações de imigrantes em Portugal	30
6.2 Associativismo cabo-verdiano em Portugal	33
Capítulo II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	37
7 Desenho e metodologia de investigação.....	38
7.1 Desenho de investigação e abordagem.....	38
7.2 Objetivos de investigação	39
7.3 Questão de investigação	40
7.4 Os primeiros passos: o primeiro contacto com as associações.....	41
7.5 Técnicas e instrumentos de recolha de dados	42
7.6 Percurso metodológico da análise de conteúdo	44
Capítulo III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	47
8 Caracterização geral	48
8.1 Caracterização do(a)s entrevistado(a)s	48
8.2 Caracterização das associações	51
9 As iniciativas promovidas pelas OES no acolhimento de imigrantes cabo-verdianos	65
9.1 Acolhimento na prática.....	65
10 As estratégias utilizadas pelas OES para promover a integração social, económica e cultural	69
10.1 Serviços e estratégias mobilizadas	69
10.2 Direitos e contexto político.....	73

11	Os principais desafios enfrentados pelas OES durante o processo de inclusão	81
11.1	Redes de suporte e papel comunitário	82
11.2	Desafios e dinâmicas internas.....	86
12	Impacto das alterações legislativas em matéria de migração no acolhimento e integração	90
12.1	Perspetivas sobre legitimação, confiança e representatividade	90
12.2	Comparação e boas práticas	95
13	A Perspetiva do especialista sobre o Associativismo Cabo-verdiano	100
13.1	Entrevista ao especialista.....	100
13.2	Papel das associações cabo-verdianas na integração.....	101
13.3	Principais desafios dos cabo-verdianos que imigram para Portugal	102
13.4	Fatores determinantes para uma integração bem-sucedida	103
13.5	Contributo das associações cabo-verdianas para o acolhimento e integração	104
13.6	Práticas mais eficazes no apoio a recém-chegados	105
13.7	Fragilidades no funcionamento das associações	106
13.8	Relação entre associações cabo-verdianas, Estado e autarquias	107
13.9	Alterações legislativas em matéria de migrações	108
13.10	Importância das redes comunitárias cabo-verdianas na AML.....	109
13.11	Mudanças estruturais essenciais para melhorar o ecossistema de acolhimento	110
	Capítulo IV – CONCLUSÕES	112
	Referências bibliográficas	118
	Apêndices.....	126
	Apêndice I – Guião de Entrevista Semiestruturada	127
	Apêndice II – Consentimento Informado para Participação em Entrevista.....	130
	Apêndice III – Guião de Entrevista Semiestruturada com o especialista	132

Índice de Tabelas

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO TERRITORIAL DAS ASSOCIAÇÕES CABO-VERDIANAS (ACM,2023).....	35
TABELA 2: SISTEMA DE CATEGORIZAÇÃO DAS DIMENSÕES, CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE ANÁLISE DE CONTEÚDO	45
TABELA 3: CARACTERIZAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES E DOS ENTREVISTADOS	52
TABELA 4: RESPOSTAS E ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ASSOCIAÇÕES.....	55
TABELA 5: NÚMERO DOS SÓCIOS POR ASSOCIAÇÃO CABO-VERDIANA	61
TABELA 6: PÚBLICO-ALVO POR ASSOCIAÇÃO.....	63
TABELA 7: ENTENDIMENTOS DE "BOAS PRÁTICAS" SEGUNDO OS ENTREVISTADOS.....	97

Lista de siglas e abreviaturas

ACIDI — Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural

ACM — Alto Comissariado para as Migrações

AIMA — Agência para a Integração, Migrações e Asilo

AML — Área Metropolitana de Lisboa

BCV — Banco de Cabo Verde

BM — Banco Mundial

CV — Cabo Verde

DR — Diário da República

E — Entrevistado(a)

EUA — Estados Unidos da América

IOM — International Organization for Migration (Organização Internacional para as Migrações)

INE — Instituto Nacional de Estatística

INEM — Instituto Nacional de Emergência Médica

LBES — Lei de Bases da Economia Social

NAO — National Audit Office

OES — Organizações da Economia Social

OE — Objetivo Específico

OG — Objetivo Geral

ONG — Organização Não Governamental

PALOP — Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PSP — Polícia de Segurança Pública

Q — Questão

SEF — Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

UE — União Europeia

O movimento migratório — nacional ou internacional — intensificou-se nas últimas décadas e continua, tal como no passado, a ser um dos principais motores de transformação económica, social, política e ambiental. Embora Portugal seja historicamente reconhecido como um país de emigração, tornou-se, nas últimas décadas, um país de destino, acolhendo diversas pessoas de várias regiões do mundo (Góis & Marques, 2018). Essa mudança no fluxo migratório tem aumentado a diversidade e a complexidade demográfica, dinamizado a economia e enriquecido a diversidade cultural. Por isso, é amplamente reconhecido que, sem a imigração, Portugal teria hoje uma capacidade produtiva significativamente menor, geraria menos valor económico e seria um país ainda mais envelhecido e socialmente mais frágil (Góis & Marques, 2018).

A escolha das Organizações da Economia Social (OES), que trabalham diretamente com as comunidades cabo-verdianas, justifica-se pela importância histórica e sociológica dessas comunidades no contexto migratório português. Cabo Verde (CV) constitui uma das diásporas mais antigas e expressivas em Portugal, com um fluxo migratório contínuo desde a década de 1960 — inicialmente associado ao recrutamento laboral e, mais tarde, ao reagrupamento familiar e à mobilidade dentro do espaço europeu (Batalha & Carling, 2008).

A forte presença da comunidade cabo-verdiana na AML impulsionou a criação de redes comunitárias sólidas, compostas sobretudo por associações ativas e outras formas de organização social, que desempenham um papel central no acolhimento e integração de recém-chegados. Estas estruturas oferecem apoios jurídicos e informação sobre os direitos e, em muitos casos, acompanhamento na área da saúde mental (Góis et al., 2019). A importância destas organizações torna essencial compreender de que modo atuam, que práticas desenvolvem e como influenciam os processos de integração das pessoas migrantes.

A presente investigação, desenvolvida no âmbito do mestrado, tem como objetivo principal compreender a relevância do papel das OES no acolhimento de pessoas migrantes cabo-verdianas na (AML), observando as suas atividades, práticas, desafios e as intervenções que influenciam as comunidades de pessoas migrantes.

O estudo organiza-se em quatro capítulos. O Capítulo I apresenta o enquadramento teórico e conceptual, dividindo-se em quatro subcapítulos principais articulados de forma progressiva e complementar. Num primeiro momento, introduzem-se as bases teóricas, as terminologias fundamentais, as normas e os principais dados estatísticos sobre a migração. Em seguida, aborda-se a longa trajetória migratória cabo-verdiana e a relação histórica entre (CV) e Portugal. O terceiro subcapítulo reúne a revisão da literatura dos conceitos centrais, no qual se pretende definir e compreender os conceitos de sociedade civil e economia social. Por fim, o capítulo analisa o associativismo migrante, com especial atenção ao caso cabo-verdiano.

O Capítulo II apresenta a metodologia do estudo, de natureza qualitativa, descrevendo o processo de recolha de dados e a análise de conteúdo realizada a partir de entrevistas semiestruturadas aplicadas a profissionais das OES e a um especialista em migrações.

O Capítulo III é dedicado à análise e discussão dos resultados. Nele são exploradas as categorias empíricas emergentes — caracterização dos entrevistados e das associações, estratégias de acolhimento e integração, desafios e dinâmicas internas, bem como as perspetivas sobre a legitimação e o futuro.

Por último, o Capítulo IV apresenta as conclusões do estudo, as suas limitações e propostas para futuras investigações, destacando-se a relevância das OES no processo de acolhimento e integração de pessoas migrantes nas sociedades de acolhimento.

CAPÍTULO I – REVISÃO DA LITERATURA E ENQUADRAMENTO TEÓRICO, INSTITUCIONAL E EMPÍRICO

1 Enquadramento teórico-conceitual: Migrações

A migração é um fenómeno complexo e multifacetado, que não possui um conceito legal universalmente aceite. Como destacado por Nolasco (2016, p. 2), *“a ausência de definições claras e a diversidade de categorias migratórias utilizadas, juntamente com a dificuldade de quantificar as deslocações, são obstáculos à elaboração de diagnósticos que permitam, numa escala global, conhecer e desenvolver políticas adequadas sobre a realidade de um dado momento e lugar”*. Essa carência conceptual reflete a necessidade de uma análise mais crítica e fundamentada, uma vez que *“o conceito de ‘migração’, bem como as suas derivações, banalizaram-se ao ponto de, em muitas circunstâncias, serem assumidos de forma acrítica e simplista, com a consequência de reduzir a complexidade do fenómeno migratório a um simples movimento de pessoas”* (2016, p. 1).

Deste modo, o presente enquadramento debruça-se sobre os principais contributos conceptuais e institucionais que permitem compreender as migrações contemporâneas. No ponto 2 aborda-se o enquadramento institucional e normativo das migrações, que compõe juridicamente a mobilidade humana. No ponto 3 analisa-se o panorama documental e estatístico que caracteriza o fluxo migratório em larga escala. No ponto 4 aprofunda-se a história da migração cabo-verdiana, evidenciando as diferentes faces desse fenómeno. No ponto 5 exploram-se os conceitos de sociedade civil, acolhimento, integração e inclusão social. Por último, no ponto 6, trata-se da compreensão do papel do associativismo migrante, abordando o regime jurídico das associações de pessoas migrantes em Portugal e a trajetória histórica do associativismo cabo-verdiano no país.

Este enquadramento teórico é essencial para preparar o terreno para a análise do papel das OES no acolhimento e integração de pessoas migrantes cabo-verdianas na AML.

1.1 Migração, Imigração e Emigração

A migração é um fenómeno presente na história da humanidade desde a antiguidade, sendo mencionada em textos antigos, como por exemplo a Bíblia. Apesar da percepção de que este fenómeno seja recente, a deslocação de populações sempre existiu. Contudo, foi apenas no século XIX que a migração começou a ser registada em maior escala em todo o mundo. A partir desse período, milhões de pessoas passaram a cruzar fronteiras em

busca de melhores condições de vida, fugindo de guerras, perseguições, crises económicas ou desastres naturais (Brzozowski, 2012; Góis et al., 2019).

A migração pode ser entendida como um processo dinâmico e bidirecional, que engloba tanto a imigração — a entrada num país diferente daquele de origem — como a emigração — a saída do país de nacionalidade ou de residência habitual. Trata-se de um fenómeno complexo que envolve o movimento de pessoas através de fronteiras geográficas, culturais e políticas, afetando tanto os países de destino como os países de origem. Além disso, influencia dimensões económicas e sociais em ambos os contextos.

Do ponto de vista do país anfitrião, a imigração refere-se ao ato de uma pessoa se deslocar para um país diferente do seu país de origem ou nacionalidade, passando o país de chegada a constituir a sua nova residência habitual. Ou seja, a imigração não corresponde apenas a uma passagem temporária, mas implica uma mudança efetiva na residência habitual.

Para o país de origem, a emigração é a ação de deixar o país de nacionalidade ou de residência habitual para se estabelecer noutro país, de modo que o país de destino se torne efetivamente a nova residência habitual (IOM, 2019). Ambas as dimensões são mutuamente dependentes e devem ser analisadas em conjunto, pois cada movimento migratório estabelece relações entre origem e destino, perda e construção, partida e chegada.

Perante esta diversidade conceptual sobre a migração e as suas subcategorias, a maioria das definições sobre o tema converge na ideia de deslocação de seres humanos no espaço e no tempo, envolvendo a mudança do local de residência, apesar da existência de variações nos critérios de distância e de duração (Nolasco, 2016). Everett Lee entende as migrações como qualquer movimento que envolve a mudança de residência permanente ou semipermanente, independentemente da distância, podendo corresponder tanto a deslocações dentro de um mesmo bairro como a movimentos para fora do país. (Lee, 1966, citado em Nolasco, 2016). Já para William Petersen, a migração é o movimento relativamente permanente de pessoas ao longo de uma distância “significativa”, definindo o período mínimo de um ano como critério; abaixo desse período, o movimento seria considerado apenas como uma visita (Petersen, 1968, citado em Nolasco, 2016).

Numa leitura histórica e macroestrutural, a migração acompanha a integração dos territórios na economia mundial. Nos países menos desenvolvidos, os movimentos migratórios integram as dinâmicas da mundialização, podendo assumir um papel particularmente relevante, por vezes mais intenso do que “os fluxos de investimento direto estrangeiro (IDE), de comércio ou de tecnologia” (Ramos, 2012, p. 64).

De acordo com Haas et al. (2020, p. 3):

“(...) as migrações não são fenómenos isolados: os movimentos de mercadorias, capital e ideias quase sempre dão origem a movimentos de pessoas, e vice-versa. O intercâmbio cultural global, facilitado por melhorias nos transportes e pela proliferação de meios de comunicação impressos e eletrónicos, também pode aumentar as aspirações migratórias ao difundir imagens e informações sobre a vida e as oportunidades em outros lugares.”

A duração do movimento e a distância percorrida não são suficientes para explicar a diversidade das realidades migratórias. Para preencher essa lacuna, deve-se acrescentar a dimensão social, uma vez que apenas as deslocações que produzem efeitos sociais podem ser consideradas movimentos migratórios (Nolasco, 2016).

Numa perspetiva de transformação social, “as migrações internacionais são uma das principais forças de transformação social em todas as regiões do mundo” (Castles, 2005; Castles et al., 2010, citados em Ramos, 2012, p. 65). Segundo Góis et al. (2019), a migração corresponde à deslocação de pessoas de um local de residência para outro, podendo ocorrer dentro das próprias fronteiras nacionais ou entre diferentes Estados. Já a migração internacional constitui “uma categoria jurídica, política e social distinta, (...) as pessoas se movimentam de um Estado-nação no qual são cidadãs com os direitos e proteções por ele conferidos, para outros países onde os direitos e proteções de nacionalidade, de acesso à proteção social, e de identidade comum (...)” são diferentes (2019, p. 12).

A migração internacional é classificada como um dos fatores-chave na mudança global (Haas et al., 2020). Este movimento distingue-se por estar sujeito ao “sancionamento político” dos Estados envolvidos no sistema migratório, o que altera de forma

significativa o modo como os fatores económicos e sociais se traduzem em mobilidade efetiva, tornando os “*processos migratórios interestatais*” particularmente específicos (Nolasco, 2016, p. 5).

No âmbito deste estudo, opta-se por uma definição operacional de migração (internacional) como sendo o movimento ou a deslocação que provoca a mudança de residência habitual para outro país, tendo em conta a variabilidade dos critérios de duração e distância, realçando as dimensões social e jurídico-política, dado que os movimentos interestatais dependem de regimes de entrada, permanência e acesso a direitos (Nolasco, 2016; Góis et al., 2019).

As migrações devem ser compreendidas como fenómenos históricos, estruturais e multifacetados, diretamente ligados às dinâmicas de mundialização/globalização e aos fluxos de bens, capitais e ideias, sendo simultaneamente moldadas pelas desigualdades e pelos enquadramentos político-institucionais. No âmbito das migrações internacionais, a intervenção do Estado confere especificidade ao processo, influenciando as trajetórias de mobilidade, os estatutos e as condições de integração e inclusão. Este enquadramento é fundamental para a compreensão dos seguintes tópicos: o papel desempenhado pelas OES no acolhimento e na integração de pessoas migrantes, mais especificamente das de origem cabo-verdiana na AML.

2 Enquadramento institucional e normativo das migrações

A Organização Internacional para as Migrações (IOM, 2024b), define a migração internacional como um fenómeno amplo e multifacetado que abrange aspetos económicos, sociais, culturais e políticos, envolvendo países e pessoas em todo o mundo.

A mobilidade humana encontra-se respaldada juridicamente a nível internacional através do artigo 13.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que consagra a liberdade de movimento, estabelecendo que “*toda a pessoa tem o direito de livremente circular e escolher a sua residência no interior de um Estado*” e que “*todos têm o direito a abandonar qualquer país, incluindo o seu próprio, e de voltar a seu país*” (Organização das Nações Unidas, 1978). Este princípio reforça que a migração não deve ser vista

apenas como um fenómeno social ou económico, mas também como um direito humano fundamental, garantido a todos os seres humanos.

Para além do quadro geral de direitos consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, existem outros instrumentos jurídicos internacionais que complementam o enquadramento normativo da mobilidade humana. No caso da migração forçada, destacam-se a Convenção de 1951 e o Protocolo de 1967 (Organização das Nações Unidas, 1951), que definem a proteção internacional e os princípios da não discriminação, da não penalização e da não devolução. No âmbito laboral, a Convenção Internacional de 1990 (ONU, 1990) estabelece direitos específicos de natureza laboral e social.

Já no contexto europeu, a gestão do asilo e da proteção internacional é estruturada por um quadro comum — *Sistema Europeu Comum de Asilo* (Apirp, 2022) — e por normas e orientações produzidas pelas instituições da União Europeia (EU). Combinados, estes instrumentos demonstram que as políticas e os regimes aplicáveis variam entre pessoas migrantes, refugiados/requerentes de asilo e trabalhadores migrantes, com consequências diretas no acesso a direitos, serviços e percursos de integração.

Martinho e Topa (2025, p. 11) destacam alguns instrumentos de orientação política que moldam as abordagens contemporâneas das migrações:

- “*O Action plan for refugee and migrant health in the WHO European Region 2023—2030 - World Health Organization Regional Office for Europe;*
- *O Pacto Europeu sobre Migração e Asilo - Comissão Europeia;*
- *O Pacto Global para Migração Segura, Ordenada e Regular - Nações Unidas;*
- *O Action Plan on the Integration of Third-Country Nationals - Comissão Europeia;*
- *A Agenda Europeia da Migração - Comissão Europeia.*”

Já no plano nacional português, as mesmas autoras destacam igualmente alguns documentos estruturantes que orientam a ação pública em matéria de acolhimento e integração de pessoas migrantes (2025, p. 11):

- “*O Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, de 20 de agosto),*

nomeadamente a Portaria n. 183/2020, de 5 de agosto acerca dos cursos de Português Língua de Acolhimento;

- *O Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020*
- *A Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação - 2018-2030 ‘Portugal + Igual’*”.

Neste sentido, o Plano Estratégico para as Migrações 2015–2020 reconhece cinco desafios particularmente decisivos para a política migratória portuguesa:

- i. o combate transversal ao défice demográfico e o equilíbrio do saldo migratório;
- ii. a consolidação da integração e capacitação das comunidades imigrantes residentes em Portugal;
- iii. a inclusão dos novos nacionais;
- iv. a resposta à mobilidade internacional, através da internacionalização da economia portuguesa, na perspetiva da captação de migrantes e da valorização das migrações e do talento;
- v. o acompanhamento da emigração portuguesa, através do reforço dos laços de vínculo e do reforço das condições para o regresso e reintegração de cidadãos nacionais emigrados (Resolução do Conselho de Ministros, 2015).

Importa referir, contudo, que o enquadramento da migração se encontra atualmente em atualização, na sequência da aprovação, em 2024, do novo Plano de Ação para as Migrações. Este documento redefine prioridades e instrumentos de intervenção, reforçando a articulação política de acolhimento, integração e gestão dos fluxos migratórios, pretendendo responder de forma mais eficaz aos desafios contemporâneos. O plano estrutura-se em quatro grandes eixos de atuação: imigração regulada; atração de talento estrangeiro; integração humana que funciona; reorganização institucional (Presidência do Conselho de Ministros, 2024).

O enquadramento institucional e normativo das migrações deriva da articulação entre referenciais internacionais, europeus e nacionais, definindo categorias jurídicas, direitos, deveres e dispositivos de acolhimento e integração. Estes instrumentos condicionam as oportunidades, os desafios e os constrangimentos enfrentados pelas pessoas migrantes e pelas organizações que lidam com elas no quotidiano, orientando a intervenção das instituições públicas e das OES no apoio a estes grupos.

3 Enquadramento documental e estatístico

No último relatório de migração internacional realizado pela IOM (2024), estima-se que 3,6% da população mundial estava migrada em 2020 (ou seja, 281 milhões de migrantes internacionais em todo o mundo). O trabalho continua a ser o principal fator impulsionador da migração internacional, associado à procura de melhores condições de vida. Contudo, os dados do mesmo relatório demonstram que a maioria dos migrantes não advém dos países mais pobres, mas sim de Estados com níveis médios ou elevados de desenvolvimento humano (IDH).

No que diz respeito à composição demográfica, a IOM identifica que a maioria dos migrantes internacionais eram homens (146 milhões), enquanto as mulheres correspondiam a 135 milhões, registando-se ainda 28 milhões de menores entre os migrantes internacionais (IOM, 2024b).

Contudo, verifica-se que a definição de migrantes internacionais varia em função dos enquadramentos jurídicos, políticos, demográficos ou outros. Ao contrário das estatísticas já apresentadas, o *Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2023* (Banco Mundial) optou por uma definição mais restrita do que a da Comissão de Estatística das Nações Unidas (IOM), ao excluir dos dados os indivíduos que adquiriram cidadania no país de destino. Assim, os números sobre migrantes internacionais diminuem, registando-se 184 milhões de migrantes internacionais.

É importante notar que os números globais de migração internacional refletem um acúmulo de eventos ao longo de muitas décadas, mas representam ainda apenas uma pequena minoria da população mundial. Permanecer no país de nascimento continua a ser a norma predominante, já que, em 2020, apenas 3,6% da população mundial vivia fora do seu país de origem — o que significa que mais de 96% das pessoas permanecem no país onde nasceram. Isto confirma que a grande maioria das mobilidades ocorre dentro das fronteiras nacionais (IOM, 2024).

O Banco Mundial (BM) destaca que as disparidades de rendimento entre países, a falta de oportunidades nos países de origem e os efeitos das mudanças demográficas (como por exemplo o envelhecimento populacional e o crescimento da população em idade ativa

nos países em desenvolvimento) são os principais fatores que impulsionam a migração (BM, 2023). Para além dos fatores demográficos e económicos, os conflitos armados, as perseguições políticas e religiosas e os impactos das mudanças climáticas têm tido uma contribuição particularmente significativa para os fluxos migratórios a nível global. A migração forçada, que pode ocorrer mediante pedidos de asilo, tem registado um aumento nos últimos anos, com quase 6 milhões de pessoas deslocadas forçadamente devido a conflitos, guerras, perseguições e desastres naturais (IOM, 2024b).

Conforme o *Relatório Mundial sobre Migração 2024*, a invasão em larga escala da Ucrânia pela Federação Russa, em 2022, sinalizou uma rutura na ordem internacional, descrita como “o fim abrupto de 30 anos de globalização e da cooperação internacional que a sustentava”. As consequências desse conflito, bem como de outros que decorrem atualmente no mundo, repercutem não apenas na Europa, mas também em escala global, afetando a segurança alimentar, energética e o multilateralismo.

Para além das estimativas globais já apresentadas, a IOM utiliza os dados sobre país de origem (nascimento) e país de destino (residência) para determinar os chamados “corredores” de migração bilateral. O “corredor” reflete o número de pessoas nascidas no país A que residem no país B num determinado momento. *“Os corredores de migração representam um acúmulo de movimentos migratórios ao longo do tempo e oferecem um apanhado de como os padrões de migração evoluíram para populações nascidas no exterior em países de destino específicos”* (IOM, 2024b, p. 4).

Entre os maiores corredores migratórios, destaca-se o corredor México–Estados Unidos, o maior do mundo (11 milhões de pessoas), com um fluxo que se mantém estruturalmente elevado ao longo do tempo. Seguem-se os corredores entre a República Árabe da Síria e a Türkiye¹, e entre a Federação Russa e a Ucrânia — exemplos que traduzem dinâmicas de crise e deslocação forçada.

Os dados e relatórios internacionais que retratam a migração internacional demonstram que, embora seja um fenómeno que representa uma parcela reduzida da população mundial, tem efeitos significativos nas sociedades de origem e de destino. Além disso, o

¹ Türkiye é a designação oficial adotada pelo Estado turco e reconhecida pela ONU desde 2022; contudo, em português, a forma “Turquia” continua a ser a mais utilizada.

fenómeno é moldado por desigualdades, dinâmicas demográficas e episódios geopolíticos dos países envolvidos. Contudo, esses dados devem ser interpretados com prudência, devido à variação das definições adotadas e das fontes utilizadas pelas instituições que estudam estes movimentos.

Ainda assim, a evidência converge na identificação de fatores estruturais — económicos, demográficos, ambientais e geopolíticos — que afetam os padrões e as intensidades dos fluxos, bem como na utilidade de indicadores como a composição demográfica e os “*corredores*” migratórios para compreender as dinâmicas de origem–destino.

Este enquadramento geral permite contextualizar a secção seguinte, dedicada ao aprofundamento da migração cabo-verdiana, com foco em Portugal e na AML, preparando a análise do papel das OES no acolhimento e na integração de pessoas migrantes cabo-verdianas.

4 História da Migração Cabo-Verdiana

O arquipélago de CV terá sido descoberto em 1460 por navegadores italianos e portugueses. A ilha de Santiago revelou-se a mais adequada para a instalação humana, razão pela qual o povoamento se iniciou ali em 1462 (Governo de Cabo Verde, 2025). Sendo um Estado insular da África subsaariana, CV é formado por dez ilhas e alguns ilhéus no Atlântico, com uma população estimada de 520.500 habitantes a residir em nove das dez ilhas (BM, 2025). Segundo o BM, em 2024, CV registou um crescimento económico de 7,2%, impulsionado pelo turismo — que representa cerca de 25% do seu PIB — e pela recuperação da atividade agrícola.

Estima-se que o número de cabo-verdianos na diáspora seja hoje o dobro do número de residentes nacionais: cerca de 700.000 cabo-verdianos vivem no exterior, principalmente nos Estados Unidos (260.000) e na Europa, incluindo aproximadamente 100.000 pessoas em Portugal (IOM, 2026).

Devido à sua localização estratégica nas rotas marítimas que ligavam a Europa, a África e o Brasil, o arquipélago funcionou, ao longo dos séculos, como ponto de paragem obrigatória para o comércio e abastecimento dos navios, assumindo um papel relevante

no tráfico de pessoas escravizadas para o Brasil. Desde muito cedo, CV tornou-se um espaço de circulação e redistribuição de pessoas, bem como de espécies vegetais e animais. Com o fim do tráfico de pessoas escravizadas e o agravamento das condições climáticas — marcado por longos períodos de seca — o arquipélago entrou num período de declínio, passando a depender de uma economia frágil e essencialmente orientada para a subsistência (Governo de Cabo Verde, 2025).

Neste contexto, a história da migração cabo-verdiana é marcada por uma continuidade secular que antecede em muitas décadas a independência do país, ocorrida em 1975. Pode-se afirmar que o cabo-verdiano “nasceu migrante”, uma vez que a emigração constitui um dos fenómenos mais antigos e estáveis da sociedade cabo-verdiana (Góis, 2006).

A dispersão da população cabo-verdiana inicia-se a partir de meados do século XV, primeiro através da emigração forçada, ligada ao tráfico de pessoas escravizadas, e, num segundo momento, entre os séculos XVIII e XIX, por meio de emigração espontânea, como resposta às privações sentidas pela população do “*arquipélago do Sahel*” (Góis, 2006, p. 23).

Contraditoriamente, no início da sua história, CV começou por ser terra de imigração, pois à época da sua descoberta era uma terra desabitada que recebeu colonos, comerciantes e pessoas escravizadas. Este processo de povoamento inicial deu origem, após séculos de adaptação, a uma sociedade que viria a ser conhecida como “sociedade crioula”, caracterizada por uma identidade única e própria — nem europeia, nem africana — marcada pela mestiçagem cultural e social (Góis, 2006).

Segundo o mesmo autor, pode-se dividir a história da emigração espontânea de CV em três grandes ciclos:

- **Primeiro ciclo (1900–1920):** o fluxo migratório dirige-se sobretudo para os Estados Unidos da América (EUA), fomentado por contratos de trabalho nos navios baleeiros, mas também para São Tomé e Príncipe e outras colónias portuguesas, como Angola e Guiné-Bissau.
- **Segundo ciclo (1927–1945):** regista-se uma redução das saídas para os EUA devido a leis restritivas de imigração; assim, a corrente emigratória é desviada

para países como Brasil, Argentina, Senegal e Gâmbia, mantendo-se ativa a migração dentro do império colonial português.

- **Terceiro ciclo (pós-II Guerra Mundial até 2006):** verifica-se uma intensificação da emigração para países europeus (Portugal, França, Luxemburgo, Itália, Suíça, Espanha, Alemanha, Holanda), acompanhada pela reativação da corrente migratória para os EUA, retomando redes iniciadas no primeiro ciclo.

Entre os países europeus, Portugal destaca-se como núcleo central, devido à sua ligação histórica, cultural e linguística com CV. Nesse contexto, formam-se comunidades e redes migratórias e familiares que, ao longo do tempo, facilitam a mobilidade, a fixação, a integração e a inclusão na nova sociedade.

4.1 Relação migratória entre CV e Portugal

A história migratória e as tradições unem CV e Portugal: *“a emigração cabo-verdiana para Portugal terá certamente começado ainda no século XVI ou XVII, pouco tempo após o início do povoamento das ilhas do arquipélago de Sahel”* (Góis, 2008b, p. 12). Esta relação histórica ajuda a compreender por que razão Portugal é o destino central da diáspora cabo-verdiana, em articulação com redes familiares e comunitárias que sustentam a mobilidade e a fixação.

Segundo Góis (2019), a transformação demográfica portuguesa das últimas décadas alterou profundamente o lugar da imigração no país. Até há cerca de quarenta anos, Portugal era sobretudo um país de emigração, com uma presença imigrante pouco expressiva. Contudo, entre o regresso de muitos portugueses e a chegada de centenas de milhares de estrangeiros, o país tornou-se também um destino de imigração, adquirindo uma composição populacional mais diversa e complexa. O autor sublinha ainda que, sem os fluxos migratórios, Portugal seria hoje um país significativamente mais reduzido, mais pobre e mais envelhecido.

4.1.1 Migração cabo-verdiana para Portugal: principais fases

Pode-se estabelecer três fases distintas da emigração de CV para Portugal (Góis, 2008b):

1.ª fase: recrutamento laboral no contexto colonial (décadas de 1960 até 1974/75)

A primeira fase concentra-se na década de 1960, quando Portugal, à semelhança de outros países europeus, iniciou uma política de recrutamento de mão-de-obra de substituição nas suas colónias, para suprir as necessidades decorrentes da saída de trabalhadores portugueses para outros países da UE e da mobilização para a guerra colonial.

A primeira geração de imigrantes cabo-verdianos foi trabalhar sobretudo na construção civil, nas obras públicas e na área da mineração. Inicialmente, estabeleceram-se na zona metropolitana de Lisboa, no Algarve e na margem sul do Tejo.

No início, as pessoas migrantes eram maioritariamente jovens em idade ativa; posteriormente, com o reagrupamento familiar, a comunidade cabo-verdiana em Portugal feminizou-se, destacando-se as mulheres cabo-verdianas no trabalho doméstico. Assim se inicia a construção de redes sólidas que, ao longo do tempo, facilitaram o acolhimento das gerações seguintes.

2.ª fase: pós-independência e reconfiguração dos fluxos (a partir de 1975)

Na segunda fase, a rede migratória iniciada nos anos de 1960 amplia-se ainda mais, com a chegada de novos cabo-verdianos a Portugal, na sequência da independência de CV em 1975. Este movimento migratório das ex-colónias para Portugal incluiu colonos portugueses, funcionários da administração colonial e refugiados. Nesse contexto, vários cabo-verdianos com nacionalidade portuguesa migraram para Portugal.

Com as redes de apoio já existentes na AML e no Algarve, as pessoas recém-chegadas estabeleceram-se maioritariamente nessas zonas. Após a independência do seu país de origem, muitos cabo-verdianos que viviam nas ex-colónias portuguesas (Guiné-Bissau, Angola, Moçambique, Timor, Macau e São Tomé e Príncipe), onde desempenhavam funções administrativas ou militares, regressaram a CV. Posteriormente, vários desses migrantes voltaram a reemigrar para destinos como os EUA, Brasil, França, Holanda ou África do Sul, beneficiando da nacionalidade portuguesa.

Contudo, é difícil contabilizar com precisão os números destes movimentos migratórios ao longo deste período, dada a diversidade de trajetórias, estatutos e contextos de saída.

3.ª fase: fluxos laborais, reagrupamento familiar e irregularidade (décadas de 1980 em diante)

A terceira fase inicia-se nos anos de 1980 e caracteriza-se pelo predomínio dos fluxos laborais internacionais e pelo reagrupamento familiar. Como refere Góis, *“os outrora migrantes inter-regionais cabo-verdianos (e trabalhadores inter-regionais convidados) transformaram-se, por decreto, em imigrantes laborais, muitos dos quais entram no país como turistas e ingressam na clandestinidade, ou permanecem numa situação irregular a partir desse momento”* (2008, p. 16).

No setor laboral, repetem-se as mesmas funções já desempenhadas anteriormente pelos conterrâneos que se encontravam em Portugal, tornando-se estas a principal fonte de rendimento dos recém-chegados. Assim, os cabo-verdianos concentram-se, geralmente, em nichos laborais de baixo rendimento e com reduzida mobilidade ascendente. Mesmo após longos períodos de residência em Portugal, muitos continuavam em situação irregular e a trabalhar de forma clandestina.

Quase 90% dos imigrantes cabo-verdianos concentraram-se na AML, seguida pelo Algarve, e com menor presença em cidades como Porto, Braga, Coimbra e no litoral alentejano. A consolidação destas comunidades contribuiu para a perceção de que Portugal se tornou uma “ilha adicional” do arquipélago migratório cabo-verdiano, na medida em que nelas se recriam práticas culturais e sociais do país de origem.

A maioria das pessoas migrantes recém-chegadas nessa época instalou-se em bairros de lata improvisados, que, com o aumento contínuo de construções precárias, rapidamente se transformaram em “*guetos*”. Deste processo resultaram diversos problemas sociais, incluindo discriminação, racismo e fenómenos associados ao tráfico e consumo de drogas (Veiga, 2012).

“Nos anos 90, os emigrantes caboverdianos estão longe de serem um grupo homogéneo (...). Dois problemas surgem (...):

- a) A desintegração social de um vasto número de jovens nascidos em Portugal, mas que não se identifica com o mesmo, nem com CV.*
- b) O alojamento condigno que tarda em aparecer para milhares de caboverdianos, que continuam a viver em habitações degradadas ou improvisadas (barracas)”* (Fontes, 1995, citado em Veiga, 2012, p. 13).

Encontram-se cabo-verdianos em todo o território português; contudo, a maior parte concentra-se nas regiões de Amadora, Lisboa, Sintra e Loures (Lopes, 2012). A opção

por centralizar a análise deste estudo na AML justifica-se pela sua centralidade histórica e cultural enquanto principal território de fixação da comunidade cabo-verdiana em Portugal — desde antes da independência de CV — e pela concentração de serviços e recursos institucionais ligados ao acolhimento e à integração.

É também neste espaço que se localiza uma parte significativa do associativismo cabo-verdiano, tornando a AML particularmente relevante para observar práticas de apoio, mediação e construção de redes.

4.1.2 Estatísticas das migrações entre CV e Portugal

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (INE) de CV, são considerados emigrantes “(...) *todos os indivíduos não recenseados em CV, mas que residiam no país e partiram para o exterior nos últimos cinco anos antes do Censo, ou seja, no período compreendido entre 16/6/2016 e 15/6/2021*” (INE, 2021, p. 13).

O último censo realizado pelo INE, em 2021, verificou que, no período de cinco anos que antecedeu o recenseamento, a população de emigrantes cabo-verdianos foi de 17.961 indivíduos, dos quais 8.514 homens (47,4%) e 9.447 mulheres (52,6%). Observa-se uma ligeira diminuição de 936 indivíduos relativamente ao censo de 2010 (que contabilizava 18.987 emigrantes).

Portugal é o principal país de destino dos emigrantes cabo-verdianos, correspondendo a 61,9% da população migrante segundo o censo de 2021, seguido pelos Estados Unidos (17,8%), França (6,6%), Senegal (2%) e Brasil (2%). Quanto aos motivos da emigração, os resultados do mesmo censo indicam que a maioria parte para estudar (39,6%), seguida do agrupamento familiar (23,4%), do trabalho (20%) e da saúde (9,4%).

Do lado português, os dados administrativos compilados no *Relatório de Migrações e Asilo 2024* (Agência para a Integração, Migrações e Asilo – (AIMA, 2025) indicam que a comunidade cabo-verdiana permanece entre as mais representativas. CV ocupa a quinta posição entre as comunidades estrangeiras residentes em Portugal, com mais de 65 mil imigrantes (AIMA, 2025). Contudo, é necessária prudência na interpretação destes dados, pois não traduzem a verdadeira dimensão da diáspora cabo-verdiana em Portugal: não incluem pessoas em situação documental irregular; nem contabilizam os cabo-verdianos que adquiriram nacionalidade portuguesa ao longo das últimas décadas.

Historicamente, perante diversas crises alimentares, económicas e sociais — como a falta de emprego e as secas prolongadas — a emigração constituiu uma oportunidade de melhoria das condições de vida para milhares de cabo-verdianos. Neste contexto, as remessas enviadas pela diáspora assumem particular relevância, constituindo um recurso fundamental para as famílias que permanecem no país. Como refere Dias (2012, p. 36), *“as remessas financeiras são altamente importantes para a economia do país no sentido direto de custear necessidades básicas, mas também no sentido de mobilização de negócios locais, que por sua vez, geram empregos”*.

Segundo o Banco de Cabo Verde (BCV), tem-se registado um aumento constante das remessas dos emigrantes, atingindo um recorde de 31.634 milhões de CVE em 2022. Em 2023 verificou-se uma ligeira redução, correspondendo a 12% do PIB, enquanto em 2022 representavam 13% do Produto Interno Bruto (PIB) (BCV, 2024).

As remessas contribuem para reduzir o défice da balança corrente do arquipélago e são essenciais para o equilíbrio económico de muitas famílias. Portugal é o principal país de origem das remessas enviadas para CV. Em termos per capita, CV está entre os dez países recetores de remessas monetárias provenientes de Portugal, considerando apenas os fluxos formais registados² (Góis et al., 2019).

A relação migratória entre CV e Portugal é, assim, histórica e duradoura. Para CV, a saída de emigrantes foi — e continua a ser — crucial para as famílias e para a economia, especialmente num país marcado por secas prolongadas e episódios de fome após a independência. Por outro lado, Portugal necessitava de mão-de-obra, devido ao envelhecimento da população e à saída de portugueses para outros países da UE.

² Os dados estatísticos sobre as remessas não são fiáveis, pois as estatísticas oficiais só consideram os canais oficiais de transferência monetária. Não tendo em conta os mecanismos informais de transferências de dinheiro construídos em redes de comércio transnacional e de entregas em mão, aproveitando visitas a migrantes, amigos e familiares. Segundo o Banco Central de Cabo Verde os altos custos das transferências de remessas podem explicar as o fato de essas não serem feitas de pelos canais oficiais ou de serem enviadas através dos canais informais (Góis et al., 2019). <https://arquivo.animar-dl.pt/documentacao/pdf/108-migracoes/3279-casa-comum-migracoes-e-desenvolvimento-em-portugal>

Neste processo, consolidaram-se em Portugal comunidades cabo-verdianas com forte enraizamento territorial, especialmente na AML. Contudo, persistem desafios relevantes de integração, associados à habitação, inserção laboral e aos percursos de inclusão dos descendentes. É neste cenário que as OES, em especial as associações cabo-verdianas, assumem um papel estratégico:

- no acolhimento dos conterrâneos;
- na mediação entre imigrantes, Estado e instituições;
- e na construção de redes de apoio comunitário.

Compreender as suas práticas, contributos e limitações torna-se, assim, fundamental para analisar o ecossistema de integração da comunidade cabo-verdiana em Portugal.

5 O papel da sociedade civil

Do ponto de vista histórico, o termo *sociedade civil* surgiu inicialmente em contraponto ao conceito de Estado. Bobbio (1982, p. 26) sublinha que, ao contrário do Estado — que possui uma longa tradição — a noção de sociedade civil procede de Hegel e reaparece sobretudo no âmbito da teoria marxista da sociedade.

Ao longo do tempo, o conceito de sociedade civil tem sido objeto de diversas interpretações, variando conforme os contextos culturais, políticos e sociais. De acordo com vários investigadores ocidentais, existem discordâncias quanto à sua conceptualização; contudo, tanto na América como nos Estados europeus, observa-se a tendência de compreender a sociedade civil como uma “*rede de instituições de origem privada e de finalidade pública*” (Henriques, 2003, p. 135).

Segundo Fernandes (2016), antes da modernidade as organizações sociais eram representadas sobretudo por igrejas, guildas ou redes de parentesco. Com a modernidade, estas organizações e os movimentos sociais passaram a integrar de forma central a esfera política. O autor define sociedade civil como “*o conjunto de associações voluntárias existentes a dada altura num regime político*” (2016, p. 16).

Existem diversos tipos de organizações sociais: igrejas, clubes desportivos, meios de comunicação, associações empresariais, movimentos e grupos políticos, sindicatos,

organizações não governamentais, comissões de moradores, organizações de defesa dos direitos humanos, associações recreativas, associações mercantis e comerciais, de produtores, de patrões, ordens profissionais e câmaras de comércio (Fernandes, 2016; Henriques, 2003).

Esta variedade demonstra que a sociedade civil não é homogênea, mas sim plural e multifacetada, tanto nas suas missões e formas de atuação como nas suas personalidades jurídicas. Abrange associações, fundações, cooperativas, misericórdias, grupos informais e outras entidades da economia social, cada uma contribuindo de forma distinta para o espaço público e para a ação coletiva.

A sociedade civil é, portanto, um conceito multívoco, suscetível a diversas interpretações moldadas pelos contextos teóricos e históricos. Tendo em conta essa diversidade, Jensen (2006), apresenta três propostas para compreender o conceito, com base em quatro autores: Nancy Rosenblum, Robert Post, John Dunn e Adam Seligman.

1) Perspetiva contratualista (John Locke / John Dunn)

Inspirada na tradição contratualista de Locke, esta proposta entende que a sociedade civil nasce quando os indivíduos renunciam à capacidade de agir por conta própria — prevista na lei natural — e transferem esse poder para uma autoridade comum, constituindo um corpo político organizado.

John Dunn argumenta que o conceito lockeano é mais consistente do que outras interpretações, defendendo que a sociedade civil “*é o remédio histórico para os inconvenientes do estado de natureza*”, oferecendo leis vigentes, juízes imparciais e mecanismos eficazes de aplicação (Jensen, 2006, p. 45)).

2) Perspetiva pluralista (Nancy Rosenblum e Robert Post)

Para estes Rosenblum e Post, a sociedade civil é:

“(...) o domínio da vida social que, quando visto sob a perspectiva do governo, é caracterizado por identidades plurais e particularistas. (...) A sociedade civil é uma zona de liberdade para os indivíduos se associarem com outros e para grupos moldarem as suas normas, articularem os seus propósitos e determinarem por si mesmos a estrutura interna da autoridade e identidade do grupo” (Jensen, 2006, p. 41).

Nesta perspetiva, a sociedade civil é necessariamente plural, composta por cidadãos que formam variadas associações com objetivos e valores diversos.

3) Perspetiva ética e pública (Adam Seligman)

Seligman entende a sociedade civil como um espaço público e ético onde os interesses individuais e privados são conciliados com os bens sociais e públicos. É o espaço onde se resolve a *“relação problemática entre o privado e o público, o indivíduo e o social, a ética pública e os interesses individuais, as paixões individuais e as preocupações públicas”* (Jensen, 2006, p. 44).

Teixeira (2001) sublinha que o estudo contemporâneo da sociedade civil emergiu das lutas contra o autoritarismo e pela redemocratização nas décadas de 1970 e 1980, no Leste Europeu, na Europa Ocidental e na América Latina. Parafraseando Gramsci, define sociedade civil como *“o conjunto de organizações responsáveis pela elaboração e difusão das ideologias pelas quais as classes buscam exercer a hegemonia”* (2001, p. 42).

O mesmo autor defende que a sociedade civil se estrutura a partir de três direitos fundamentais:

- **reprodução cultural** — liberdade de pensamento, imprensa;
- **integração social** — liberdade de associação e reunião;
- **socialização** — privacidade, intimidade, inviolabilidade;
- **direitos económicos e políticos** — propriedade, trabalho, contrato e direitos políticos e sociais (2001, p. 45).

O conceito de sociedade civil é frequentemente utilizado como sinónimo de *terceiro setor*. Segundo Franco et al. (2005), vários termos podem designar este campo:

- setor social;
- instituições de solidariedade;
- organizações sem fins lucrativos;
- economia social e/ou solidária;
- organizações não governamentais;
- terceiro setor;
- terceiro sistema;
- economia alternativa;

- setor das organizações da sociedade civil.

Face à diversidade de conceptualizações, esta investigação centra-se no campo da economia social, circunscrevendo-se ao conjunto de organizações e redes de iniciativa privada e finalidade pública que atuam fora do Estado e do mercado, promovendo participação, solidariedade e defesa de interesses coletivos socialmente relevantes (Fernandes, 2016; Henriques, 2003). Esta definição é particularmente adequada para analisar as organizações ligadas ao acolhimento e integração de pessoas migrantes, dada a sua capacidade de prestar apoio direto, mediar relações com serviços e instituições e mobilizar recursos e dinâmicas comunitárias.

O conceito de *terceiro setor*, conforme definido pelo governo britânico, refere-se a um conjunto de organismos não governamentais guiados por princípios e valores, que reinvestem os seus lucros para atingir objetivos culturais, sociais e ambientais (NAO, 2009). Como refere o *National Audit Office* (NAO) (2009, p. 5), “*O termo é utilizado para distinguir essas organizações dos outros dois setores da economia: o setor público («governo») e o setor privado («empresas»)»*”.

A CIVICUS (2024) lançou a 13.^a edição do relatório *State of Civil Society 2024*, que identifica tendências globais relativas à sociedade civil em 2023. Segundo este relatório, uma em cada seis pessoas no mundo estão expostas a algum tipo de conflitos e mais de 114 milhões de pessoas encontram-se deslocadas. Em 2023 o número de mortes por conflitos registou um aumento de 62%, assim atingindo o seu nível mais elevado em décadas. Contudo, simultaneamente, as despesas militares globais atingiram o valor recorde de 2,2 bilhões de dólares.

5.1 A Economia Social em Portugal: Conceitos e Formas Jurídicas

O termo *economia social* é amplamente utilizado no contexto da UE e tem ganho crescente relevância em Portugal, embora mais recentemente tenha sido alargado para “economia social e solidária” ou simplesmente “economia solidária”. “*Embora as definições de economia social variem, geralmente referem-se a organizações que fornecem bens e serviços públicos e operam num espírito de solidariedade e partilha*” (Franco et al., 2005, p. 8).

Contudo, é importante distinguir o conceito de economia social do setor da sociedade civil ou setor não lucrativo. Uma diferença relevante é que o conceito de economia social inclui, de forma consistente, mutualidades e cooperativas, enquanto algumas delimitações do setor não lucrativo excluem parcial ou totalmente estas entidades, por admitirem a distribuição de excedentes/benefícios aos seus membros (Franco et al., 2005). Assim, a economia social configura-se como um universo institucional mais preciso e juridicamente estruturado.

Em Portugal, o reconhecimento constitucional deste setor encontra-se no artigo 82.º da Constituição da República Portuguesa (CRP - Artigo 82.º, 2005), que consagra a estrutura económica do país organizada em três setores:

1. setor público;
2. setor privado;
3. setor cooperativo e social (economia social).

Este último compreende especificamente:

- a) meios de produção possuídos e geridos por cooperativas, em obediência aos princípios cooperativos;
- b) meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais;
- c) meios de produção objeto de exploração coletiva por trabalhadores;
- d) meios de produção possuídos e geridos por pessoas coletivas sem caráter lucrativo, com objetivo principal de solidariedade social, incluindo entidades mutualistas.

Em 2013 foi aprovada a Lei n.º 30/2013, de 8 de maio, conhecida como Lei de Bases da Economia Social (LBES), representando um marco fundamental na consolidação jurídica e política do setor cooperativo e social em Portugal. O país tornou-se o segundo da Europa a aprovar uma lei de bases para este setor, após Espanha (Meira, 2013).

A lei reconhece a economia social como parte integrante da estrutura socioeconómica nacional, ao lado dos setores público e privado, conforme previsto na CRP. Define a economia social como:

“o conjunto das atividades económico-sociais, livremente levadas a cabo pelas entidades (...), que têm por finalidade prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente,

quer através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes” (Assembleia da República, 2013).

No artigo 4º do mesmo diploma são enumeradas as organizações que integram a economia social em Portugal: a) cooperativas; b) associações mutualistas; c) misericórdias; d) fundações; e) instituições particulares de solidariedade social não abrangidas pelas alíneas anteriores; f) associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local; g) entidades abrangidas pelos subsectores comunitário e autogestionário, integrados nos termos da Constituição no sector cooperativo e social; h) outras entidades dotadas de personalidade jurídica, que respeitem os princípios orientadores da economia social previstos no artigo 5.º da presente lei e constem da base de dados da economia social.

As entidades que integram a economia social possuem autonomia e desenvolvem as suas atividades de acordo com um conjunto de princípios orientadores. Entre estes, destaca-se a primazia das pessoas e dos objetivos sociais sobre o capital; a adesão e participação livre e voluntária; a gestão democrática dos órgãos associativos; e a harmonização entre os interesses individuais dos associados, utilizadores ou beneficiários e o interesse coletivo.

Adicionalmente, estas entidades guiam-se por valores de solidariedade, igualdade e não discriminação, coesão social, justiça e equidade, transparência, responsabilidade individual e social partilhada e subsidiariedade. A sua gestão deve ser independente face ao poder público e a outras entidades externas, garantindo a autonomia organizacional.

Por último, os excedentes são aplicados na prossecução dos fins das entidades da economia social, de acordo com o interesse geral, observando-se, todavia, as especificidades próprias de cada tipo de entidade, tal como reconhecido constitucionalmente.

Feito o enquadramento das bases jurídicas e organizacionais da economia social em Portugal, importa compreender de que forma estas entidades intervêm concretamente no acolhimento e integração de populações migrantes.

5.2 Regularização, acolhimento, integração, inclusão

Neste estudo, assume-se que regularização, acolhimento, integração e inclusão são conceitos distintos, embora interligados, correspondendo a diferentes fases do percurso migratório.

A **regularização** constitui uma oportunidade de inserção social e representa, sobretudo, a necessidade de escapar “(...) à exclusão social e a viver e trabalhar clandestinamente” (Horta et al., 2010, p. 53). Trata-se do primeiro passo para que as pessoas migrantes possam contribuir plenamente para a sociedade portuguesa. Concluído o processo de regularização, as pessoas migrantes encontram-se no caminho para a cidadania portuguesa (Góis et al., 2019).

O **acolhimento**, por sua vez, “revela a convicção (ou desejo) de que as intervenções específicas para imigrantes respondam a uma necessidade transitória ou temporária” (Horta et al., 2010, p. 123). Corresponde ao momento inicial de orientação, informação e apoio, destinado a responder às necessidades mais urgentes das pessoas migrantes no momento da chegada.

A **integração** refere-se a um processo gradual de inserção das pessoas com experiência migratória nos vários domínios da sociedade de acolhimento — saúde, emprego, educação, habitação, entre outros. Góis et al. (2019) assinalam que a integração nem sempre se traduz em inclusão, sendo desejável que estratégias de integração de curto prazo conduzam a processos de inclusão social de longo prazo.

A **inclusão social** implica garantir igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, bem como igualdade de acesso a serviços e oportunidades — educação, alojamento, saúde e outros recursos essenciais. A inclusão não se confunde com assimilação; deve ser entendida como uma integração baseada na solidariedade, num processo que requer compromisso e envolvimento da sociedade de acolhimento, comunicação clara de direitos e deveres e participação informada dos serviços públicos, utilizadores e comunidade em geral (Góis et al., 2019).

Compreender estes conceitos é fundamental para analisar o papel das OES no apoio a pessoas migrantes cabo-verdianas, em particular na AML.

5.3 Economia social e migrações: contributos no acolhimento e integração

Na conjuntura migratória, as entidades da economia social em Portugal — como associações, fundações, misericórdias e outras organizações com fins de solidariedade e desenvolvimento local — assumem um papel central na resposta a necessidades sociais e na promoção da coesão comunitária (Franco et al., 2005; Meira, 2013). Para além da sua diversidade organizacional, estas entidades destacam-se pela proximidade às comunidades e pela capacidade de mobilizar recursos locais, formais e informais, o que lhes permite responder de forma ágil às necessidades emergentes das pessoas migrantes.

Esta flexibilidade é particularmente relevante num contexto em que, como sublinham Góis et al. (2019), as pessoas com experiência migratória se deparam com múltiplos constrangimentos, especialmente no acesso a serviços e instituições, “(...) incluindo a falta de capacidade de prestação de serviços, a falta de formação específica, procedimentos desatualizados, burocracia desnecessária e fraca comunicação entre os prestadores de serviço e intra-serviço disponível, além das barreiras linguísticas” (2019, p. 39).

Apesar destes constrangimentos, as entidades da economia social assumem um papel **complementar**, por vezes **compensatório**, em relação às instituições públicas. Preenchem lacunas deixadas pelo Estado, contribuindo para reduzir barreiras de acesso e facilitar a integração das pessoas migrantes nos diferentes domínios da vida social.

Além disso, como destaca Carvalho (2025), as OES são essenciais no apoio às comunidades locais e na prestação de serviços em momentos de crise — como ocorreu durante a pandemia de COVID-19 — beneficiando de mecanismos de financiamento disponibilizados pelo Estado português e pela UE, através de protocolos celebrados entre as entidades, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e organismos da Administração Central.

Na sua dissertação de mestrado, Carvalho (2025) enfatiza ainda que estas organizações desempenham um papel decisivo na inclusão das pessoas migrantes: “(...) as OES vêm ajudando muito na inclusão desses migrantes, uma vez que além de investirem na capacitação dos mesmos, ajudam também muitas vezes até no ensino do idioma, que é um dos fatores que mais impede que o migrante consiga se inserir no mercado de

trabalho” (2025, p. 54). Desta forma, contribuem para superar obstáculos estruturais enfrentados pelas pessoas migrantes no seu processo de mobilidade e integração, reforçando a sua autonomia, participação e inclusão social.

6 Papel do associativismo migrante

O associativismo constitui um importante mecanismo de acesso e apropriação de capital social, permitindo aos indivíduos ampliar redes, recursos e oportunidades (Albuquerque, 2013). Enquanto forma de ação coletiva, é frequentemente apresentado como uma alternativa relevante para impulsionar transformações sociais, económicas, políticas, culturais e ambientais. Inserido no âmbito do chamado terceiro setor e das dinâmicas da economia solidária e da “*altermundialização*”, o associativismo revela a capacidade das comunidades para desenvolver respostas próprias e mobilizar recursos coletivos (Cattani, Laville, Gaiger e Hespanha, 2019, citado em Ferreira, 2011).

Além disso, Albuquerque (2013) destaca que o associativismo cria oportunidades de mobilidade social ao possibilitar o acesso a espaços e contextos que ultrapassam as fronteiras físicas dos bairros de residência, ampliando o leque de interações e experiências para além do círculo social de origem. Esta dimensão evidencia o papel emancipador das práticas associativas, não apenas na construção de capital social, mas também na diversificação das trajetórias individuais.

Do ponto de vista institucional, o Estado português reconhece o associativismo como uma das formas mais relevantes de organização social (Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2005) atribuindo-lhe um papel central na satisfação das necessidades humanas em múltiplas dimensões — sociais, educativas, políticas, culturais e económicas. Este reconhecimento reforça a importância das associações enquanto atores fundamentais na promoção da inclusão, da participação cívica e da coesão social.

De acordo com Sardinha (2002), as associações de pessoas migrantes respondem simultaneamente à necessidade de preservar a identidade cultural e à exigência de

integração no contexto de acolhimento, articulando funções culturais, solidárias e políticas.

O associativismo migrante enquadra-se na lógica da ação coletiva e da solidariedade, refletindo a ideia de que “*we cannot walk alone*”, invocada por Martin Luther King no seu discurso de 1963, citado por Roberto Carneiro na *Revista Migrações* (Horta et al., 2010, p. 9). Esta frase traduz a importância de respostas comunitárias para enfrentar desigualdades e processos de exclusão que afetam as populações migrantes.

Segundo Horta et al. (2010), o associativismo migrante assenta numa forte capacidade de representação e legitimação cidadã, refletindo a longa experiência de Portugal enquanto país simultaneamente de emigração e de imigração. A ação associativa emerge de uma vontade coletiva de reconhecimento e participação ativa na vida pública, constituindo-se como expressão organizada de cidadania. Este papel ganhou particular relevância com o enquadramento legal criado em 1999, que reforçou o estatuto das associações de imigrantes como atores fundamentais nas dinâmicas de integração.

Albuquerque (2005, p. 1), sublinha que “*as comunidades de imigrantes não são entidades imóveis que, passivamente, são alvo de legislação e medidas várias de controlo e regulação dos fluxos migratórios*”. Pelo contrário, mobilizam-se continuamente para promover a sua própria integração e para reivindicar políticas públicas mais inclusivas e democráticas. Neste processo, as associações assumem um papel central, funcionando como “*formas organizadas de exercício da cidadania, constituindo-se como atores fundamentais das dinâmicas de integração*” (2005, p. 1). A evolução destas práticas acompanha a própria história da imigração em Portugal, ganhando expressão e complexidade à medida que os fluxos migratórios se intensificam e diversificam.

Para efeitos analíticos, as associações de imigrantes podem ser observadas a partir de determinadas funções que exercem:

- (i) (re)criação cultural e identitária;
- (ii) integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento;
- (iii) orientação socioadministrativa;
- (iv) mediação entre as pessoas que representam e o restante tecido social;

(v) participação cívica; entre outras dimensões (Albuquerque, 2013; Sardinha, 2002).

Não obstante estes contributos, existem diversos problemas que podem obstruir a ação associativa. Sardinha (2002) menciona, entre outros, a escassez de recursos financeiros, a limitação de recursos humanos e problemas de natureza sociocultural que podem afetar a mobilização, a participação e a capacidade de resposta das associações.

Apesar destes constrangimentos:

“(...) as associações de imigrantes têm um papel crucial na promoção da integração e de oportunidades de desenvolvimento para imigrantes das várias comunidades residentes em Portugal (...). Oferecem aconselhamento jurídico e procedimentos para fins de regularização, informação acerca de direitos, apoio à saúde mental e outros tipos de assistência próxima que nem sempre são disponibilizados atempadamente por entidades e serviços oficiais ou consulares, uma vez que não são da sua responsabilidade, como é o caso do apoio psicológico tão necessário” (Góis et al., 2019, p. 48).

Assim, o associativismo migrante constitui um espaço privilegiado de mobilização coletiva, representação política e construção identitária, desempenhando funções que vão muito além do apoio imediato às necessidades das comunidades. Articula dimensões culturais, sociais e cívicas, contribuindo para a afirmação de direitos, para a participação pública e para a criação de redes de solidariedade que fortalecem a integração.

Esta relevância torna-se particularmente evidente no caso das comunidades com presença histórica e densidade organizacional significativa em Portugal, como a comunidade cabo-verdiana. A longa trajetória migratória, a consolidação de redes comunitárias e a emergência de múltiplas associações tornam o associativismo cabo-verdiano um campo privilegiado para compreender o papel destas organizações nos processos de acolhimento, integração e participação cívica.

É precisamente esta realidade que será analisada na secção seguinte.

6.1 Regime jurídico das associações de imigrantes em Portugal

Perante a crescente diversidade do movimento associativo — recorda-se, como refere Ferreira (2011, p. 140), que “*o mundo associativo é heterogéneo e as práticas das associações são bastante diferentes (...)*” — tornou-se evidente a necessidade de um regime jurídico capaz de reconhecer e enquadrar esta pluralidade. Com a expansão e complexificação das formas de organização das comunidades imigrantes, tornou-se essencial definir critérios formais de reconhecimento, mecanismos de apoio e modalidades de participação institucional que garantissem maior estabilidade, legitimidade e eficácia à ação destas associações.

É neste contexto que, a partir de 1999, o Estado português estabelece um enquadramento legal específico para as associações de imigrantes, consolidando o seu papel como interlocutores privilegiados nas políticas de integração. O regime jurídico das associações representativas das pessoas migrantes e dos seus descendentes foi instituído pela Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e posteriormente regulamentado pelo Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio, definindo as bases formais para o reconhecimento, funcionamento e participação institucional destas organizações. Como observa Albuquerque (2008), este enquadramento legal consolidou o papel das associações de imigrantes como interlocutoras legítimas nas políticas públicas de integração.

A Lei n.º 115/99 procurou colmatar o vazio legal que até então caracterizava o campo associativo imigrante, cujas organizações eram tratadas como simples associações culturais sem fins lucrativos, ficando excluídas, entre outros aspetos, do exercício do direito de antena. O Decreto-Lei n.º 75/2000 detalhou o processo de reconhecimento e de registo de representatividade, bem como as formas de apoio técnico e financeiro por parte do Estado, reforçando a institucionalização destas entidades. Como sublinha Albuquerque (2005), este marco legislativo representou um passo decisivo na consolidação das associações de imigrantes enquanto atores legítimos e institucionalmente reconhecidos nas dinâmicas de integração.

O reconhecimento das associações era da responsabilidade do Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural (ACIDI), atual Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), com base no parecer do Conselho Consultivo para os Assuntos da Imigração (COCAI), constituindo um passo central para a sua participação formal nos

mecanismos de consulta e decisão em matéria de políticas migratórias (Albuquerque, 2008)³.

A atribuição do estatuto de representatividade confere às associações direitos como:

- participação na definição das políticas de imigração;
- intervenção em processos legislativos;
- presença em órgãos consultivos;
- acesso ao direito de antena;
- regalias atribuídas às pessoas coletivas de utilidade pública.

As associações não reconhecidas, embora não beneficiem destes direitos plenos, mantêm a possibilidade de solicitar informação às entidades competentes, intervir junto das autoridades públicas, participar em políticas locais e aceder a apoio técnico e financeiro. Como observa Albuquerque (2005), esta diferenciação entre direitos plenos e direitos mínimos traduz a intenção do legislador de estruturar níveis distintos de participação institucional, garantindo simultaneamente que todas as associações possam desempenhar um papel ativo na defesa dos direitos e na integração das comunidades imigrantes. Como sintetiza Carvalhais (2006, p. 121), o associativismo político consagrado em 1999 representa *“a primeira legitimação das associações de imigrantes como atores políticos”*, revelando ao mesmo tempo os limites de uma abertura ainda marcada pelo desejo de preservar o paradigma nacional.

A existência de um regime jurídico específico para as associações de imigrantes permite compreender a diversidade do movimento associativo, os diferentes níveis de reconhecimento institucional e as formas de participação destas entidades nas políticas de integração. No caso da comunidade cabo-verdiana — uma das presenças migratórias mais antigas e expressivas em Portugal, com forte implantação territorial na AML — o associativismo tem sido descrito na literatura como um elemento central na construção de redes de apoio, na preservação identitária e na mediação entre a comunidade e as instituições.

³ A arquitetura institucional neste domínio sofreu uma reconfiguração posteriormente. O Alto Comissariado para as Migrações, I. P. (ACM, I. P.) foi extinto por fusão no âmbito da criação da Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I. P. (AIMA, I. P.) (Decreto-Lei n.º 41/2023, 2023; Despacho n.º 1542/2024, 2024). <https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/1542-2024-840689115>

Assim, na secção seguinte, o associativismo cabo-verdiano em Portugal será analisado a partir de uma grelha que articula:

- (i) funções e áreas de intervenção (solidariedade, apoio de proximidade, mediação, participação cívica);
- (ii) enquadramento e estatuto institucional;
- (iii) recursos, redes e capacidade de atuação territorial; de modo a identificar contributos e limites no acolhimento e integração.

6.2 Associativismo cabo-verdiano em Portugal

A literatura tem sublinhado de forma consistente a centralidade do associativismo cabo-verdiano na construção de redes de apoio e na mediação entre a comunidade e o Estado português. Os primeiros estudos sistemáticos, como o de Carita e Rosendo (1993), já evidenciavam que as associações cabo-verdianas desempenhavam funções essenciais de solidariedade, organização comunitária e representação, num período em que ainda não existia qualquer enquadramento jurídico específico para as associações de imigrantes.

Posteriormente, Sardinha (2002) aprofundou esta análise ao demonstrar como estas organizações se tornaram espaços de mobilização social, preservação identitária e participação cívica, articulando práticas culturais com reivindicações políticas e sociais.

O associativismo imigrante — e o cabo-verdiano em particular — desempenha um importante papel “(...) *na aquisição de capital social* (...)” e constitui um mediador privilegiado entre as pessoas migrantes e as instituições, sendo “(...) *um recurso decisivo enquanto catalisador da participação cívica*” (Horta et al., 2010, pp. 112–116) e da afirmação pública das comunidades. Dias (2012, p. 61), reforça esta perspetiva ao sublinhar que estas associações funcionam “(...) *como uma ponte entre os valores e a herança cultural do país de origem e o novo contexto de integração na sociedade anfitriã*”.

A comunidade cabo-verdiana constitui, como referido, uma das presenças migratórias mais antigas e expressivas em Portugal, resultado de um longo historial de mobilidade no espaço lusófono. De acordo com dados recentes da AIMA (2025), ocupa atualmente o 5.º

lugar entre as comunidades estrangeiras residentes no país, mantendo um peso demográfico significativo e uma forte implantação territorial, sobretudo na AML. O *Relatório Estatístico de 2024* da AIMA identifica 65 507 cidadãos cabo-verdianos com autorização de residência, confirmando a relevância histórica e demográfica desta comunidade.

Contudo, os próprios dados oficiais reconhecem que estes números não refletem a totalidade da presença cabo-verdiana, uma vez que existe um contingente significativo de imigrantes em situação documental irregular, bem como um número expressivo de cabo-verdianos que adquiriram nacionalidade portuguesa ao longo das últimas décadas. Esta realidade contribui para que a dimensão efetiva da comunidade seja substancialmente superior àquela que surge nos registos administrativos.

A diversidade interna do associativismo cabo-verdiano em Portugal reflete igualmente a heterogeneidade da própria comunidade. Como referem Dias e Sardinha (2012; 2002), é possível identificar, por um lado, **associações de elite**, constituídas por indivíduos já estabilizados, com maior capital escolar e profissional e com uma estadia prolongada no país; e, por outro, **associações de bairro**, orientadas para populações mais vulneráveis, marcadas por baixos níveis de escolaridade e maiores dificuldades de integração.

A evolução histórica do associativismo cabo-verdiano em Portugal pode ser compreendida a partir de três fases distintas identificadas por Carita e Rosendo (1993):

- **Primeira fase (década de 1960):** corresponde ao núcleo inicial de imigrantes, maioritariamente qualificados ou semiqualificados, que fundaram em 1970 a **Casa de Cabo Verde**, marcada por uma clara distância face à massa de imigrantes não qualificados que começava a chegar ao país.
- **Segunda fase (pós-1975):** inicia-se após a independência de CV, com a transformação da Casa de Cabo Verde e a criação, em 1976, da **Associação de Cabo-verdianos e Guineenses**, caracterizada por forte mobilização comunitária e intensa participação dos novos imigrantes — considerada a “fase de ouro” do associativismo cabo-verdiano.
- **Terceira fase (1978–década de 1980):** corresponde a um período de crise e reconfiguração institucional, culminando na criação da atual **Associação**

Caboverdeana em 1981 e na proliferação de associações nos bairros de residência dos imigrantes, acompanhada de uma crescente intervenção comunitária e política.

Tabela 1: Distribuição territorial das associações cabo-verdianas

Nº	Associação	Localidade / Concelho	Região
1	ACMJ – Associação Cultural Moinho da Juventude	Buraca, Amadora	AML
2	Associação Caboverdiana	Lisboa	AML
3	Associação Unidos de Cabo Verde	Casal da Mira, Amadora	AML
4	Associação Caboverdiana no Seixal	Amora, Seixal	AML
5	ASSOMADA – Associação de Solidariedade Social	Portela de Carnaxide, Oeiras	AML
6	Associação dos Antigos Alunos do Ensino Secundário de Cabo Verde	Carnide, Lisboa	AML
7	Associação de Solidariedade dos Filhos e Amigos do Concelho de S. Miguel de Cabo Verde	S. Domingos de Rana, Cascais	AML
8	ACSSC – Associação Caboverdiana de Sines e Santiago do Cacém	Sines	Alentejo
9	AMRT – Associação para a Mudança e Representação Transcultural	Catujal, Loures	AML
10	AIPAS – Associação de Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e de Saúde	Venda Nova, Amadora	AML
11	ASSACM – Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura	Buraca, Amadora	AML
12	ACVS – Associação Caboverdiana de Setúbal	Setúbal	Península de Setúbal
13	ACAS – Associação Luso-Caboverdiana de Sintra	Serra das Minas, Sintra	AML
14	FASCP – Fundo de Apoio Social de Cabo-verdianos em Portugal	Quinta do Conde, Sesimbra	Península de Setúbal
15	Associação de Solidariedade Cabo-verdiana dos Amigos da Margem Sul do Tejo	Vale de Amoreira, Moita	Península de Setúbal
16	BURBUR – Associação Cultural	Porto	Norte
17	FOCV – Federação das Organizações Caboverdianas em Portugal	Lisboa	AML
18	RJ ANIMA – Associação de Dinamização Ambiental, Social e Cultural	Agualva-Cacém, Sintra	AML
19	AEAB – Associação dos Estudantes Africanos em Bragança	Bragança	Norte
20	Girassol Solidário – Associação de Solidariedade com os Doentes Evacuados de Cabo Verde	Lisboa	AML

Fonte: ACM, 2023

A análise dos dados do ACM evidencia uma segmentação interna clara no associativismo cabo-verdiano em Portugal. Das 20 organizações identificadas como pertencentes ou diretamente ligadas à comunidade cabo-verdiana em 2023, cerca de 75% encontram-se na AML, com particular concentração em territórios periféricos como Amadora, Loures, Sintra, Seixal e Moita. A distribuição territorial destas organizações revela a coexistência

de diferentes modelos de intervenção no seio do associativismo cabo-verdiano, refletindo a diversidade interna e a pluralidade de necessidades da própria comunidade.

Em síntese, o associativismo cabo-verdiano em Portugal resulta da combinação entre evolução histórica, motivações comunitárias e desafios estruturais, como se observa ao longo deste projeto. Como mostra Góis, a sua evolução acompanha as diferentes fases da presença cabo-verdiana no país; Horta et al. (2010) evidenciam que a multiplicidade de associações decorre de fatores geográficos, identitários e organizativos; e Sardinha (2002) sublinha os constrangimentos políticos, económicos e culturais que continuam a limitar a sua ação.

Apesar destas dificuldades, estas organizações mantêm um papel central na mediação com o Estado, na preservação cultural e na participação cívica da comunidade cabo-verdiana.

Em função deste enquadramento, o estudo empírico irá analisar o contributo das associações cabo-verdianas na AML para o acolhimento e integração de pessoas migrantes cabo-verdianas. A análise será orientada por uma grelha que considera:

- **(i)** funções e áreas de intervenção (acolhimento/orientação, mediação, apoio ao acesso a direitos, atividades comunitárias e participação cívica);
- **(ii)** enquadramento e relações institucionais (parcerias, encaminhamentos e formas de participação);
- **(iii)** recursos e capacidades organizacionais (recursos humanos, financiamento e redes).

Este enquadramento permitirá identificar contributos e limites na ação destas organizações, bem como o seu papel no ecossistema de integração da comunidade cabo-verdiana em Portugal.

CAPÍTULO II – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

7 Desenho e metodologia de investigação

Este capítulo tem como objetivo abordar os procedimentos metodológicos utilizados na elaboração desta dissertação, descrevendo o desenho de pesquisa, os critérios de seleção das organizações e participantes, as técnicas de recolha e análise de dados e os procedimentos éticos. Incluem-se igualmente informações sobre questões éticas e sobre o consentimento informado, garantindo a transparência e a integridade do processo de investigação.

7.1 Desenho de investigação e abordagem

O estudo procura compreender em profundidade como as associações cabo-verdianas organizam, legitimam e operacionalizam as suas práticas de acolhimento, bem como os efeitos dessas práticas na integração sociocultural, no acesso a direitos e na construção de redes de suporte dos imigrantes cabo-verdianos em Portugal. Neste sentido, a metodologia escolhida para esta investigação é a pesquisa qualitativa, através de entrevistas semiestruturadas.

Como refere Flick (2009), a pesquisa qualitativa é particularmente adequada para fenómenos sociais complexos, situados e marcados pela pluralidade das experiências, permitindo captar significados, interpretações e dinâmicas internas que não são acessíveis por métodos quantitativos. Dado que o problema de investigação envolve processos, perceções, relações, práticas institucionais e sentidos atribuídos pelos atores sociais, a abordagem qualitativa revela-se a mais apropriada para produzir conhecimento aprofundado e contextualizado sobre o papel efetivo destas OES no ecossistema de acolhimento.

Além disso, para Bardin (2016), a abordagem qualitativa é um procedimento intuitivo, maleável e adaptável à evolução das hipóteses e à imprevisibilidade do índice, pois nessa fase inicial do processo continuam a ser explorados os objetivos, sendo essencial a formulação e evolução das hipóteses de estudo.

Baseando-se no estado da arte sobre associativismo migrante e cabo-verdiano em particular (abordagem dedutiva), o estudo adota de forma complementar uma abordagem indutiva, por se tratar de um contexto onde há pouco conhecimento prévio sobre o tema, procurando construir uma compreensão teórica e empírica sobre o papel das OES no

acolhimento, através dos dados recolhidos diretamente das associações. De acordo com Flick (2009, p. 12), “*as metodologias dedutivas tradicionais [...] estão falhando devido à diferenciação dos objetos*”, o que exige estratégias que permitam aproximar-se do campo através de conceitos sensibilizadores. Assim, as interpretações e categorias analíticas emergem quer do enquadramento teórico, quer diretamente da realidade empírica, alinhando-se com o propósito de compreender em profundidade os processos e significados construídos pelos atores envolvidos.

A pesquisa realizada é de natureza exploratória, pois o tema permanece pouco estudado e exige uma compreensão inicial mais ampla. Como afirma Gil (2008, p. 27), este tipo de pesquisa visa “*desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias*”, sendo especialmente útil quando ainda não é possível formular hipóteses precisas. Além disso, a pesquisa exploratória permite obter novas perspetivas e contributos sobre fenómenos pouco investigados — como o papel específico das associações cabo-verdianas no contexto da imigração em Portugal — recorrendo a procedimentos flexíveis, como revisão bibliográfica, análise documental e entrevistas não padronizadas, tal como destacado pelo mesmo autor.

7.2 Objetivos de investigação

Segundo Flick (2009), a investigação qualitativa procura fazer mais justiça à complexidade dos fenómenos estudados, considerando o “*princípio da abertura*” e a ideia de que o objeto de estudo se conserva provisório até ao final do processo.

Assim, para a realização do estudo, definiu-se como objetivo geral (OG):

“Compreender o papel das OES no acolhimento das pessoas imigrantes cabo-verdianas.”⁴

⁴ Do ponto de vista de Fortin (2003), o objetivo de um estudo expressa a razão da investigação e deve ser formulado como um enunciado declarativo que indica a orientação do estudo, especificando as variáveis-chave, a população-alvo e o contexto.

Tendo em vista a concretização do objetivo geral, delinearam-se os seguintes objetivos específicos (*OE*), que orientam a investigação:

- **OE1** – Identificar e analisar as iniciativas promovidas por OES no acolhimento de pessoas migrantes cabo-verdianas;
- **OE2** – Examinar as estratégias utilizadas por essas organizações para promover a integração social, económica e cultural de pessoas migrantes;
- **OE3** – Identificar os principais desafios enfrentados pelas OES durante o processo de inclusão;
- **OE4** – Analisar o impacto das alterações legislativas em matéria de migração no acolhimento e integração.

7.3 Questão de investigação

A definição das questões de investigação constitui uma fase indispensável na elaboração de um estudo qualitativo, pois é através delas que se clarifica o foco analítico e se orienta o percurso metodológico. Como abordado por Flick (2009), as questões podem assumir diferentes funções, desde confirmar suposições existentes (como hipóteses) até abrir caminho para a descoberta de novos elementos no terreno. Nesta perspetiva, Strauss (1987, citado em Flick, 2009) destaca a importância das “*generative questions*”, compreendidas como questões que impulsionam a investigação para direções frutíferas, favorecendo a formulação de hipóteses, a realização de comparações pertinentes e a recolha de dados relevantes.

Para Fortin (2003, p. 101), “*a questão de investigação é um enunciado interrogativo, escrito no presente, que inclui habitualmente uma ou duas variáveis e a população a estudar*”. Assim, as questões de investigação assumem um papel estruturante, permitindo transformar os objetivos do estudo em orientações claras para a análise empírica.

Tendo em conta o problema de investigação identificado, este estudo procura dar resposta às seguintes questões de investigação (*Q*):

- **Q1** – Como se organizam e estruturam internamente as práticas de acolhimento nas OES que apoiam pessoas migrantes cabo-verdianas na AML?
- **Q2** – Que estratégias, atividades e serviços são mobilizados pelas associações para apoiar pessoas migrantes cabo-verdianas recém-chegadas?

- **Q3** – Como as associações legitimam as suas práticas de acolhimento perante a comunidade cabo-verdiana, parceiros institucionais e entidades públicas?
- **Q4** – De que forma as práticas das associações contribuem para a integração sociocultural das pessoas migrantes cabo-verdianas em Portugal?
- **Q5** – Como as ações das associações influenciam o acesso das pessoas migrantes cabo-verdianas a direitos fundamentais e serviços públicos?
- **Q6** – Que papel desempenham as associações na construção e fortalecimento de redes de suporte social, comunitário e institucional?
- **Q7** – Quais são os principais desafios enfrentados por estas organizações no desenvolvimento das práticas de acolhimento e integração?
- **Q8** – Que semelhanças e diferenças existem entre organizações, e como se explicam?

7.4 Os primeiros passos: o primeiro contacto com as associações

O primeiro contacto com uma organização do ecossistema associativo cabo-verdiano na AML ocorreu em outubro de 2025, quando a investigadora teve a oportunidade de conhecer uma associação sediada em Sintra. Esta conversa revelou-se particularmente relevante para a formulação dos objetivos da investigação, pois permitiu compreender que as associações cabo-verdianas não trabalham exclusivamente com pessoas cabo-verdianas, mas sim com a sociedade em geral.

Por serem organizações associadas à comunidade cabo-verdiana, outras comunidades migrantes nem sempre as procuram, por assumirem que estas apenas tratam de assuntos dos seus conterrâneos. Esta visita constituiu um momento exploratório fundamental, que possibilitou uma compreensão preliminar sobre o funcionamento, necessidades e dinâmicas internas das associações cabo-verdianas na AML.

Durante a componente curricular do mestrado, a investigadora teve ainda oportunidade de conhecer mais duas associações, no âmbito de trabalhos realizados para a unidade curricular *Economia Social em Debate*, ministrada pela professora Deolinda Meira. Num dos trabalhos foi realizado um seminário com a presidente da associação posteriormente codificada como “*Santo Antão*”, conforme se explicará na secção seguinte. Seguindo o

programa da disciplina, foi também produzido um episódio de podcast com o presidente da associação codificada como “*Santiago*”.

7.5 Técnicas e instrumentos de recolha de dados

A principal técnica de recolha de dados desta investigação é a entrevista, que permite aceder às experiências, perceções e interpretações dos participantes envolvidos nos fenómenos em estudo (Ander Egg, 2011). No contexto científico, deixa de ser uma simples conversa e transforma-se num processo sistemático de aprofundamento do tema. Bardin (2016) sublinha que as entrevistas constituem materiais ricos e complexos, exigindo procedimentos rigorosos de interpretação.

Optou-se pela **entrevista semiestruturada**, por permitir explorar de forma aberta as perspetivas dos participantes. Como afirma Flick (2009, p. 156), “*as entrevistas semiestruturadas têm atraído interesse e são amplamente utilizadas*”, pois favorecem a expressão espontânea dos pontos de vista. Além disso, permitem aceder às “*teorias subjetivas*” dos entrevistados, dado que estes possuem “*um conjunto complexo de conhecimentos sobre o tema em estudo*”, que emerge mais claramente através de perguntas flexíveis e não padronizadas.

Em cada organização foi entrevistado o dirigente, responsável ou técnico. A recolha de dados foi complementada por análise documental (relatórios de atividades, estatutos, materiais de comunicação, páginas institucionais e informação pública sobre projetos e parcerias). A combinação de fontes permitiu a triangulação, reforçando a robustez interpretativa do estudo.

O trabalho de campo foi realizado diretamente com organizações sociais que respondem às necessidades da comunidade cabo-verdiana na AML, ou seja, no ambiente real onde estas entidades — maioritariamente associações — desenvolvem práticas de acolhimento, integração e inclusão. Trata-se de uma análise de carácter transversal (cross-sectional ou “*one shot*”), guiada num momento específico no tempo, com o objetivo de analisar práticas, estratégias, desafios e experiências atuais das associações e das pessoas migrantes cabo-verdianas que com elas interagem.

O **guião de entrevista** (Apêndice I) foi elaborado de forma a garantir equilíbrio entre comparabilidade das respostas e flexibilidade para que novas dimensões analíticas pudessem emergir ao longo das conversas. Assim, assegura-se simultaneamente uma base comum entre os entrevistados e a abertura típica das abordagens qualitativas. O guião foi delimitado a partir das seguintes categorias temáticas:

- Caracterização do(a) entrevistado(a)
- Caracterização da associação
- Acolhimento na prática
- Serviços e estratégias mobilizadas
- Acesso a direitos e relação com serviços públicos
- Redes de suporte e papel comunitário
- Perspetivas sobre legitimação, confiança e representatividade
- Desafios e dinâmicas internas
- Comparação e boas práticas.

O guião integra dois tipos de perguntas: **questões diretas e fechadas**, essenciais para a comparação entre associações, e **perguntas abertas**, que permitem aos entrevistados relatar experiências e expressar livremente os seus pontos de vista.

Em fevereiro de 2026 foi realizado o primeiro contacto formal com as organizações, através de e-mails enviados às associações. As mensagens descreviam os objetivos da investigação e oficializavam o convite para participação na entrevista. As organizações foram inicialmente selecionadas a partir da lista disponibilizada pelo ACM em 2023, que enumera as associações que trabalham com a comunidade cabo-verdiana em Portugal. Dentre estas, foram identificadas 17 associações sediadas na AML, território que constitui o foco deste estudo.

Durante este processo, a investigadora enfrentou dificuldades na obtenção de respostas, devido à sobrecarga de trabalho voluntário, falta de recursos humanos e informalidade dos processos internos. O contacto não foi feito apenas por e-mail, mas também por telefone (diversas vezes) e, em vários casos, através de deslocações presenciais às sedes das associações. A resposta mais frequente era que o convite seria encaminhado para o responsável, sem retorno posterior.

Apesar das dificuldades, algumas entrevistas permitiram obter contactos de outras organizações, fornecidos pelos próprios participantes. No total, foram **22 organizações contactadas**:

- 1 respondeu negativamente;
- 6 indicaram que iriam repassar a mensagem, mas não houve resposta posterior;
- 3 encontravam-se inativas ou em “banho-maria”;
- 10 responderam positivamente e foram entrevistadas.

O trabalho de campo iniciou-se a 12 de março de 2026. A primeira entrevista, inicialmente prevista apenas com a presidente, contou também com a presença de uma secretária e de uma estagiária. Esta entrevista funcionou como pré-teste do guião, permitindo aferir a clareza e pertinência das questões.

As entrevistas foram realizadas da seguinte forma:

- **4 presencialmente;**
- **6 através da aplicação Microsoft Teams.**

Todas foram gravadas mediante autorização dos participantes, formalizada através do **Consentimento Informado** (Apêndice II) e registada no início de cada gravação. Cumpriram-se integralmente os princípios éticos da investigação em ciências sociais: confidencialidade, anonimato e consentimento informado. Todas as entrevistas foram transcritas integralmente, sem filtros ou alterações. Para garantir a confidencialidade, os dados foram tratados de forma anónima. Os entrevistados foram codificados como **E1, E2, E3, ..., E10**, e as organizações receberam pseudónimos correspondentes às **10 ilhas de CV**, como forma de homenagem da autora ao país.

7.6 Percurso metodológico da análise de conteúdo

A análise de conteúdo é um conjunto de “*técnicas de comunicação*” que permite transformar entrevistas, textos ou discursos em dados organizados, gerando conclusões válidas sobre o contexto de produção e sobre quem comunica (Bardin, 2016, p. 48).

A análise foi orientada pelo corpus composto por 10 entrevistas, totalizando 8 horas e 40 minutos de gravação, posteriormente transcritas em 133 páginas. Após a transcrição integral, procedeu-se à leitura flutuante e à organização preliminar do material, seguindo a fase de pré-análise proposta por Bardin (2016).

Em seguida, foram definidas as unidades de registo e construído o sistema de categorias e subcategorias, que orientou a codificação sistemática do corpus. Bardin (2016, p. 147) define categorização como *“uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e reagrupamento segundo critérios previamente definidos”*. A exploração do material permitiu identificar regularidades, sentidos explícitos e implícitos e padrões discursivos relevantes para o fenómeno em estudo. Por fim, os dados codificados foram tratados e interpretados, articulando as evidências empíricas com o enquadramento teórico, de modo a produzir inferências rigorosas e fundamentada.

O sistema de categorização foi organizado em quatro dimensões analíticas, derivadas dos objetivos específicos (OE1–OE4). Cada dimensão reúne categorias e subcategorias que orientam a organização e interpretação do corpus. A tabela seguinte, elaborada pela investigadora, sintetiza a estrutura final do sistema de categorização.

Tabela 2: Sistema de categorização das dimensões, categorias e subcategorias de análise de conteúdo

Dimensões	Categorias	Subcategorias
Caracterização geral	1. Caracterização do(a) entrevistado(a) 2. Caracterização das associações	a) Sexo; b) Idade; c) Escolaridade; d) Nacionalidade; e) Residência; f) Função; g) Experiência pessoal h) Personalidade jurídica; i) Criação/Missão/Evolução; j) Respostas/Atividades; k) Atuação; l) Financiamento; m) Recursos humanos; n) Sócios; o) Espaço físico; p) Público-alvo

As iniciativas promovidas pelas OES no acolhimento de imigrantes cabo-verdianos	3. Acolhimento na prática	q) Acolhimento/Integração; r) Pedidos mais frequentes dos recém-chegados; s) Triagem/Acompanhamento
As estratégias utilizadas pelas OES para promover a integração social, económica e cultural	1. Serviços e estratégias mobilizadas 2. Direitos e contexto político	a) Serviços/Apoios; b) Ações socioculturais; c) Parceiros d) Dificuldades no acesso a direitos/serviços públicos; e) Apoios nos processos; f) Relação com o Estado; g) Impacto das novas leis
Os principais desafios enfrentados pelas OES durante o processo de inclusão	1. Redes de suporte e papel comunitário 2. Desafios e dinâmicas internas	a) Criação/Fortalecimento de redes de suporte; b) Isolamento, vulnerabilidade ou conflitos c) Principais desafios para acolher/integrar; d) Necessidades internas
Impacto das alterações legislativas em matéria de migração no acolhimento e integração	1. Perspetivas sobre legitimação, confiança e representatividade 2. Comparação e boas práticas	a) Confiança da comunidade; b) Divulgação dos serviços; c) Reconhecimento por parte de parceiros/Estado d) Diferencial da organização; e) Boas práticas; f) Melhorias para o ecossistema

Fonte: Elaboração própria

A análise de conteúdo decorreu em duas fases articuladas. Na primeira, realizou-se uma **análise vertical**, em que cada entrevista foi examinada individualmente, de modo a captar a especificidade e particularidade dos discursos. Posteriormente, desenvolveu-se uma **análise horizontal**, que possibilitou comparar e articular os conteúdos entre entrevistas com base nas dimensões e categorias previamente definidas. Concluído o processo de análise de conteúdo e estruturado o sistema de categorização, o próximo capítulo apresenta os resultados do estudo, organizados de acordo com as quatro dimensões que orientam a análise.

CAPÍTULO III – ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

8 Caracterização geral

Nesta dimensão, a investigadora propõe conhecer o perfil dos entrevistados e das associações

8.1 Caracterização do(a)s entrevistado(a)s

A análise do perfil dos entrevistados revela uma predominância masculina (7 homens e 3 mulheres), o que está em linha com a estrutura tradicional de liderança nas associações cabo-verdianas em Portugal. Este cenário confirma o que Albuquerque (2008) identifica como a persistência da desigualdade de género no associativismo migrante, onde as mulheres enfrentam obstáculos para assumir funções de chefia e liderança, devido a estereótipos que lhes atribuem papéis passivos, submissos ou não intervenientes. Ainda assim, a presença feminina nas OES indica uma transformação gradual e significativa, em linha com o que a autora descreve como formas de “*ativismo invisível*” (Sudbury, 1998; Collins, 1991, citados em Albuquerque, 2008, p. 91). Estas formas de participação, embora pouco visíveis no espaço público, traduzem práticas quotidianas de resistência que desafiam desigualdades de género e étnicas, contribuindo para transformar as comunidades migrantes.

A literatura analisada por Albuquerque (2008) mostra que as mulheres tendem a ser mais ativas no país de acolhimento, sobretudo por terem contacto frequente com serviços sociais e instituições públicas. Já os homens tendem a reproduzir continuidades do país de origem, participando mais em associações étnicas na tentativa de recuperar o estatuto social fragilizado pelas condições migratórias (Jones-Correa, 1998, citado em Albuquerque, 2008). Além disso, muitas mulheres acumulam trabalho remunerado, responsabilidades domésticas e cuidados familiares, o que implica uma “*gestão acrobática do tempo*” (Albuquerque, 2008, p. 92). Esta realidade ajuda a compreender porque a participação feminina, embora relevante, continua muitas vezes invisível e limitada.

Assim, a caracterização do perfil dos entrevistados revela simultaneamente a persistência da desigualdade de género e o surgimento de novas formas de participação feminina, que desafiam modelos tradicionais de liderança e contribuem para a renovação do movimento associativo cabo-verdiano.

A faixa etária dos entrevistados varia entre os 22 e os 69 anos, revelando uma composição geracional ampla que enriquece a análise. Esta diversidade permite captar perspectivas distintas sobre o funcionamento das organizações — desde visões mais recentes e dinâmicas, associadas aos participantes mais jovens, até leituras mais experientes e historicamente situadas, provenientes dos entrevistados mais velhos. Tal amplitude contribui para um entendimento mais completo das práticas, desafios e transformações vividas pelas OES ao longo do tempo.

Quanto ao grau de escolaridade, os entrevistados apresentam níveis de formação variados, desde o ensino secundário até ao ensino superior (licenciaturas e mestrados). Esta diversidade permite analisar como diferentes perfis educativos influenciam a atuação, a tomada de decisão e a relação com pessoas migrantes no contexto das OES.

A homogeneidade formativa observada confirma as análises de Albuquerque (2008) e Horta et al. (2010), que destacam a importância do capital cultural e educativo na capacidade de gestão, mediação e intervenção cívica nas OES. A escolaridade constitui, assim, um recurso central que facilita o envolvimento associativo e o exercício de cargos de liderança nas associações de migrantes. As entrevistas foram dirigidas a profissionais das OES que lidam diretamente com imigrantes, sem restrição quanto à função desempenhada. Assim, foram incluídos participantes com diferentes níveis de responsabilidade institucional — presidentes, vice-presidentes, membros da direção, secretários, tesoureiros e coordenadores — permitindo captar uma diversidade de olhares e experiências.

Esta pluralidade encontra eco em Albuquerque (2008), que demonstra como as trajetórias no associativismo tendem a envolver uma gradual diversificação de papéis e acumulação de responsabilidades, muitas vezes sustentadas por redes de apoio e competências adquiridas através do ativismo cívico.

Em termos de nacionalidade, verifica-se uma composição diversificada:

- 5 entrevistados possuem dupla nacionalidade (cabo-verdiana e portuguesa);
- 1 possui apenas nacionalidade portuguesa;
- 4 mantêm exclusivamente nacionalidade cabo-verdiana.

Esta diversidade reforça a ideia de que as OES são espaços híbridos, onde diferentes identidades, pertenças e trajetórias migratórias se cruzam. Tal realidade dialoga com Góis e Marques (2018), que descrevem redes migratórias transnacionais e sistemas migratórios interligados, nos quais a circulação de pessoas, informação e recursos contribui para identidades múltiplas e para uma fronteira mais fluida entre país de origem e país de destino.

Os entrevistados residem em diferentes zonas da AML — Amadora, Cacém, Queluz-Belas, Sintra, Lisboa, Seixal e Oeiras — acrescentando diversidade territorial às perspetivas recolhidas. Esta distribuição evidencia que o contexto territorial influencia as práticas desenvolvidas pelas associações e as necessidades que chegam até elas, permitindo captar realidades distintas dentro da mesma região urbana.

As entrevistas revelaram que a maioria dos participantes possui um longo percurso no movimento associativo cabo-verdiano, tanto em Portugal como em CV. O caso do E4 é ilustrativo, evidenciando uma ligação prévia ao voluntariado antes da chegada ao país de acolhimento: *“Vim para Portugal para fazer uma cirurgia, uma válvula, e na altura quando cheguei já fazia voluntariado em CV. Como não estava a fazer nada, conheci o projeto (...) e disponibilizei-me para colaborar como voluntário e estou aqui até hoje.”* (E4)

Alguns entrevistados acumulam décadas de experiência, tendo desempenhado funções de liderança — como presidentes — ou participado na fundação de associações. Os testemunhos de E2 e E3 ilustram esta continuidade histórica: *“Nós, em 94 e em 2000, fundamos a Federação das Organizações Cabo-verdianas em Portugal (...). A Associação Santo Antão foi um dos fundadores e subscritores da sua criação e fui eu o representante da Associação Cabo-verdiana. A partir daí começámos a dinamizar o movimento associativo em Portugal.”* (E2)

“Eu era Presidente da associação São Nicolau (...) ia para relaxar um pouco e conviver nesta associação.” (E3)

Os testemunhos de E2, E3 e E4 evidenciam trajetórias marcadas pelo voluntariado, pela fundação de associações e pela participação ativa em estruturas federativas. Esta continuidade histórica confirma o que Albuquerque (2008) descreve: ao longo do tempo,

as pessoas envolvidas no movimento associativo tendem a acumular responsabilidades e a assumir diferentes funções, sustentando-se nas redes de suporte e nas competências adquiridas através do ativismo cívico. Assim, as experiências acumuladas transformam-se num recurso fundamental para a manutenção e estabilidade das associações de migrantes.

Foi igualmente possível observar que, no ecossistema associativo, muitos entrevistados se conhecem mutuamente, mantêm contacto regular e, em alguns casos, estabelecem parcerias formais ou informais. Este cenário resulta da longa trajetória do associativismo cabo-verdiano em Portugal. Contudo, esta realidade revela um aspeto crítico: a ausência de renovação geracional. A concentração das lideranças em figuras históricas pode indicar dificuldades em atrair e integrar membros mais jovens, limitando o dinamismo e comprometendo o desenvolvimento futuro do movimento associativo. Esta categoria revela, simultaneamente: a força histórica das OES, sustentada por lideranças experientes e profundamente enraizadas; e a vulnerabilidade estrutural das organizações, marcada pela falta de renovação das lideranças e pela ausência de estratégias de sucessão. Assim, torna-se evidente a necessidade de desenvolver mecanismos de formação de novas lideranças e de promover a participação de gerações mais jovens, garantindo a continuidade e a vitalidade do associativismo cabo-verdiano na AML.

8.2 Caracterização das associações

No âmbito da dimensão “caracterização das associações” apresenta-se o ponto de partida para compreender o contexto organizacional e institucional em que os entrevistados atuam. Esta dimensão reúne elementos essenciais tais como a personalidade jurídica, missão e evolução da associação, áreas de atuação, recursos financeiros e humanos, número de sócios, condições do espaço físico e perfil do público-alvo.

A caracterização do corpus empírico, bem como das OES e dos respetivos profissionais que participaram nas entrevistas, é fundamental para contextualizar adequadamente as práticas analisadas. A **Tabela 3** sintetiza a informação essencial relativa às entrevistas realizadas, incluindo o código atribuído a cada participante, o ano de criação e o enquadramento jurídico da respetiva organização da economia social.

Esta sistematização garante uma contextualização rigorosa dos entrevistados e das entidades envolvidas, sem comprometer o anonimato. A inclusão destes elementos permite uma leitura mais aprofundada das dinâmicas de acolhimento e integração, uma vez que as práticas das organizações e as perspetivas dos profissionais estão diretamente relacionadas com o seu contexto jurídico, geográfico e institucional.

Tabela 3: Caracterização das Organizações e dos Entrevistados

Pessoa entrevistada	Código das OES	Personalidade jurídica	Ano de criação das OES
E1	Associação Santo Antão	Associação sem fins lucrativos	1969
E2	Associação São Vicente	Associação sem fins lucrativos	1992
E3	Associação Santa Luzia	Associação sem fins lucrativos	1987
E4	Associação São Nicolau	Associação sem fins lucrativos	2007
E5	Associação Sal	Associação sem fins lucrativos com estatuto de IPSS	Entre 1984 e 1986
E6	Associação Boavista	Associação sem fins lucrativos	2003
E7	Associação Maio	Associação sem fins lucrativos	1997
E8	Associação Santiago	Associação sem fins lucrativos	2015
E9	Associação Fogo	Associação informal / Sem personalidade jurídica confirmada	2008
E10	Associação Brava	Associação sem fins lucrativos	2005

Fonte: Elaboração própria

A análise do enquadramento jurídico das organizações estudadas revela um predomínio de associações privadas sem fins lucrativos, enquadradas no regime jurídico do Código Civil e integradas no setor da economia social. Esta predominância confirma o que Franco et al. (2005) identificam como o núcleo central da economia social em Portugal: organizações que prosseguem fins coletivos, baseadas na solidariedade e sem distribuição de excedentes pelos seus membros.

A presença de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) entre as entidades analisadas confirma a diversidade interna do setor, em linha com a LBES (Assembleia da República, 2013), que reconhece diferentes formas jurídicas — cooperativas, associações mutualistas, misericórdias, fundações e associações com fins altruísticos — e estatutos específicos como parte integrante da economia social.

A existência de uma organização sem personalidade jurídica, funcionando de forma informal e comunitária, evidencia a coexistência entre modelos altamente institucionalizados e formas organizativas mais flexíveis — fenómeno amplamente identificado na literatura sobre associativismo de base comunitária.

Relativamente ao estatuto de organização de pessoas migrantes, verificou-se que seis das entidades incluídas no estudo constam na lista oficial de associações de imigrantes reconhecidas pelo antigo ACM (2023). Este reconhecimento funciona como mecanismo de validação institucional, reforçando a legitimidade pública destas organizações e alinhando-se com o princípio constitucional de autonomia e participação das entidades da economia social (Assembleia da República, 2005).

As restantes, por não figurarem na lista e, nalguns casos, não disponibilizarem estatutos ou documentação formal, foram classificadas como tendo estatuto indeterminado, por ausência de evidência institucional que permitisse confirmar essa condição. Esta situação evidencia diferentes níveis de formalização e distintas formas de relação com o Estado.

As missões das organizações analisadas mostram uma forte ancoragem nos princípios da economia social definidos na LBES (Assembleia da República, 2013), que estabelece a prioridade dos objetivos sociais, a gestão democrática e o compromisso com o interesse coletivo como elementos estruturantes destas entidades. A maioria das associações foi

criada com missões socioculturais, centradas na preservação e promoção da cultura cabo-verdiana na diáspora, enquadrando-se no que a lei designa como: “*associações com fins altruísticos que atuem no âmbito cultural, recreativo, do desporto e do desenvolvimento local*” (art.4.º, alínea f) (Assembleia da República, 2013).

Entre estas destacam-se as associações Santo Antão, São Vicente, Santa Luzia, Sal, Santiago e Fogo, cuja atuação se estrutura em torno da identidade cultural e da dinamização da vida comunitária. Esta orientação confirma o que Franco et al. (2005) descrevem como uma dimensão essencial da economia social: a capacidade destas organizações de produzir bens e serviços de interesse coletivo, operando num espírito de solidariedade e partilha.

A associação São Nicolau constitui um caso particular, centrando a sua missão no apoio psicossocial, social e humano a pessoas evacuadas para tratamento médico e aos seus acompanhantes. Esta missão enquadra-se claramente na lógica de solidariedade social prevista na Constituição, art. 82.º (Assembleia da República, 2005) e na LBES. O testemunho do E4 ilustra esta especificidade: “*(...) foi constituída em 2007. O objetivo principal era dar apoio a pessoas que vinham para Portugal ao abrigo do protocolo de saúde, porque naquela altura a situação das pessoas evacuadas era muito desafiante.*” (E4)

A associação Boavista apresenta um percurso evolutivo marcado por uma redefinição da sua missão: inicialmente sociocultural, passou por um período de ruptura institucional que resultou na perda dos seus registos, incluindo estatutos. Após o renascimento organizacional, a missão foi redefinida, passando a centrar-se no apoio a estudantes do ensino superior e profissional. A associação Maio segue caminho semelhante, assumindo uma missão predominantemente educativa e de integração académica. Esta capacidade de adaptação confirma o que Meira (2013) identifica como característica fundamental da economia social: a evolução funcional e jurídica das organizações em resposta às necessidades sociais. A associação Fogo mantém uma missão de natureza recreativa, cultural e desportiva, preservando o foco sociocultural que caracteriza grande parte das organizações deste ecossistema.

Quando questionados sobre a evolução das missões das associações, 9 dos 10 entrevistados afirmaram que houve mudanças significativas ao longo do tempo. As

transformações mais referidas dizem respeito à ampliação do público-alvo; ao maior reconhecimento por parte de parceiros; e ao aumento da credibilidade institucional.

A única exceção foi a associação Santa Luzia, que permanece exclusivamente centrada nos seus sócios fundadores, funcionando como um ambiente fechado, com características próximas de um clube privado. O testemunho de E3 reforça esta ausência de evolução:

“Não, não vejo evolução nenhuma. Vejo que a associação se fixou nesse objetivo e é esse objetivo que ela cumpre, portanto, não há evolução. Eventualmente poderá haver alguma diversificação das atividades (...), mas mantém um âmbito muito restrito.” (E3)

Esta ausência de mudança contrasta com a tendência geral das restantes associações, que têm vindo a diversificar e ampliar as suas missões. Assim, dentro da economia social coexistem entidades mais dinâmicas e adaptativas e outras mais estáveis e conservadoras na sua identidade institucional — confirmando a heterogeneidade do setor e a variedade de ritmos de transformação que o caracterizam.

Tabela 4: Respostas e atividades desenvolvidas pelas associações

Associações	Respostas e atividades
Associação Santo Antão	• Atividades socioculturais; • Apoio social e educativo; • Promoção do Afro empreendedorismo e empoderamento feminino.
Associação São Vicente	• Apoio administrativo e legal; • Integração profissional; • Apoio social direto; • Intervenção em situações de vulnerabilidade extrema;
Associação Santa Luzia	• Atuação exclusivamente cultural; • Promoção de convivência e envelhecimento ativo; • Associação elitizada, parcialmente aberta a novos públicos, sem respostas de integração ou apoio social.
Associação São Nicolau	• Gabinete de apoio socio-legal; • Apoio material; • Acompanhamento institucional; • Residência temporária (desde 2009); • Modelo de contribuição simbólica alojamento acessível, sem valores de mercado.

Associação Sal	• Atividades culturais e identitárias; • Apoio jurídico e administrativo através do Gabinete de Cidadania; • Serviços sociais estruturados, incluindo Jardim de Infância (IPSS) que atende 75 crianças.
Associação Boavista	• Evolução de convívios comunitários para foco educativo; • Captação de parceiros e envio/acolhimento de estudantes; • Diversificação para saúde, psicologia, cultura e autarquias;
Associação Maio	• Promoção cultural e identitária; • Celebrações comunitárias; • Solidariedade estudantil através da bolsa social; • Apoio a estudantes de vários distritos.
Associação Santiago	• Educação ambiental e cidadania ecológica; • Promoção cultural e oralidade cabo-verdiana nas escolas; • Desporto comunitário; • Jogos e danças tradicionais; • Intercâmbio intergeracional; • Visitas culturais no território de Sintra.
Associação Fogo	• Atividades desportivas (treinos, jogos, torneios); • atividades recreativas e culturais; • Ação social e solidariedade com recolha e envio de donativos para CV.
Associação Brava	• Programas educativos de alto impacto; • Atividades culturais e desportivas; • Projetos sociais inovadores; • Gabinete sociojurídico.

Fonte: Elaboração própria

As áreas de intervenção das associações cabo-verdianas revelam uma forte coerência com os princípios orientadores da economia social definidos na LBES (Assembleia da República, 2013), que coloca no centro os objetivos sociais, a solidariedade, a gestão democrática e o interesse coletivo. A análise das atividades desenvolvidas demonstra que estas organizações combinam dimensões sociais, culturais, educativas e administrativas, refletindo a natureza multifuncional característica das entidades do terceiro setor (Fernandes, 2016; Franco et al., 2005). Numa leitura comparativa das respostas e atividades realizadas pelas associações, comprova-se uma predominância clara de ações orientadas para a preservação da cultura cabo-verdiana e para a educação.

A predominância de atividades socioculturais — como festas e arraiais relacionados ao 5 de julho, apoio a artistas, projeções de filmes sobre a história migratória, sessões de contos e visitas de estudo a patrimónios históricos — confirma o papel destas organizações enquanto entidades com fins altruísticos que atuam nos domínios culturais e recreativos, tal como previsto no artigo 4.º da LBES (alínea f).

Estas práticas:

- preservam a identidade cabo-verdiana na diáspora;
- promovem coesão comunitária;
- reforçam laços simbólicos e pertença;
- alinham-se com a produção de bens coletivos num espírito de solidariedade e partilha (Franco et al., 2005).

Esta dimensão corresponde também à função de (re)criação identitária salientada por Sardinha (2002) e Albuquerque (2013), que destaca o papel do associativismo migrante na manutenção de laços simbólicos e na construção de pertença.

Paralelamente, observa-se uma forte articulação com dimensões sociais e jurídicas, que variam de acordo com o grau de institucionalização de cada organização. Associações como Brava, Sal, Santo Antão e São Nicolau apresentam modelos de intervenção mais sólidos e estruturados, integrando: gabinetes sociojurídicos; ação social direta; programas educativos; e articulação institucional com serviços públicos. Estas práticas refletem a função de solidariedade social prevista na Constituição, art. 82.º (Assembleia da República, 2005), confirmando o papel complementar e compensatório face ao Estado, sobretudo em contextos de burocracia, falta de informação ou barreiras linguísticas (Góis et al., 2019).

Estas instituições revelam um impacto particularmente significativo nas comunidades, uma vez que demonstram capacidade de mobilizar recursos, estabelecer parcerias formais e dar respostas especializadas a determinadas situações, refletindo assim um nível elevado de organização interna e institucionalização. Assim, as associações assumem um papel estruturante no ecossistema associativo cabo-verdiano em Portugal.

Em contraste, associações como Santa Luzia, São Vicente e Fogo mantêm ações centradas na preservação da identidade cabo-verdiana, através de divulgação cultural, recreação e o convívio comunitário, mantendo-se mais afastada da atuação ao nível da integração, do apoio social ou do acompanhamento institucional. Contudo, essas

diferenças não podem ser interpretadas como fragilidade, mas sim como modelos de missão distintos. Já as associações Boavista e Santiago apresentam um modelo híbrido, combinando cultura com educação, cidadania ecológica, desporto e intergeracionalidade, evidenciando a capacidade de mobilização de recursos formais e informais — característica central das entidades da sociedade civil (Horta et al., 2010).

Os resultados revelam, assim, que o movimento associativo cabo-verdiano é heterogéneo, multifacetado e adaptativo, associando dimensões culturais, sociais e educativas. As associações não se limitam à preservação cultural: desempenham funções essenciais de integração, apoio, mediação institucional e promoção de oportunidades, contribuindo para o desenvolvimento e fortalecimento das comunidades migrantes. Simultaneamente, os resultados corroboram a literatura: o associativismo migrante constitui um espaço de mobilização coletiva, representação política e construção identitária, desempenhando funções que vão muito além do apoio imediato.

No que diz respeito às áreas geográficas de atuação, salienta-se a existência de uma diversidade territorial que evidencia diferentes escalas de intervenção — local, intermunicipal, nacional e internacional. As associações Santa Luzia, Santiago e Fogo caracterizam-se como associações territoriais, concentrando a sua intervenção em espaços muito específicos, com forte presença cabo-verdiana. Este modelo enquadra-se na categoria das associações com fins altruísticos e reforça a proximidade comunitária e a intervenção territorial.

Em contraste, as associações São Vicente e São Nicolau apresentam uma atuação intermunicipal, intervindo em vários concelhos da AML, sobretudo em situações sociais, legais ou emergenciais. Como refere o entrevistado E2: “(...) *já tivemos casos em Sintra, em Amadora, em Almada. Tivemos caso no Faro, tivemos casos que somos chamados (...). Já tivemos um caso em Peniche também (...). Uns são conduzidos à Embaixada de CV, outros conseguimos dar a resposta.*” (E2)

A capacidade de deslocação e atuação em diferentes territórios demonstra a autonomia organizacional prevista na LBES (art. 5.º), permitindo às entidades ajustar a sua intervenção às necessidades específicas das comunidades, mesmo quando estas ultrapassam limites administrativos formais.

O entrevistado E4 reforça esta lógica de mobilidade territorial, explicando que a dispersão habitacional dos beneficiários exige uma atuação alargada: *“Maioritariamente na AML. (...) Com o fecho das pensões, as pessoas estão distribuídas: linha de Sintra, margem sul e praticamente toda a área metropolitana.”* (E4)

As associações Boavista, Maio, São Vicente e Sal acompanham casos a nível nacional, intervindo em diversos pontos do país. Este alargamento territorial demonstra a capacidade das entidades da economia social em prosseguir o interesse geral da sociedade (LBES, art. 3.º), respondendo a necessidades que ultrapassam o contexto local.

A associação Sal destaca-se ainda pela sua atuação internacional, como afirma o entrevistado E5: *“Não temos limites.”* (E5) Este modelo é igualmente observado nas associações Brava e Santo Antão, que combinam intervenção local com presença nacional e, em alguns casos, internacional, articulando redes transnacionais que refletem a natureza global das comunidades migrantes. Esta articulação entre níveis local, regional e internacional confirma que as entidades da economia social podem operar em múltiplos patamares de intervenção — do comunitário ao internacional — desde que mantenham a prossecução dos seus objetivos socialmente relevantes.

A diversidade territorial — que abrange níveis locais, intermunicipais, nacionais e internacionais — evidencia a plasticidade organizacional das associações cabo-verdianas, plenamente alinhada com os princípios da economia social. Esta atuação multiescalar permite ajustar respostas às necessidades concretas das comunidades, reforçando o papel destas entidades enquanto agentes de proximidade, mediadores institucionais e estruturas de apoio no contexto migratório, tal como reconhecido na literatura sobre economia social e associativismo migrante.

A análise do financiamento revela que a maioria das organizações depende das quotas pagas pelos sócios, embora em muitos casos estas não sejam pagas com regularidade. Como refere o entrevistado E4: *“A associação é formada por sócios, onde há uma cota mensal que os sócios podem pagar, mas isso na prática não acontece muito.”* (E4)

A irregularidade no pagamento das quotas evidencia fragilidades financeiras típicas das organizações comunitárias, cuja sustentabilidade depende sobretudo da mobilização interna e do envolvimento ativo dos associados.

Além das quotas, outra forma de financiamento mencionada pelos entrevistados são os “*apoios pontuais*” (E9), provenientes de: juntas de freguesia, câmaras municipais, Governo de CV, parceiros locais e comunidade em geral. Estes apoios enquadram-se no princípio da subsidiariedade previsto na LBES (art. 5.º, alínea e), que permite às entidades da economia social articular-se com instituições públicas e privadas para alcançar objetivos socialmente relevantes. Contudo, a natureza pontual e irregular destes apoios evidencia a vulnerabilidade financeira das associações, que não dispõem de fontes de financiamento estáveis.

Em dois casos excecionais — São Vicente e Santa Luzia — as organizações dispõem de rendimento proveniente do aluguer de imóveis pertencentes à associação. Os testemunhos ilustram esta realidade: “*Temos um salão que alugamos para as atividades. Alugamos três fins de semana por mês para festas, batizados, aniversários, casamentos (...).*” (E2) “*A associação tem dois espaços (...). Neste momento temos uma gastronomia de topo.*” (E3)

O voluntariado surge como elemento essencial no funcionamento destas organizações, constituindo o principal recurso humano e económico. Esta centralidade confirma a primazia das pessoas sobre o capital (LBES, art. 5.º) e evidencia a importância da participação comunitária na manutenção das associações cabo-verdianas.

A associação Sal, por possuir personalidade jurídica de IPSS, combina estabilidade institucional — decorrente do enquadramento legal e da possibilidade de aceder a financiamentos públicos — com autonomia comunitária, sustentada pelos seus sócios e pela ligação à comunidade cabo-verdiana.

No domínio dos recursos humanos, os resultados demonstram que 6 das 10 organizações dependem exclusivamente do voluntariado, funcionando sem qualquer trabalhador ou colaborador remunerado, dependendo inteiramente da disponibilidade dos seus dirigentes e membros. Como referiu o entrevistado E9: “*Somos todos voluntários porque as pessoas têm a sua vida.*” (E9) A ausência de trabalhadores remunerados conduz frequentemente à acumulação de tarefas e funções, uma vez que os mesmos voluntários asseguram simultaneamente: atividades regulares, gestão administrativa e articulação institucional. Esta sobrecarga operacional evidencia a vulnerabilidade estrutural das organizações comunitárias, cuja capacidade de resposta depende diretamente da mobilização interna e da disponibilidade dos seus membros. Tal fragilidade é coerente com os desafios

reconhecidos na LBES para entidades que operam com autonomia operacional e recursos limitados, exigindo modelos de gestão democráticos e ajustados às condições reais de funcionamento.

Por outro lado, quatro associações apresentam modelos parcialmente profissionalizados, combinando estagiários, colaboradores contratados e profissionais remunerados através de projetos financiados por entidades externas. O entrevistado E6 explica esta realidade: “*Temos uma administrativa (...) contratada por uma parceira.*” (E6). Este modelo híbrido evidencia a capacidade das entidades da economia social de articular recursos comunitários com financiamentos externos, em consonância com o princípio da subsidiariedade previsto na LBES.

A associação Sal, por possuir o estatuto de IPSS, apresenta uma estrutura mais sólida e profissionalizada, com nove trabalhadores contratados e efetivos, combinando estabilidade institucional com ligação comunitária. Este enquadramento jurídico permite-lhe desenvolver serviços estruturados e de maior impacto, tal como previsto na LBES, que reconhece as IPSS como entidades de solidariedade social capazes de assegurar respostas especializadas e continuadas.

Tabela 5: Número dos sócios por associação cabo-verdiana

Associações	Nº aproximado de sócios
Associação Santo Antão	1700
Associação São Vicente	558
Associação Santa Luzia	1000
Associação São Nicolau	300
Associação Sal	Não foi disponibilizada essa informação
Associação Boavista	2964
Associação Maio	400
Associação Santiago	230
Associação Fogo	20
Associação Brava	400

Fonte: Elaboração própria

O quadro acima apresentado reflete uma variação significativa no número de sócios entre as organizações cabo-verdianas entrevistadas. Estes dados demonstram diferentes níveis de capacidade de mobilização comunitária, alcance territorial e grau de institucionalização, evidenciando a heterogeneidade do movimento associativo cabo-verdiano em Portugal.

A associação Boavista detém o maior número de sócios (2964), resultado da sua missão educativa e da existência de núcleos espalhados pelo país. Em segundo lugar encontra-se a associação Santo Antão, com cerca de 1700 sócios; sendo uma das primeiras associações cabo-verdianas em Lisboa, apresenta uma estrutura consolidada e uma atuação historicamente relevante na inclusão, acolhimento e integração de pessoas migrantes cabo-verdianas.

A associação Santa Luzia, com cerca de 1000 sócios, mantém uma forte ligação à comunidade local, apesar de adotar um modelo organizacional mais fechado. Em contraste, as associações Fogo (20 sócios) e Santiago (230 sócios) apresentam números menos expressivos, refletindo uma atuação territorial limitada e centrada em grupos locais. Estes números sugerem uma dinâmica comunitária essencialmente cultural, com menor capacidade de mobilização formal e alcance territorial reduzido.

As associações São Vicente (558 sócios), São Nicolau (300), Maio (400) e Brava (400) situam-se numa posição intermédia, retratando uma atuação intermunicipal ou regional na AML. Estas entidades demonstram envolvimento significativo e capacidade de articulação com outras organizações do ecossistema, mantendo uma base associativa estável e coerente com o princípio de participação livre e voluntária previsto na LBES, que reconhece o papel dos associados na vida democrática das organizações.

A associação Sal não disponibilizou informações relativas ao número de sócios. Contudo, com base nos dados recolhidos durante a entrevista, observa-se uma atuação nacional e internacional, sugerindo uma base comunitária alargada, ainda que não formalmente registada.

Importa salientar que vários entrevistados mencionaram que os números apresentados não correspondem ao total de sócios efetivamente ativos. A maioria dos sócios não paga quotas nem participa nas atividades, seja por residirem noutros países, por estarem afastados da vida associativa ou até por já terem falecido. Como refere a entrevistada E1:

“Quase 1700, mas alguns faleceram e nem todos têm quotas em dia. Outros estão em CV ou noutros países.” (E1).

Esta discrepância entre sócios registados e sócios efetivamente envolvidos evidencia desafios de mobilização, participação democrática e sustentabilidade financeira, aspetos centrais na gestão das entidades da economia social. A irregularidade da participação reforça a necessidade de atualização de registo, reativação do envolvimento comunitário e fortalecimento da relação entre os associados e organizações. O número de sócios das associações cabo-verdianas revela, assim, uma diversidade estrutural que expressa diferentes modelos de atuação, níveis de institucionalização e capacidades de mobilização.

No que se refere ao espaço físico, os dados mostram que a maioria das associações dispõe de um local — cedido ou alugado — que funciona como sede administrativa, ponto de encontro comunitário ou espaço para a realização de atividades culturais e sociais. A existência de um espaço físico, ainda que por vezes limitado, confirma a importância da autonomia organizacional prevista na LBES (Assembleia da República, 2013).

Apesar de ser um recurso essencial para o desenvolvimento das atividades, vários entrevistados foram enfáticos ao afirmar que o espaço *“não é suficiente”* (E4) para responder às necessidades das organizações. Em alguns casos, o espaço não acompanha o crescimento da associação, funcionando apenas como ponto de apoio administrativo, sem capacidade para acolher atividades ou serviços mais estruturados.

O testemunho do entrevistado E6 ilustra esta limitação: *“São 4 metros quadrados ou 3 metros quadrados. Antes fazia tudo aqui (...) agora com a administrativa já não há espaço para mais.”* (E6).

Tabela 6: Público-alvo por associação

Associações	Público-alvo principal	Tipo de intervenção	Excerto justificativo
Associação Santo Antão	- Trabalhadores locais; - Migrantes que necessitam de apoio documental; - Artistas; - Escritores e Entidades públicas;	Social, Cultural e Administrativo	<i>“Pessoas que nos procuram para tratar documentação... procurados por escritores, artistas (...) juntas de freguesia (...)”</i> (E1).

Associação São Vicente	- Imigrante recém-chegado; - Imigrante que já está naquela fase da reforma;	Administrativo, Social e Informativo	<i>“O perfil é o imigrante recém-chegado e o imigrante que já está na fase da reforma. (...) Quando chega precisa de número de contribuinte, segurança social, atestado da Junta, casa e emprego. (...) Muitos têm pensões baixas e não sabem que podiam completar os 15 anos de descontos.” (E2).</i>
Associação Santa Luzia	- Principalmente os próprios associados e membros da comunidade local;	Social e Comunitário	<i>“Sim, basicamente são os sócios” (E3).</i>
Associação São Nicolau	- Pessoas evacuadas de CV para tratamento médico e seus acompanhantes; - Público referenciado pela Embaixada; - Pessoas vulneráveis a exploração; - Estudantes, trabalhadores recém-chegados, pessoas com dificuldades no AIMA; - Pessoas em choque com a burocracia portuguesa e com baixa literacia administrativa;	Social, Administrativa e Assistencial	<i>“Na maioria são pessoas em tratamento médico. Qualquer cidadão cabo-verdiano com dificuldades pode ser referenciado pela Embaixada. Ajudamos gratuitamente no agendamento do AIMA, estudantes e pessoas que vieram trabalhar” (E4).</i>
Associação Sal	- Famílias de baixos rendimentos; - Pessoas idosas, viúvas e isoladas; - Moradores de habitação municipal; - Pessoas com baixa literacia administrativa; - Pessoas que enfrentam erros, atrasos e injustiças administrativas;	Social, administrativa e de Mediação institucional	<i>“As rendas variam entre 2€, 5€ e 400€ no mesmo prédio. A dificuldade maior é pagar a renda. A burocracia da Câmara e da Junta prejudica muito. Acompanhamos pessoas que sozinhas não conseguem resolver, fazendo mediação com AIMA, SEF, posto médico e Finanças” (A5).</i>
Associação Boavista	- Estudantes do ensino profissional e superior;	Educativa e de apoio académico	<i>“Os estudantes do ensino profissional e superior” (E6).</i>
Associação Maio	- Estudantes do ensino superior, principalmente os recém-chegados;	Educativa, Juvenil e de Integração académica	<i>“Penso que são os caloiros, os caloiros são os que procuram mais a associação” (E7).</i>
Associação Santiago	- Jovens estudantes; - Pessoas desempregadas; - Pessoas com necessidades administrativas;	Social, Administrativa e Informativa	<i>“Jovens estudantes e desempregados e adultos, pedindo apoios e informações (...) regularização, legislação laboral, pedidos de nacionalidade” (E8).</i>
Associação Fogo	- Toda a comunidade cabo-verdiana, independentemente de serem membros ou não,	Cultural, Social e de Mediação comunitária	<i>“O público-alvo são os cabo-verdianos residentes; a associação vai ao encontro das pessoas, faz sensibilização e mediação cultural, apoiando imigrantes na adaptação às regras do país” (E9).</i>
Associação Brava	- Cabo-verdianos já integrados e residentes há muitos anos em Oeiras; - Pessoas recém-chegadas;	Social, Administrativa e Comunitária	<i>“(…)70% são residentes que nos procuram; os recém-chegados são 3% e chegam com questões de visto, segurança social, número fiscal, atestado, trabalho e casa” (E10).</i>

Fonte: Elaboração própria

A análise da tabela evidencia que as associações apresentam múltiplas formas de intervenção e públicos-alvo diversificados, abrangendo recém-chegados, estudantes, trabalhadores, pessoas idosas, famílias de baixos rendimentos, artistas e indivíduos com baixa literacia administrativa.

As associações culturais (Santo Antão, Santa Luzia, Fogo, Santiago) concentram-se sobretudo na comunidade local e em artistas, como refere o entrevistado E1: *“Pessoas que nos procuram para tratar documentação... escritores, artistas.” (E1)*

As associações mais institucionalizadas (São Vicente, São Nicolau, Sal, Brava) acompanham públicos vulneráveis, como recém-chegados, idosos e pessoas em tratamento médico: “*O perfil é o imigrante recém-chegado e o imigrante na fase da reforma.*” (E2)

As associações educativas (Boavista, Maio) direcionam a sua ação para estudantes, sendo os caloiros quem mais procura apoio: “*Os caloiros são os que procuram mais a associação.*” (E7)

Este panorama evidencia que, nas comunidades cabo-verdianas em Portugal, existe uma heterogeneidade significativa, demonstrando que as associações são entidades essenciais para responder às mais distintas necessidades — desde apoio administrativo e documental até ações educativas, comunitárias e culturais.

9 As iniciativas promovidas pelas OES no acolhimento de imigrantes cabo-verdianos

9.1 Acolhimento na prática

A partir das entrevistas realizadas com representantes das associações, foi possível compreender que o acolhimento promovido por estas entidades assume um carácter multifacetado, longe de ser uniforme, moldando-se às mais variadas necessidades vividas pelas pessoas migrantes e à estrutura organizacional de cada associação.

Os entrevistados relatam práticas que revelam uma abordagem plural — desde o reforço identitário: “*(...) gostamos sempre que sejam os estagiários afro-descendentes ou descendentes de cabo-verdianos. Porque nós sabemos que as pessoas vão perdendo um bocado o contacto com a cultura (...)*” (E4), até às questões burocráticas indispensáveis para a integração: “*Tentamos orientar a pessoa que não sabe o que tem que ter (...) tratar do NIF, do passe para circular nos transportes públicos (...) da segurança social e outras coisas necessárias para estar legalmente.*” (E9). Esta pluralidade demonstra que o acolhimento desenvolvido pelas associações cabo-verdianas não é um serviço padronizado, mas sim um processo relacional e contextual, que depende tanto da capacidade das associações de reconhecerem necessidades concretas como da sua inserção comunitária.

Esta diversidade observada confirma o que Albuquerque (2008) descreve como a capacidade adaptativa das associações de pessoas migrantes, cuja atuação se molda de acordo com as necessidades específicas da comunidade, o contexto territorial em que estão inseridas e a evolução das dinâmicas migratórias. Segundo a autora, o empenho destas organizações em resolver problemas que não afetam diretamente os seus membros, mas que mobilizam a ação coletiva, está profundamente ligado à sua capacidade de adaptação à realidade circundante. Essa adaptabilidade permite-lhes atuar simultaneamente na esfera da “(re)criação cultural e identitária e na da integração dos imigrantes na sociedade de acolhimento”, dimensões que se reforçam mutuamente no quotidiano associativo (2008, p. 100).

O acolhimento, tal como definido por Horta et al. (2010), corresponde a um conjunto de respostas iniciais destinadas a suprir necessidades urgentes e transitórias — o que se observa claramente nas práticas relatadas pelas associações. Estas respostas incluem: orientação e informação, apoio documental e mediação institucional, compondo o primeiro nível de suporte essencial para recém-chegados. Assim, o acolhimento funciona, como uma ponte entre o momento de chegada e o processo de integração, reduzindo incertezas e facilitando o acesso aos serviços públicos.

Os resultados demonstram que o acolhimento promovido pelas associações cabo-verdianas é um processo complexo e adaptável, combinando: respostas administrativas, apoio comunitário, orientações sociais e ações de preservação identitária. Esta dinâmica, também observada por Sardinha (2002) no contexto da AML, evidencia a capacidade destas organizações de responder de forma integrada às diversas dimensões da experiência migratória.

A articulação entre dimensões burocráticas, culturais e comunitárias mostra que o acolhimento é simultaneamente técnico e afetivo, reforçando o sentimento de pertença entre os recém-chegados, e a autonomia na interação com serviços públicos. Contudo, o acolhimento não é homogêneo: depende do grau de inserção dos indivíduos. Como refere a entrevistada E3, grande parte dos sócios da associação já se encontra plenamente integrada na sociedade portuguesa — com vida profissional estável — e, por isso: “*não têm essa necessidade do grande apoio que tem um imigrante que chega de CV.*” (E3)

Isto evidencia que as práticas de acolhimento são ajustadas às necessidades específicas de cada pessoa e às transformações registadas na comunidade cabo-verdiana na diáspora,

confirmando que a integração é um processo gradual (Góis et al., 2019). Assim, o acolhimento não é apenas uma resposta inicial, mas um processo dinâmico, cuja forma e intensidade se transformam consoante a evolução da comunidade e das trajetórias migratórias.

Quando questionados sobre os pedidos mais frequentes dos recém-chegados ao dirigirem-se às associações, os entrevistados foram quase unânimes em afirmar que estes procuram sobretudo informações e orientações: “*Orientação para saber o que é preciso e onde devem ir.*” (E9)

A exceção surge na associação Santa Luzia, que, por ser uma entidade mais fechada e trabalhar quase exclusivamente com os seus sócios, recebe sobretudo pedidos de utilização do espaço para eventos culturais, como refere a entrevistada E3: “*Os pedidos que têm acontecido ultimamente são para pedir o espaço para lançar um livro ou para trazer uma revista cultural ou algo do género.*” (E3)

Conclui-se que os pedidos dos recém-chegados não se limitam ao domínio informativo, abrangendo também dimensões materiais — “*apoio alimentar*” (E4) — e institucionais — “*mediação com as repartições públicas*” (E8). Isto confirma que o acolhimento envolve tanto necessidades básicas como necessidades de navegação institucional, reforçando o papel das associações enquanto mediadoras no processo de integração e enquanto estruturas de proximidade que reduzem barreiras de acesso aos serviços públicos.

Algumas associações funcionam em regime de “*porta aberta*” (E1), atendendo toda a comunidade sem discriminação, dentro do horário de funcionamento e sem necessidade de marcação prévia. Este modelo privilegia a acessibilidade, a proximidade, a informalidade e a rapidez de resposta características essenciais do associativismo de base comunitária — adotado pelas associações Santo Antão, Santa Luzia, Sal, Boavista, Maio, Santiago e Fogo. Como refere a entrevistada E1: “*As pessoas, dentro do nosso horário de funcionamento, podem vir aqui ter connosco ou podem telefonar.*” (E1). Mesmo quando não conseguem acompanhar diretamente os problemas, procuram orientar e informar: “*Dentro do nosso âmbito, nós ajudamos sempre.*” (E1). A entrevistada sublinha ainda que a associação Santo Antão desempenha sobretudo um papel de encaminhamento: “*Não resolvemos, mas orientamos com informações ou com ajuda em relação aos documentos.*” (E1).

Por outro lado, associações como São Vicente, São Nicolau, Boavista e Brava optam por um modelo mais organizado, baseado em atendimento por marcação, horários específicos e gestão articulada com trabalho de BackOffice. Como refere o entrevistado E2: “*Temos um agendamento (...) a pessoa liga aos fins de semana ou todos os dias das 6 às 8 da noite.*” (E2). E como explica o entrevistado E4: “*Não fazemos atendimentos todos os dias, porque há dias dedicados ao BackOffice.*” (E4). Este modelo permite maior organização interna, especialmente para associações que lidam com processos complexos ou com maior volume de casos.

A maioria das associações não utiliza critérios formais de prioridade. Os atendimentos são realizados “*consoante a necessidade da pessoa*” (E5) ou pela ordem de chegada. Esta ausência de burocracia interna reforça a lógica de acolhimento centrada na pessoa, característica típica das organizações comunitárias. Quando não é possível resolver os problemas, as associações optam pelo encaminhamento para instituições especializadas ou parceiros, confirmando o papel das associações como mediadoras entre as pessoas migrantes e o sistema institucional (Dias, 2012; Góis, 2008), como explica o entrevistado E4: “*Há situações que conseguimos resolver, mas apoio material ou alimentar referenciamos a outras instituições.*” (E4). E como acrescenta o entrevistado E6: “*Normalmente os encaminhamentos que nós fazemos são na base das parcerias. (...) Se for para apoio psicológico, nós mandamos, mas a custo zero.*” (E6).

Grande parte das práticas de triagem e acompanhamento centra-se no apoio documental, ajudando as pessoas migrantes a preencher: impressos para Segurança Social, AIMA, reagrupamento familiar, renovação de cartão, nacionalidade e Finanças.

Como refere o entrevistado E2: “*Impressos para ir à Segurança Social, AIMA, reagrupamento familiar, renovação do cartão, nacionalidade (...)*” (E2) Sempre que necessário, as associações acompanham presencialmente os imigrantes: “*Acompanhamos a pessoa à AIMA, SEF, posto médico, Finanças.*” (E5). Para além do apoio administrativo, as associações desenvolvem ações comunitárias, como: distribuição de alimentos — “*pão, frango e bolos (...) quem quiser traz um saco e leva*” (E5); limpezas voluntárias em casas de pessoas vulneráveis; apoio emocional e comunitário informal. Estas práticas demonstram que o acolhimento promovido pelas associações cabo-verdianas combina: dimensões administrativas, dimensões sociais, dimensões

comunitárias. Confirmam que a integração inicial depende tanto da capacidade de navegar a burocracia estatal como da existência de redes informais de apoio que reforçam o sentimento de pertença.

10 As estratégias utilizadas pelas OES para promover a integração social, económica e cultural

10.1 Serviços e estratégias mobilizadas

As entrevistas mostram que as associações cabo-verdianas em Portugal desenvolvem um conjunto amplo de apoios e serviços prestados diretamente às pessoas migrantes, muitas vezes ultrapassando a sua missão inicial. Embora a maioria das associações apresente uma missão centrada na dimensão cultural, assumem também funções administrativas, sociais, jurídicas e comunitárias, respondendo assim às necessidades concretas da comunidade migrante. Esta multiplicidade de funções revela que, na prática, as OES operam como estruturas híbridas, combinando objetivos culturais com respostas sociais e administrativas, o que confirma a capacidade adaptativa das OES já identificada por Albuquerque (2008), que sublinha que estas organizações ajustam a sua ação às exigências do território e às vulnerabilidades dos seus públicos.

Diversas associações assumem funções administrativas e jurídicas que não constam formalmente da sua missão. A associação Santo Antão, por exemplo, apesar de se definir como uma “*associação cultural*”, acumula funções administrativas através da “*Casa do Cidadão*”, onde é possível “*tirar certidões sempre que é necessário*” e de “*acompanhamento jurídico*” (E1), assegurado por uma advogada que é parceira da associação. Outras associações reforçam esta dimensão acompanhando presencialmente os imigrantes a serviços públicos: “*acompanhamos a pessoa à AIMA, SEF, Finanças, posto médico*” (E5). Estas práticas evidenciam que as associações funcionam como mediadoras institucionais, reduzindo barreiras burocráticas e linguísticas no acesso aos serviços públicos — uma função amplamente reconhecida pela literatura sobre o associativismo migrante.

A mediação institucional torna-se especialmente importante para pessoas que têm vergonha, desconhecimento ou medo de procurar diretamente as instituições. O testemunho do entrevistado E9 ilustra bem esta dinâmica ao relatar que: *“uma família (...) com problemas em pagar a renda, água, luz (...) há um fundo de emergência social. Muitas vezes têm vergonha de ir à Câmara (...) falam connosco. Pedimos toda a documentação e encaminhamos para a Câmara. Se está com problemas de alimentação ou medicação (...) fazemos toda a tirada e enviamos para a Câmara”* (E9). Este exemplo mostra que as associações não apenas orientam, mas substituem temporariamente a presença das pessoas migrantes nas instituições, atuando em seu nome e mediando procedimentos que exigem deslocação, conhecimento administrativo e capacidade de comunicação.

As associações respondem também a situações de vulnerabilidade social, como ilustra o entrevistado E2 ao referir a preparação e distribuição de cabazes alimentares: *“Estamos aqui a preparar os cabazes para cestas básicas (...) chegamos a entregar 200, 280, 300 cestas básicas”* (E2). Estes materiais são possíveis graças a parcerias com entidades públicas, privadas e doadores individuais. Para além de apoios alimentares, algumas associações distribuem material escolar, enviam materiais escolares para escolas e jardins em CV e mobilizam apoios para vítimas de tragédias ambientais no país de origem. Estas ações demonstram que as associações cabo-verdianas operam simultaneamente — no país de acolhimento e no país de origem — reforçando a dimensão transnacional do associativismo cabo-verdiano.

A associação São Nicolau destaca-se pelos serviços prestados às pessoas migrantes que chegam a Portugal para tratamento médico e não têm rede familiar de suporte. A associação disponibiliza moradias *“partilhadas (...) a lógica é de interajuda, porque muitas pessoas vêm desacompanhadas e clinicamente frágeis”*. Estas práticas mostram que as associações preenchem lacunas institucionais — oferecendo suporte material e emocional que o Estado não consegue assegurar de forma imediata, funcionando como estruturas informais de proteção social.

Algumas associações, como Boavista e Santiago, desenvolvem ações direcionadas às crianças e aos jovens, que incluem acompanhamento escolar direto — *“Nós fazemos essa parte de educação, informação (...), o acompanhamento dos jovens mesmo junto das*

escolas. Falamos com as escolas, falamos com os estudantes. Fazemos atividades com eles, integração” (E6). Estas organizações articulam-se com escolas e autarquias e promovem atividades de integração, desporto, cultura e recreação, bem como encontros anuais de estudantes: “*Temos um encontro anual de estudantes maenses, cada ano numa cidade diferente.*” e — “*respostas às solicitações das diversas escolas do ensino básico (...)*” (E8). Estas práticas reforçam o papel ativo das associações na integração da segunda geração, confirmando a ideia defendida por Góis et al. (2019) de que as redes comunitárias são essenciais na integração escolar e emocional dos jovens descendentes migrantes.

O apoio psicossocial também está presente, através de psicólogos parceiros que prestam atendimento gratuito ou de baixo custo. Estas iniciativas reforçam a integração escolar, emocional e social dos jovens, alinhando-se à literatura que destaca a importância das redes comunitárias na integração das segundas gerações.

As associações cabo-verdianas desempenham um papel central na dimensão sociocultural, funcionando como espaço de produção e preservação cultural, convivência comunitária, participação cívica e articulação transnacional. O testemunho da entrevistada E1 evidencia a amplitude das iniciativas culturais desenvolvidas: “*Fazemos lançamentos de livros, conferências, palestras e debates (...) damos apoio a artistas emergentes e consagrados (...) organizamos ensaios assistidos a peças de teatro em criação, somos parceiros na divulgação de concertos, espetáculos, cinema, teatro que estejam relacionados com a cabo-verdianidade*” (E1). Estas iniciativas mostram que as associações são guardiãs da memória cultural na diáspora, garantindo continuidade e fortalecendo o sentimento de pertença entre os membros da comunidade.

A associação Santa Luzia reforça esta dimensão ao sublinhar que as ações culturais não se restringem somente aos sócios, tendo a associação já acolhido “*apresentações de livros de pessoas que não são sócios*” (E3), o que mostra vocação comunitária, abertura e inclusão — características essenciais das ações socioculturais das associações de pessoas migrantes.

O desporto surge como uma estratégia sociocultural relevante, funcionando como instrumento de integração e convivência intercultural. O entrevistado E2 descreve torneios realizados a nível nacional e internacional, e conta com equipas dos Países

Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), da diáspora e de CV: “*Nós temos a nível do desporto (...) temos uma participação desportiva grande. (...) vamos ter um encontro com a equipa de futebol (...) organizar o torneio de 1 de Maio Dia dos Trabalhadores. O torneio dos 51 anos da Independência de CV (...) são 2 dias. Nós fazemos a nível dos PALOP: Angola, Guiné, São Tomé, CV, Moçambique e Portugal. Trazemos uma equipa de CV todos os anos (...) mais 3 equipas da diáspora europeia. São 10 equipas (...) medalhas atribuídas aos jogadores (...) taças do primeiro e segundo lugar*” (E2). A associação Fogo segue a mesma lógica, promovendo encontros desportivos tanto a nível regional — com equipas de outras comunidades cabo-verdianas na AML — como a nível transnacional — através de jogos realizados com equipas em CV. Estas iniciativas reforçam os laços comunitários, promovem estilos de vida saudáveis e fortalecem a identidade coletiva, funcionando como espaços de integração informal.

A entrevistada E1 destaca iniciativas de “*Afro-empendedorismo, Empreendedorismo Afrodescendente e Empoderamento Feminino*”, que promovem a liderança e visibilidade feminina e afrodescendente no espaço comunitário e sociocultural. Estas ações ampliam o impacto das associações para além da esfera cultural, contribuindo também para a integração económica e para a participação cívica.

A análise das associações que participaram no estudo revela uma rede de parcerias complexa e heterogénea, marcada por estruturas que vão desde configurações fortes e institucionalizadas até redes frágeis e informais. Embora todas reconheçam a importância das cooperações para a execução das suas atividades, os graus de formalização destas parcerias variam significativamente. De modo geral, estas organizações articulam-se com cinco grandes setores:

- Instituições públicas (Câmaras Municipais, Juntas de Freguesia, AIMA);
- Instituições de ensino (universidades, escolas profissionais, escolas básicas);
- Outras associações e coletivos culturais e artísticos;
- Setor privado (empresas, fundações, pequenos negócios);
- Sociedade civil (voluntários, artistas, doadores).

Esta diversidade de parceiros mostra que as associações atuam como nós de ligação entre diferentes setores da sociedade, ampliando a sua capacidade de intervenção.

As câmaras municipais e juntas de freguesia constituem os parceiros mais recorrentes na maioria dos casos, fornecendo apoios essenciais — transportes, materiais, espaço, apoio financeiro, entre outros — que permitem às associações desenvolverem as suas diversas atividades. Verifica-se também parcerias com a AIMA; contudo, são poucas as organizações que conseguem esse contacto, o qual é frequentemente descrito como um processo difícil. Algumas associações, como Santo Antão, São Vicente, Sal, Fogo e Brava, destacam-se por manterem relações mais amplas e estreitas com as entidades públicas, evidenciando maior capacidade de mobilização e estabilidade organizacional. A Embaixada de CV é igualmente referida por alguns entrevistados como sendo um parceiro estruturante, refletindo uma forte ligação transnacional, principalmente com o governo de CV.

As parcerias com instituições de ensino reforçam a dimensão educativa e formativa das associações, enquanto as parcerias culturais ampliam a sua capacidade de intervenção sociocultural. O setor privado contribui com doações, patrocínios e cedência de recursos — financeiros, materiais e voluntários — evidenciando uma crescente abertura das associações ao tecido empresarial. A sociedade civil — composta por voluntários, moradores, doadores, artistas e outros colaboradores — representa um apoio essencial, principalmente para as associações com menor formalização institucional (Santiago e Fogo). Contudo, estas redes “*informais*” tendem a ser instáveis e dependentes da disponibilidade de cada indivíduo, o que limita o planeamento estratégico a médio e longo prazo e fragiliza a sustentabilidade das iniciativas.

Os serviços e estratégias mobilizadas pelas associações cabo-verdianas revelam uma atuação multifacetada, adaptativa e profundamente enraizada nas necessidades da comunidade migrante. Estas organizações articulam funções administrativas, sociais, educativas, culturais e comunitárias, assumindo um papel central na mediação entre as pessoas migrantes e as instituições. As OES afirmam-se como atores centrais na construção de percursos de integração mais estáveis, inclusivos e sustentáveis para a população cabo-verdiana em Portugal, contribuindo para fortalecer redes de apoio, ampliar oportunidades e consolidar sentidos de pertença.

10.2 Direitos e contexto político

Os resultados da investigação evidenciam que os acessos aos serviços públicos em Portugal apresentam uma série de dificuldades enfrentadas pelas pessoas migrantes, afetando diretamente a inserção na sociedade de acolhimento e comprometendo o exercício pleno dos seus direitos. Estas dificuldades expõem fragilidades estruturais do sistema público e reforçam o papel das associações cabo-verdianas enquanto mediadoras essenciais no acesso à informação, aos serviços e à proteção dos direitos. Esta mediação torna-se crucial num contexto em que o Estado não consegue garantir respostas consistentes e acessíveis, levando as associações a assumir funções que ultrapassam a sua missão formal.

A falta de informação e o desconhecimento dos direitos surgem como principais barreiras enfrentadas pelas pessoas migrantes, segundo vários entrevistados. Como refere E1: “(...) *é na falta de informação e conhecimento sobre os seus direitos e sobre os seus deveres, porque quem não conhece os seus direitos não se pode defender (...)*” (E1). A entrevistada acrescenta ainda que muitas pessoas migrantes “*não sabem onde ir*” e, por isso, recorrem diretamente à associação, que se torna o primeiro ponto de contacto com o sistema institucional. O entrevistado E10 reforça esta perceção ao afirmar que “*há muita falta de informação*” (E10), o que limita o acesso aos direitos e força as pessoas migrantes a dependerem de intermediários para resolver os seus problemas. Esta dependência revela uma assimetria informal, onde o desconhecimento dos direitos gera vulnerabilidade e reforça a importância das associações enquanto tradutoras institucionais, capazes de converter informações complexas em orientações simples e acessíveis.

A regularização é apontada como o maior desafio. O entrevistado E2 descreve um sistema que exige contratos de trabalho, representante fiscal e diversos documentos, criando um ciclo vicioso e difícil de quebrar: sem contrato não é possível regularizar a situação, e sem regularização não se consegue obter contrato. Este paradoxo administrativo evidencia que existe uma exclusão estrutural, onde cumprir regras depende de condições que os próprios serviços tornam difíceis de alcançar.

A transição do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) para a AIMA é apontada pelos entrevistados E6, E7 e E9 como um fator que agravou a situação dos processos administrativos — “*com a mudança do SEF para a AIMA acabam por surgir muitas*

dívidas, cada um diz uma coisa.” (E7). Mesmo quando as pessoas migrantes cumprem todas as exigências e apresentam toda a documentação necessária, “*as instituições responsáveis negam esse direito ou atrasam (...) arrastam o período*” dos processos, revelando fragilidades organizacionais que comprometem o exercício dos direitos.

A digitalização dos serviços públicos, embora tenha sido concebida para simplificar o processo, torna-se, para muitas pessoas, uma barreira adicional. Na prática “*as plataformas funcionam mal*” (E3) e muitas pessoas migrantes, sobretudo as mais velhas, “*não têm literacia informática*”. O entrevistado E9 acrescenta que “*hoje é tudo online*”, mas grande parte das pessoas não sabe fazer uma marcação na AIMA nem navegar nos sistemas. E10 sintetiza esta dificuldade ao afirmar que “*atualmente é quase tudo na Internet (...) mas não é fácil.*” Assim, a digitalização, em vez de facilitar o acesso, acaba por criar formas de exclusão, afetando sobretudo quem já vive em situação de vulnerabilidade social.

Embora Horta et al. (2010) destaquem o papel das novas tecnologias digitais na circulação de informação e na comunicação nos processos de democratização das narrativas migratórias, os testemunhos recolhidos revelam que, no contexto dos serviços públicos, a digitalização dificulta o acesso, afetando principalmente pessoas migrantes com pouca experiência digital. Este contraste entre potencial democratizador e barreiras práticas mostra que a tecnologia não é neutra e tende a reproduzir desigualdades já existentes.

O entrevistado E4 denuncia a falta de coerência interna nos serviços públicos: “*dentro de um serviço não há consensualidade: um funcionário diz uma coisa, outro diz outra*”. Esta inconsistência gera insegurança e leva estas pessoas a aceitarem um “*não*”, simplesmente por não conhecerem os seus direitos. O mesmo entrevistado afirma que “*o serviço público português já está a um fio de cair. É um desgaste muito grande*” (E4), revelando um desgaste institucional e a falta de capacidade de resposta dos serviços públicos. Esta instabilidade institucional faz com que as associações se tornem referências essenciais, oferecendo confiança, orientação e previsibilidade.

O entrevistado E5 revela um conjunto de vulnerabilidades socioeconómicas que dificultam o acesso aos direitos: famílias monoparentais, pobreza envergonhada, ausência de rede de apoio e insegurança alimentar. Muitas mães jovens (muitas são mãe e pai)

recorrem às associações: “garantimos um pequeno-almoço, um almoço e um lanche (...) porque muitas vezes eles não vão ter em casa. A família está desestruturada (...) tenho uma moça que vem cá todas as sextas buscar comida. Muitas pessoas têm vergonha da pobreza e não conseguem chegar ao teu lado e dizer ‘preciso disto’” (E5). Este testemunho mostra que o acesso aos direitos não depende apenas de barreiras administrativas, mas está profundamente ligado a desigualdades socioeconómicas, que condicionam as famílias a exercerem plenamente os seus direitos.

Vários entrevistados relatam falhas persistentes no contacto com as instituições públicas, sobretudo com a AIMA. Como refere a entrevistada E7, “*tentámos enviar um e-mail para expor essas preocupações, mas não tivemos sucesso*”, ilustrando a falta de resposta e a ineficácia dos canais formais de comunicação. O entrevistado E2 reforça esta perspetiva, comparando a situação vivida atualmente com o período em que existia o SEF: “*Antigamente o SEF funcionava mal, mas funcionava. Havia canais abertos de comunicação que hoje não temos. A AIMA é uma instituição fechada em termos de comunicabilidade com as associações de imigrantes*”. A ausência de canais acessíveis abre espaço para o surgimento de oportunistas, como refere o entrevistado E7: “*muita coisa hoje para resolver tem de se pagar*”, revelando o surgimento de intermediários informais que lucram com a vulnerabilidade dos migrantes.

O entrevistado E10 sublinha que as associações estão “*na linha da frente*”, desempenhando funções que deveriam ser do Estado. Esta transferência informal de responsabilidade revela uma dependência estrutural do Estado em relação ao setor associativo, que passa a desempenhar funções de mediação, orientação e acompanhamento. Como refere a entrevistada E1: “*há pessoas que não sabem onde ir. (...) Pessoas que vêm diretamente para a associação. Não sabem onde dar o primeiro passo, então muitas pessoas chegam cá e dizem: não, nós não fazemos esse serviço. Só posso dizer: olha, para tirar isso tem de ir ali acolá, mas isso já é muita pessoa certa, coisa e por cá assim*”. O entrevistado E8 acrescenta que alertam “*as pessoas para os seus direitos e deveres, indicando a legislação correspondente, as instituições competentes e, quando possível, mediamos o contacto com essas entidades*”, reforçando o papel das associações como educadoras cívicas.

Este papel é amplamente reconhecido na literatura. Dias (2012), demonstra que, desde os programas de realojamento, as associações de comunidades de migrantes têm desempenhado um papel de mediação entre as comunidades e o Estado, assumindo responsabilidades integradoras que continuam a ser “*de enorme relevo*” (2012, p. 56), ainda que insuficientes perante as necessidades existentes. De forma complementar, Albuquerque (2008) sublinha que estas organizações são reconhecidas institucional e politicamente como “*estruturas de mediação dos interesses dos imigrantes*” (2008, p. 201), desempenhando papel essencial na mediação, orientação e defesa das comunidades de pessoas migrantes. Em síntese, as associações cabo-verdianas preenchem lacunas deixadas pelas instituições públicas e garantem a mediação, orientação e apoio às comunidades.

Algumas associações acompanham de forma presencial as pessoas migrantes a tratarem os seus processos nos serviços públicos — AIMA, Finanças, Junta de Freguesia, Segurança Social e postos médicos — como referido pelos entrevistados E4, E5 e E7. Este acompanhamento é essencial para as pessoas que têm medo de enfrentar as instituições, possuem pouca literacia tecnológica ou enfrentam dificuldade linguística. Um caso descrito pela entrevistada E7 — “*um calouro (...) chegou a mandar uma mensagem no grupo geral a expor a sua preocupação porque tinha dificuldade em conseguir o NIF. Ele já tinha deslocado a outro distrito de Lisboa pensando que ia ser fácil, mas mesmo indo muito cedo encontrou uma fila enorme com várias pessoas*”. A entrevistada E7 relata: “*Ajudei um aluno a fazer o NIF (...) fui lá, tirei a senha e depois fomos fazer o NIF. E com o NIF já feito, ele fez o passe e depois foi para a faculdade. Sim, e ele já estava aqui há algum tempo, mas não tinha nada. Sim, e eu até servi como representante*” — ilustra como a presença física da associação substitui temporariamente o Estado, garantindo o acesso efetivo aos direitos.

A associação Sal dispõe de um “*Gabinete de Cidadania*” (E5), que apoia as pessoas migrantes em questões relacionadas com o IRS, emissão de passaporte na Embaixada, preenchimento de formulários, entre outros procedimentos administrativos. O entrevistado E4 destaca ainda o apoio na organização de documentos, sobretudo porque “*se faltar um documento, não aceitam nada. Antes aceitavam e notificavam para entregar depois. Mesmo com comprovativo de pedido de documento, não aceitam*”, revelando rigidez burocrática que penaliza quem desconhece procedimentos.

O entrevistado E10 complementa esta perspetiva, explicando que, além de ajudar a organizar documentos como passaporte ou registo criminal, as associações encaminham aos parceiros que conseguem acompanhar os processos de forma especializada.

A maioria das associações tem como parceiros advogados, que prestam apoio jurídico aos imigrantes em questões legais mais complexas. No caso da associação Santiago, esse apoio é assegurado por advogados reformados, com maior disponibilidade para acompanhar os processos.

Uma exceção é a associação Santa Luzia, que não intervém neste tipo de procedimentos. Como já referido anteriormente, trata-se de uma associação fechada e centrada nos seus sócios, os quais não apresentam estes tipos de problemas, pois estão totalmente integrados e inseridos na sociedade de acolhimento — muitos deles já têm até nacionalidade portuguesa. Ao contrário das demais associações, a associação Santa Luzia não desenvolve ações de apoio jurídico e administrativo.

No que diz respeito à relação entre as associações e o Estado, observa-se uma assimetria, marcada por “*alguma articulação pontual e sazonal*” (E1), dependência do poder público local e grandes dificuldades em ter contacto, principalmente depois da transição do SEF para a AIMA. Como refere o entrevistado E4: “*Interagimos mais com a AIMA. A instituição que interagimos quase diariamente é a AIMA. A comunicação é toda por e-mail. Não há hipótese de ligar. Há um certo bloqueio*”. Esta falta de diálogo fragiliza a capacidade de atuação das associações e aumenta a sensação de instrumentalização.

Para a associação Brava, a relação é mais fluida com o poder local, especialmente com a PSP, que “*faz muito bem a integração da comunidade e participa nas atividades — como jogo de futebol entre a PSP e os moradores do bairro*” (E10). Já com o poder central o diálogo é praticamente inexistente, e o mesmo entrevistado sublinha que “*o diálogo quebra barreiras, destrói preconceitos (...) quando não há diálogo, é complicado*” (E10).

Apesar de várias associações terem uma relação estável com as autarquias, persiste a perceção de que só são procuradas quando o Estado precisa delas. Como refere a entrevistada E1: “*Eu muitas vezes sinto que, quando precisam da associação, lembram-se de nós porque sabem que nós, naquilo que pudermos, somos incansáveis, mas não olham*

para as nossas necessidades”. Esta relação, embora funcional, é frágil e revela dependência sem reconhecimento, o que acaba por gerar tensões institucionais.

Por outro lado, nem todas as associações têm o mesmo grau de articulação institucional. A associação Santa Luzia estabelece uma relação sobretudo pontual, institucional, independente e de âmbito local. Já as associações São Nicolau e Maio enfrentam dificuldades, marcadas pela falta de respostas, atrasos e bloqueios com o Estado, o que fragiliza a sua capacidade de atuação. Em suma, as relações são descritas como funcionais, contudo frágeis e pontuais. A falta de diálogo e de reconhecimento intervém nestas relações com o poder central, o que sobrecarrega as associações, que acabam por desempenhar papéis que deveriam pertencer ao Estado, e frequentemente sentem-se instrumentalizadas.

No final de 2025 foi proposta uma série de alterações na lei de imigração e nacionalidade em Portugal. A Lei Orgânica n.º 1/2026 (Assembleia da República, 2026) é o resultado de um processo legislativo marcado por intensas negociações entre diversos grupos parlamentares. No início de 2026, entre os meses de março e abril, começaram os debates especializados. Finalmente, no mês de maio houve a aprovação, culminando na sua publicação no Diário da República (DR) no dia 18 do mesmo mês. O novo enquadramento jurídico introduz alterações profundas na lei da nacionalidade. Entre elas destaca-se o aumento do tempo de residência legal para a obtenção da nacionalidade portuguesa (os imigrantes devem residir *“legalmente no território português há pelo menos sete anos, no caso de nacionais de países de língua oficial portuguesa e de cidadãos de Estados-Membros da UE, ou 10 anos, no caso de nacionais de outros países”* (Assembleia da República, 2026). Outra mudança afetará diretamente os descendentes de imigrantes nascidos em Portugal, que a partir de agora só terão direito à nacionalidade portuguesa ao nascimento se um dos progenitores tiver, pelo menos, cinco anos de residência legal no país.

Outro requisito exigido é que as pessoas migrantes, para pedir a nacionalidade, devem comprovar *“através de teste ou de certificado, conhecer suficientemente a língua e a cultura portuguesas, a história e os símbolos nacionais”* (Assembleia da República, 2026). Além disso, foi eliminada a possibilidade de contabilizar o tempo de espera pela autorização de residência para o pedido de cidadania. Foram aprovadas várias outras

mudanças na lei da nacionalidade. Estas alterações endurecem o acesso à nacionalidade e podem agravar vulnerabilidades existentes, como antecipavam os entrevistados. Os testemunhos foram recolhidos antes da aprovação da Lei Orgânica n.º 1/2026, pelo que os resultados refletem as perceções dos representantes de associações de migrantes naquele momento. Ainda assim, os entrevistados já antecipavam impactos negativos na vida das pessoas migrantes, bem como no funcionamento das próprias associações.

Para a entrevistada E1, as alterações aproximam Portugal das agendas de extrema-direita e isso pode colocar em risco os princípios fundamentais dos direitos humanos. Ela reforça ainda que *“a nova lei portuguesa da imigração e da nacionalidade preocupa ONG’s que ajudam na integração”* (E1).

Algumas associações, como São Vicente, denunciam que as novas mudanças aumentam as obrigações impostas às pessoas migrantes, sem que haja um aumento equivalente das responsabilidades das instituições públicas, como afirma o entrevistado E2: *“as alterações são mais direccionadas às obrigações (...) e não aos deveres da instituição para o imigrante. Quem cumpre as obrigações deve também ter esses direitos (...) mas invertemos o papel. Quem cumpre as obrigações tem menos acesso ao direito e tem menos direitos”*.

A entrevistada E3 alerta que estas alterações podem agravar vulnerabilidades já existentes, como a dificuldade no acesso à habitação e a precariedade laboral vivida pelas pessoas migrantes — *“têm trabalhos muito mal pagos, vivem longe, têm uma vida quase de nova escravatura”* — e aumentam o *“racismo mais explícito (...) as pessoas demonstram a sua raiva”*. A entrevistada E1 acrescenta o receio de que se instale uma lógica de perseguição semelhante à *“caça ao homem”*, como a vivida nos EUA atualmente.

Já o entrevistado E4 alerta para o impacto imediato da entrada em vigor, que corre o risco de deixar *“milhares de pessoas sem enquadramento legal”*, aumentando situações de exploração e a criação de ilegalidades, como, por exemplo, a compra de contratos de trabalho.

As associações Boavista e Maio, que lidam diretamente com estudantes, demonstram preocupações com a ausência de diferenciação do perfil migratório. Para estas organizações deveria haver “*medidas que favoreçam os estudantes*” (E7), uma vez que as novas regras penalizam quem vem para Portugal para estudar e impõem exigências que as instituições de ensino não conseguem acompanhar.

As OES Sal e Brava preveem a necessidade de reforçar as suas capacidades internas para responder às novas demandas que virão com as mudanças, como refere o entrevistado E10: “*em princípio, vai entrar para a nossa equipa uma rapariga, uma administrativa que trabalha muito bem os processos da AIMA. Para nós, dar outro tipo de poder resolver esses casos*”, contudo existe a perceção de que “*não será fácil*”. Criticam ainda o facto de o processo ter avançado sem haver diálogo com quem trabalha no terreno, o que limita a capacidade de adaptação das associações. Estas perceções revelam receio de retrocesso nos direitos humanos e aumento da exclusão legal.

Os dados empíricos revelam um cenário marcado por constrangimento institucional, desigualdades socioeconómicas e processos de digitalização que, longe de democratizarem o acesso, reforçam mecanismos de exclusão. A falta de canais de comunicação eficazes com o Estado e o aumento das exigências legais intensificam estas vulnerabilidades. Perante isso, as associações cabo-verdianas tornam-se fundamentais na orientação, defesa e representação das pessoas migrantes. Tal como defendem Dias (2012) e Albuquerque (2008), constituem-se atores indispensáveis na promoção dos direitos e na construção de trajetórias de integração mais justas.

11 Os principais desafios enfrentados pelas OES durante o processo de inclusão

Antes de passarmos à identificação dos desafios enfrentados pelas associações durante o processo de inclusão, é necessário compreender a conjuntura social e comunitária em que estas associações atuam. Em primeiro lugar, importa analisar o papel das organizações na criação e no fortalecimento de redes de suporte, e de que forma essas redes contribuem para o bem-estar das comunidades cabo-verdianas na AML. Em seguida, é importante compreender de que forma essas entidades respondem a determinadas situações —

isolamento, vulnerabilidade e conflitos — analisando as estratégias mobilizadas e os limites enfrentados no terreno. Esta contextualização é essencial porque mostra que os desafios enfrentados pelas OES não aparecem isoladamente, mas são consequência direta das condições sociais, institucionais e comunitárias em que as OES operam.

11.1 Redes de suporte e papel comunitário

As entrevistas revelam que as associações desempenham um papel central na criação e no fortalecimento de redes de suporte, articulando-se com parceiros públicos, institucionais, comunitários e culturais para que assim possam responder às diversas necessidades das pessoas migrantes cabo-verdianas na AML. A partir destas redes, as associações ganham força na sua capacidade de intervenção e mostram a importância histórica do associativismo cabo-verdiano enquanto espaço de ajuda mútua, mediação e união comunitária. Assim, as OES revelam-se não apenas estruturas organizacionais, mas verdadeiros sistemas de suporte comunitário, capazes de mobilizar recursos formais e informais.

A análise dos resultados permite definir duas diferentes configurações principais de redes:

- Redes formais — estabelecidas com entidades como “*Câmara Municipal, Junta de Freguesia, bombeiros, polícia municipal, PSP, INEM*” (E2), bem como instituições de ensino, empresas e, não menos importante, outras associações;
- Redes informais — baseadas no diálogo, na confiança e na entreajuda comunitária, funcionando como uma ferramenta de proximidade e apoio.

Como sintetiza o entrevistado E10: “*Posso dizer que a base de toda a rede de suporte é o diálogo, sim, sem dúvida. Diálogo, até mais: a melhor rede de suporte são os associados, certo? Os associados, a partir do momento que sentem confiança de quem os representa, são a nossa rede de suporte (...)*”. Esta centralidade do diálogo e da confiança confirma a análise de Albuquerque (2008), que descreve as redes associativas como espaços de proximidade e de construção de “*laços fortes*” (2008, p. 390), geradores de capital social e incentivadores da participação cívica e comunitária. Assim, as redes não são apenas instrumentos operacionais, mas mecanismos de coesão social que sustentam a capacidade de intervenção das associações.

Várias associações funcionam como autênticas “*pontes*” (E7) entre as pessoas migrantes e as instituições, em alguns casos mobilizando contacto direto com autarcas e responsáveis locais para resolver problemas de extrema importância. O entrevistado E2 ilustra essa capacidade: “*Eu posso pegar no meu telefone, ligar ao presidente da câmara ou ao presidente da junta e dizer “temos isto para resolver”, e ele diz “amanhã, segunda-feira, terça-feira (...) vamos encontrar para resolver”*”. Este tipo de articulação evidencia a capacidade das associações de ativar redes formais que seriam inacessíveis para as pessoas migrantes, reduzindo a desigualdade no acesso ao poder institucional.

Algumas associações constroem redes culturais e simbólicas que ajudam a preservar e reforçar a identidade cabo-verdiana e a dinamizar a vida nas comunidades. A associação Santa Luzia é um exemplo paradigmático, centrando a sua atuação na promoção da cultura e funcionando como um espaço de preservação cultural e identitária. Esta dimensão confirma a função sociocultural das associações, responsáveis pela preservação e continuidade simbólica da diáspora (Sardinha, 2002).

Outras associações, como São Vicente e Sal, encontram-se numa categoria de organizações que desenvolvem projetos estruturantes — como a criação de oportunidades de negócios locais, distribuição de alimentos e materiais escolares e iniciativas de saúde comunitária. Para o entrevistado E5, as associações deveriam ter as funções de “*criar, modificar, encaixar (...) porque as coisas variam*”, de modo a facilitar a vida das pessoas e evitar deslocações constantes.

No domínio educativo, as redes incluem instituições de ensino, escolas profissionais e universidades, que colaboram com as associações para apoiar os estudantes na sua integração tanto a nível escolar como documental. Estas cooperações confirmam a importância das redes comunitárias na integração das segundas gerações, como destaca Góis et al. (2019).

É unânime entre as associações que o diálogo é um elemento central na criação de redes de suporte, servindo como mecanismo de mediação, confiança e resolução de conflitos. Como afirma o entrevistado E7: “*Fazemos a ponte através do diálogo*”.

Mesmo quando não se consegue resolver diretamente os problemas, essas organizações mantêm-se disponíveis para ouvir, orientar e acompanhar, muitas vezes substituindo a ausência de respostas institucionais. Como refere o entrevistado E4: *“Há muitas coisas que não conseguimos resolver, mas ouvimos as pessoas. Estamos aqui para fazer o que é possível, conscientes de que não é suficiente”* (E4). Este papel de escuta ativa é fundamental, porque muitas pessoas migrantes enfrentam isolamento, ansiedade e desorientação, e encontram nas associações um espaço seguro de acolhimento emocional.

As entrevistas revelam que as associações são, antes de mais, espaços onde as pessoas encontram alguém que as escuta, acompanha e não as deixa sozinhas. Para muitos imigrantes, estas entidades tornam-se um local onde podem ser simplesmente ouvidos, conforme descrito no excerto da entrevistada E1: *“Temos uma sócia que liga aqui só para conversa”*. Este apoio emocional, embora discreto, é essencial para combater o isolamento e reforçar o bem-estar psicológico.

Mesmo com recursos limitados, as associações transformam-se em pontos de apoio social, institucional e emocional para as pessoas migrantes que, muitas vezes, vivem longe das suas famílias e enfrentam dificuldades diariamente. A associação Santo Antão combate o isolamento através de encontros e atividades culturais, criando momentos de convívio que restituem às pessoas o sentimento de pertença e mantendo contacto regular com quem se encontra nessa situação: *“As pessoas, em vez de estarem sozinhas em casa, podem vir para aqui conviver connosco”* (E1). Estes gestos simples têm um impacto profundo, pois devolvem pertença e evitam que o isolamento evolua para situações de vulnerabilidade extrema.

As associações desempenham também o papel de mediadoras entre as pessoas em situação de vulnerabilidade, acionando os serviços públicos quando necessário, para que lhes possam dar respostas. Quando há um idoso em situação de isolamento, quando há uma família monoparental sem rede de apoio, quando há situações de conflito ou quando pessoas estão doentes e não sabem a quem recorrer, são nestas situações que as associações entram para acionar a ação social, a Embaixada, a Junta de Freguesia, a polícia ou os hospitais.

O testemunho do entrevistado E2 ilustra muito bem essa realidade:

“A nossa comunidade mais antiga (...) a maior parte deles são monoparentais. Temos os serviços de ação social da Junta, da Câmara e de diversas instituições (...) que dão apoio domiciliário. Vão lá fazer a limpeza da casa, levar comida, atender ao médico, acompanhá-lo. Nós fazemos a ligação entre o isolado e a instituição que o possa apoiar (...) minimizar essa situação. Conflitos também nós temos (...) mas a associação já não entra porque são litigiosos. Podemos comunicar à Embaixada de CV (...) intervenção policial” (E2).

Em situações de conflito, as associações reconhecem os seus limites e limitam-se a acionar as autoridades competentes, como a polícia. Como refere a entrevistada E1, procuram *“manter a serenidade, manter a calma, neutralidade, de forma a unir e nunca dividir”* (E1), evitando agravar ainda mais as tensões. Esta postura demonstra maturidade institucional e consciência dos limites de intervenção comunitária.

Há associações cuja intervenção é mais discreta, não porque sejam menos importantes, mas porque os seus membros já estão integrados e têm redes de apoio fortes, ou pelo perfil dos seus associados — como os estudantes universitários — que raramente enfrentam situações de isolamento. Neste contexto, a atuação dessas organizações é mais leve, contudo mantendo as portas abertas e intervindo sempre que necessário.

Algumas associações, como São Nicolau, enfrentam dificuldades muito específicas: conflitos nas residências, problemas de saúde mental e desafios de adaptação a um novo país. São situações que requerem sensibilidade e cuidado. Nestas situações, a associação fornece escuta ativa, *“referenciação”* de serviços especializados e encontros temáticos. São respostas mais silenciosas, mas que têm um impacto considerável na vida dessas pessoas, evitando que pequenos problemas se transformem em grandes crises. Estas práticas mostram que o apoio comunitário não é apenas operacional, mas profundamente humano.

Identificam-se ainda entidades que operam através da solidariedade comunitária. Esse tipo de apoio não aparece nos relatórios, mas impacta de forma positiva a vida das famílias: apoiar famílias em situações de vulnerabilidade, marcar presença em funerais, mediar institucionalmente e mobilizar redes de entreajuda — papel imprescindível na prevenção da exclusão social, reforçando os laços com a comunidade e evitando que essas

peças enfrentem sozinhas essas situações. Estas formas de atuação revelam a dimensão invisível do trabalho associativo, sustentada por vínculos afetivos e responsabilidade comunitária.

As redes de suporte — formais, informais, institucionais e comunitárias — são os pilares da capacidade de intervenção das organizações, permitindo-lhes dar resposta às vulnerabilidades, ampliar oportunidades e fortalecer a coesão social das comunidades cabo-verdianas. As associações escutam, acompanham, mediam, orientam, protegem e fortalecem laços comunitários — e é precisamente nesta multiplicidade que reside a sua força.

11.2 Desafios e dinâmicas internas

Nesta categoria passaremos a conhecer e analisar os desafios e as dinâmicas internas que influenciam a capacidade das associações que apoiam as pessoas migrantes cabo-verdianas a resolverem as suas necessidades. Esta dimensão permite não só a compreensão das barreiras externas que influenciam o processo de acolhimento e integração, mas também dos fatores internos. A análise integrada destes dois níveis — externos e internos — é decisiva para compreender a complexidade da atuação das OES, que trabalham num contexto marcado por vulnerabilidades sociais, instabilidade institucional e recursos limitados.

Em primeiro lugar, a análise das entrevistas revela que os desafios enfrentados pelas organizações no processo de integração e inclusão de pessoas migrantes cabo-verdianas na AML resultam de uma combinação de fatores comunitários, institucionais, organizacionais e estruturais. O contexto atual é percecionado pelos entrevistados como hostil e sensível. Descrevem um ambiente marcado pela divulgação de notícias falsas, desinformação e pelo crescimento de discursos extremistas, criando assim um clima de desconfiança e insegurança no quotidiano das comunidades de imigrantes. Como sintetiza a entrevistada E1: *“as notícias falsas, a desinformação e a mentalidade cada vez mais voltada ao extremismo tornam a situação particularmente delicada”* (E1). Este cenário mostra que as associações atuam num ambiente social fragilizado, onde a crescente polarização política e a desinformação intensificam o medo, a insegurança e a procura

por apoio. Assim, os desafios que enfrentam não são apenas operacionais, mas também simbólicos e emocionais.

A nível institucional, os resultados evidenciam um conjunto de dificuldades que restringem a capacidade de resposta das associações. A falta de recursos financeiros e materiais surge como um dos obstáculos mais recorrentes — desde a ausência de uma sede, que é uma realidade vivida pelas associações Maio, Santiago e Fogo, até à falta de fundos que impossibilita a ampliação das atividades. Como refere o entrevistado E4, com mais fundos a associação poderia responder “*a muitas outras necessidades das pessoas*” e desenvolver “*muitas outras atividades*”. Esta limitação financeira demonstra que a sustentabilidade das associações depende de recursos escassos, frequentemente insuficientes para acompanhar o aumento das necessidades comunitárias.

A falta de meios básicos, como transporte, é outro desafio significativo, que dificulta o apoio a idosos, a pessoas doentes e a deslocação dos membros da associação. O entrevistado E2 expressa esses desejos claramente: “*Temos um desejo (...) ver a associação com um espaço onde vai funcionar a ação social e o apoio ao imigrante. O segundo é poder ter condições financeiras para dotar a associação de um carro de transporte (...). Um carro para dar apoio aos velhos (...) apoiar pais, mães solteiras e doentes*” (E2).

Estas necessidades mostram que a falta de recursos materiais limita diretamente a capacidade de intervenção social, sobretudo quando lidam com situações de vulnerabilidade extrema.

As entrevistas mostram que muitas das associações identificam as novas alterações na legislação como barreiras adicionais ao acolhimento e à integração. Estas mudanças impactam diretamente o reagrupamento familiar e a situação dos estudantes estrangeiros, criando ansiedade e insegurança, aumentando significativamente a procura por apoio, enquanto dificultam a atuação das associações. Assim, o contexto político torna-se um fator estruturante que redefine prioridades, pressiona recursos e exige adaptação constante.

Paralelamente aos desafios externos, surgem as dinâmicas internas que fragilizam a capacidade de intervenção das associações. O entrevistado E10 destaca a necessidade de

maior profissionalização no setor da economia social, afirmando que o voluntariado, por si só, já não é suficiente para responder a todas as exigências atuais: *“é preciso reformular um bocadinho a equipa. Somos todos voluntários (...) mas tem de começar a ir um bocadinho para o profissionalismo. Naquilo que nós já fazemos é algo profissional. A partir do momento que temos alguém a ganhar vencimento, a associação deixa de ter lacunas. O voluntarismo atualmente já nem existe (...) vou lá um dia, uns dias... já não quero. Eu adoro ser voluntário, a minha equipa adora.”* Este testemunho mostra que a dependência excessiva do voluntariado cria instabilidade, descontinuidade e sobrecarga de trabalho, sobretudo nas associações de menor dimensão.

No caso da associação Santa Luzia, como já foi explanado, ela não lida com processos de acolhimento e integração, por isso não é procurada pelas pessoas migrantes que procuram esse tipo de apoio. Este exemplo mostra que a missão e o perfil dos associados influenciam diretamente o tipo de desafios enfrentados.

A dependência do voluntariado — frequentemente instável, esporádico e insuficiente — constitui um desafio transversal. Esta realidade compromete a capacidade das atividades e sobrecarrega um número reduzido de representantes, especialmente no caso das associações de pequena escala, como Maio e Brava, que são compostas maioritariamente por estudantes. Assim, a fragilidade interna não decorre apenas da falta de recursos, mas também da composição social dos próprios membros.

A falta de financiamento impede a criação de respostas mais adequadas e o desenvolvimento de atividades essenciais. Como afirma o entrevistado E4: *“Se tivéssemos fundo, fazíamos muitas outras atividades”* (E4), enquanto o entrevistado E6 expressa o desejo de *“atribuir bolsas de estudo (...) mesmo que não sejam completas. Ter um fundo para casos de estudantes com dificuldades em pagar uma renda ou propinas”* (E6). Contudo, estas iniciativas dependem quase exclusivamente de financiamentos externos inexistentes. Este cenário revela que a inovação social das associações é limitada pela ausência de financiamento estruturado, o que reduz a sua capacidade de desenvolver respostas novas e sustentáveis.

Em muitos casos, os próprios dirigentes das associações utilizam recursos pessoais para suprir necessidades básicas, o que demonstra um grau de precariedade institucional: *“Eu*

preciso de um arranjo de papel. Eu trago do meu escritório” (E2). Embora seja uma prática generosa, revela uma certa precariedade institucional, mostrando que a sobrevivência das associações depende, muitas vezes, da dedicação individual.

A ausência de sede é um dos obstáculos correntes nas associações. Associações que funcionam sem um espaço próprio veem-se obrigadas a guardar os seus materiais em casa dos membros e a reunir-se em cafês, o que reduz a visibilidade institucional e limita a capacidade de acolhimento de pessoas que procuram apoio (E7, E9, E10). Essa instabilidade fragiliza não só a organização interna, mas também a imagem pública da organização enquanto estrutura de referência.

Apesar das limitações, as associações desenvolvem estratégias de atuação profundamente enraizadas no território e na proximidade com a comunidade, evitando assumir responsabilidades que ultrapassam as suas capacidades:

“Tentamos fazer tudo consoante as nossas capacidades (...) não queremos vestir um fato que não nos serve. Nós vamos nos baseando naquilo que conseguimos (...) pouco a pouco vamos fazendo. O nosso princípio primário é olhar para a comunidade, trabalhar com a comunidade, não para a comunidade. Nós somos a comunidade (...) moramos no bairro e convivemos com eles todos os dias” (E5).

A interação quotidiana funciona como o principal recurso para enfrentar constrangimentos estruturais, corroborando a perspectiva de Albuquerque (2008) sobre os laços fortes e as redes de proximidade na construção de capital social. Assim, mesmo com recursos escassos, as associações conseguem manter um impacto significativo graças à sua presença constante no território.

Nem todas as associações enfrentam os mesmos desafios. A associação Santa Luzia apresenta necessidades internas distintas: como o seu foco está centrado na preservação da cultura e é composta por um público envelhecido e elitizado, não enfrenta as mesmas pressões que recaem sobre associações que trabalham diretamente com populações vulneráveis.

Os desafios enfrentados pelas associações na AML resultam da combinação de limitações institucionais, fragilidades internas de gestão e características próprias das comunidades que representam. A escassez de recursos financeiros, a dependência de trabalho voluntário, a falta de espaços físicos, as alterações legislativas e um contexto social marcado pela desinformação e discursos extremistas fragilizam a capacidade de resposta das organizações. Ainda assim, as associações mantêm-se como pilares essenciais de mediação e inclusão, sustentadas por redes de proximidade e laços comunitários fortes.

12 Impacto das alterações legislativas em matéria de migração no acolhimento e integração

12.1 Perspetivas sobre legitimação, confiança e representatividade

Os discursos recolhidos mostram que a confiança da comunidade cabo-verdiana nas associações assenta numa combinação de fatores históricos, culturais, operacionais e relacionais. A longevidade, a consistência e a neutralidade político-partidária surgem como elementos centrais para ganhar e manter essa confiança. A entrevistada E1 ilustra bem esta perceção ao sublinhar o papel da continuidade e da independência institucional: *“Através da consistência, portanto, são 56 anos ao serviço dos nossos objetivos e ao serviço da Comunidade e da Cultura. (...) Nós fazemos o nosso trabalho com total independência político-partidária, mantendo sempre a nossa neutralidade (...). A nossa credibilidade (...) funcionamos com total independência”* (E1).

Este testemunho mostra que a legitimidade das associações não é apenas funcional, mas também simbólica e histórica, construída ao longo de décadas de presença comunitária. A confiança emerge como recurso relacional acumulado, reforçando a capacidade de intervenção das OES em contextos de vulnerabilidade.

Esta confiança é construída através de estratégias que combinam comunicação, pertença cultural, proximidade e reconhecimento institucional. Algumas associações reforçam a sua legitimidade através da comunicação ativa de direitos, promovendo *“encontros, palestras em vários domínios: direitos políticos, direitos sociais, direitos do trabalhador”* (E2), muitas vezes em parceria com a Embaixada de CV, mobilizando especialistas. Estas

iniciativas contribuem para a literacia cívica e jurídica das pessoas migrantes, fortalecendo a credibilidade das associações enquanto mediadoras de direitos.

Esta dinâmica evidencia aquilo que Albuquerque (2008) descreve como a capacidade das associações de assumirem a defesa de “*causas socioculturais e sociopolíticas*” (2008, p. 285), contribuindo de forma ativa para o debate cívico e para a promoção da cidadania ativa. Assim, a legitimidade das associações não assenta apenas na prestação de serviços, mas também na sua capacidade de produzir discurso público e mobilizar conhecimento, ampliando a sua influência social e política.

Na associação Sal, a confiança assenta na lógica de “*tjunta mon*” (E5) — ajuda mútua e solidariedade — que constitui o núcleo da sua legitimidade comunitária. Como afirma o entrevistado E5: “*a confiança da comunidade ganha-se prestando ajuda à comunidade e serviços*”. Este modelo de legitimidade comunitária mostra que a confiança é performativa: constrói-se na prática, através do apoio concreto e da presença quotidiana das associações.

O entrevistado E6 acrescenta que a confiança depende sobretudo de humildade, igualdade no tratamento e ética relacional, sublinhando que a credibilidade “*perde-se num instante*” e, para que isso não aconteça, as associações devem “*trabalhar com honestidade, com seriedade e sobretudo com humildade*”. Esta dimensão ética confirma que a legitimidade das associações é também moral, sustentada por valores de proximidade, respeito e igualdade.

Em associações como Santa Luzia, a confiança é consolidada internamente e simbolicamente, sustentada por laços elitizados e por uma forte identidade cultural partilhada. Aqui, a legitimidade deriva da continuidade histórica, do prestígio dos membros e da centralidade na cultura cabo-verdiana. Este caso indica que a legitimidade das associações pode assumir diferentes formas — comunitária, simbólica, institucional ou cultural — dependendo do seu perfil organizacional.

Já para associações como São Nicolau, acredita-se que a confiança é construída desde o primeiro contacto, como explica o entrevistado E4: “*Explicamos o nosso propósito e pedimos que a confiança seja fundamental. A pessoa tem de confiar em nós e nós vamos*

confiar na pessoa”. Este testemunho evidencia que a confiança é relacional e recíproca, construída na relação direta e no cumprimento dos compromissos assumidos.

Nas associações estudantis, como a associação Maio, a confiança emerge da horizontalidade e da identificação entre pares: *“uma associação de estudante com estudante e para estudante”* (E7). A criação de espaços inclusivos, onde todos se sintam parte, *“independentemente de alguns serem veteranos ou terem outras experiências”* (E7), reforça o sentimento de pertença. Aqui, a legitimidade deriva da igualdade geracional e da partilha de experiências migratórias.

Para a associação Brava, a confiança constrói-se através da mediação linguística e do acompanhamento personalizado. Como refere o entrevistado E10, *“falar o crioulo permite que as pessoas se sintam mais à vontade para partilhar os problemas que lhes levaram a procurar a associação”*. A reputação transmitida *“de boca em boca”* reforça ainda mais esta relação de proximidade, confirmando o papel das redes informais enquanto fontes de aquisição de capital social (Albuquerque, 2008). Assim, a língua funciona como ponte afetiva e identitária, reforçando a confiança e a representatividade dentro da comunidade.

A divulgação dos serviços assenta num conjunto de estratégias informais, formais e comunitárias, profundamente moldado pelo perfil organizacional, pelos recursos disponíveis e pela inserção territorial de cada associação. Associações como Santo Antão, São Vicente, Maio, Fogo e Brava utilizam ferramentas digitais e institucionais — como website, páginas oficiais, redes sociais e comunicação online — permitindo o alcance de outros públicos, como jovens ou residentes em diferentes zonas da Área Metropolitana.

A associação São Vicente combina esses meios com uma *“comunicação personalizada”*, enviando *“mensagens diretamente personalizadas para cada pessoa”* (E2) e realizando sessões de esclarecimento no bairro ou mobilizando encontros presenciais para informar sobre direitos. Como refere o entrevistado E2, estas ações incluem *“o recenseamento eleitoral e sessões de esclarecimento sobre as eleições (...) nos bairros”*, informando sobre as mesas de voto e documentação necessária.

Já associações como São Nicolau e Sal dependem quase exclusivamente do “*passa-palavra*”, de referências pessoais e do encaminhamento feito por outras instituições. Esta dinâmica revela uma forte proximidade com a comunidade, mas evidencia limitações de recursos para comunicação formal. Como explica o entrevistado E4, a associação não faz “*muita propaganda*” do seu trabalho, porque as pessoas chegam sobretudo por referênciação. Esta dependência de redes informais reforça a importância da confiança como mecanismo de divulgação.

Em alguns contextos, a divulgação ocorre de forma orgânica, através da convivência diária, da presença no dia-a-dia do bairro e da acessibilidade dos dirigentes, que podem ser facilmente contactados na rua ou por telefone. Esta forma de comunicação reforça a lógica de proximidade territorial.

O reconhecimento institucional é outra forma de divulgar os serviços: associações parceiras da AIMA participam de eventos municipais e iniciativas culturais, beneficiando de maior visibilidade pública e legitimidade. Contudo, este reconhecimento é desigual e frequentemente simbólico, não se traduzindo em apoio material. Há ainda associações que ganham confiança através da visibilidade pública, organizando eventos culturais e pela presença em momentos importantes (funerais, celebrações e datas simbólicas), como é o caso da associação Fogo.

A associação Santa Luzia, com um perfil mais elitizado e cultural, não desenvolve estratégias de comunicação voltadas para a comunidade migrante, uma vez que a sua atuação se dirige sobretudo a círculos internos e simbólicos.

A percepção de reconhecimento e legitimidade por parte de parceiros/Estado revela um campo profundamente desigual entre as associações da AML, oscilando entre valorização formal, reconhecimento simbólico e ausência de apoio concreto. Algumas associações afirmam sentir-se reconhecidas pelos parceiros locais — Junta de Freguesia, autarquias, escolas, entre outros — mas sublinham que esse reconhecimento não se traduz em apoio material ou financeiro. Como sintetizam os entrevistados E1 e E5: “*eles sabem que nós existimos e o valor daquilo que fazemos, mas infelizmente não temos apoios concretos*” (E1).

Associações como São Vicente relatam um reconhecimento mais formalizado, marcado por visitas de figuras políticas, presença em agendas diplomáticas e acesso a verbas. No entanto, esse reconhecimento é condicionado por ciclo político, revelando a vulnerabilidade às dinâmicas partidárias. Este ponto mostra que a legitimidade institucional é instável e depende das conjunturas políticas.

Há associações cujo reconhecimento é essencialmente elitizado e simbólico, como o caso da associação Santa Luzia; esse reconhecimento é sustentado pelo prestígio dos seus membros e pela sua relevância histórica no campo cultural cabo-verdiano.

Em contraste, os entrevistados E4 e E5 expressam frustrações com a falta de respeito institucional. O entrevistado E4 defende que as “*associações deveriam ser respeitadas*”, acrescentando que o Estado precisa mais das associações para chegar às comunidades, contudo não lhes oferece os recursos necessários para essa intervenção. Esta crítica evidencia um desequilíbrio entre o papel desempenhado pelas associações e o apoio que recebem do Estado.

As associações como Maio e Santiago descrevem um reconhecimento tangível, materializado através de convites institucionais, parcerias, aprovação de projetos e atribuição de menções honrosas, o que reforça a legitimidade e a integração no ecossistema local.

Mesmo as associações informais, como Fogo, apesar de não possuírem estatuto formal, conquistam legitimidade através da organização interna, da capacidade de mobilização comunitária e da presença constante em reuniões municipais. Este caso demonstra que a legitimidade não depende exclusivamente do estatuto jurídico, mas da eficácia prática.

A associação Brava evidencia um reconhecimento que assume dupla dimensão:

- **comunitária** — expressa no agradecimento direto das pessoas, como refere o entrevistado E10: “*o obrigado das pessoas, a felicidade no final a dizerem, epá tu ajudaste ou “bu ajdam” na um bom crioulo*”;
- **institucional** — através da atribuição de “*medalha de mérito*” pela autarquia, que formaliza o impacto do trabalho desenvolvido.

Esta dupla legitimidade confirma que o impacto das associações é reconhecido simultaneamente pela comunidade e pelo poder local.

As perspetivas recolhidas mostram que a confiança, a legitimidade e a representatividade das associações cabo-verdianas resultam da combinação complexa entre continuidade histórica, neutralidade política, pertença cultural, mediação linguística, proximidade territorial, reconhecimento institucional e comunicação ativa — fatores que, combinados, produzem um capital organizacional diferenciado, permitindo às associações manter relevância, credibilidade e capacidade de intervenção mesmo em contextos de crise, mudanças legislativas e vulnerabilidade social.

12.2 Comparação e boas práticas

As entrevistas revelam que as associações cabo-verdianas da AML se distinguem por fatores históricos, territoriais, identitários e organizacionais, refletindo a diversidade interna do movimento associativo. Esta heterogeneidade reflete a multiplicidade de perfis, missões e formas de atuação que caracterizam o associativismo cabo-verdiano, moldado por trajetórias migratórias distintas, pelas redes comunitárias e pelos recursos disponíveis. Esta diversidade mostra que não existe um “*modelo único*” de associação, mas sim ecossistemas organizacionais adaptados às necessidades específicas das suas comunidades.

A associação Santo Antão destaca-se pela descentralização, longevidade institucional, centralidade na cultura e independência político-partidária — elementos que lhe conferem um capital simbólico acumulado ao longo de décadas. Este capital simbólico funciona como recurso de legitimidade, reforçando a confiança comunitária e ampliando a capacidade de mobilização da associação.

As Associações como São Vicente diferenciam-se pela forte proximidade territorial: a sua localização no coração da comunidade, a sede própria e o fluxo regular de público permitem oferecer apoios materiais, sessões de esclarecimento e respostas imediatas às necessidades locais. Esta inserção territorial reforça a confiança e a acessibilidade, dimensões centrais do associativismo comunitário, como já destacado por Sardinha (2002) no estudo da diáspora cabo-verdiana.

A associação Santa Luzia, pelo perfil elitizado e pelo “*nível académico da maioria dos sócios, que são de quadros*”, apresenta um estatuto distinto das organizações de base comunitária. A sua atuação centra-se na preservação cultural e na manutenção de redes identitárias. Este caso mostra que a legitimidade das associações pode ser construída tanto pela proximidade comunitária como pelo prestígio cultural, combinando vínculos afetivos com reconhecimento simbólico. Em contraste, a associação São Nicolau diferencia-se pelo foco na intervenção em situações de vulnerabilidade, lidando com deslocação forçada, “*sofrimento e morte do outro*” (E4). O seu foco inclui apoio psicológico e emocional, assumindo assim funções que ultrapassam o âmbito tradicional do associativismo cultural.

A associação Sal destaca-se pela sua posição histórica enquanto “*matriarca*” do movimento associativo, funcionando como referência simbólica e organizacional para outras associações que nela se inspiram ou dela derivam.

A associação Boavista distingue-se pela forte aposta na educação e formação, estabelecendo “*protocolos que vão desde o ensino de formação profissional, do curso de decoração, até ao mestrado*” (E6), atuando como ponte entre os estudantes cabo-verdianos e as instituições de ensino. Já a associação Maio, enquanto organização estudantil, apresenta uma missão multifacetada que integra diversas vertentes: “cultural, académica e socioeconómica”, respondendo às necessidades específicas da juventude cabo-verdiana. Estas associações demonstram que o associativismo também funciona como mecanismo de mobilidade social e integração académica.

A associação Santiago distingue-se pela postura de abertura universal, apoiando associados e não associados, e pela forte articulação institucional com autarquias, escolas e entidades de migração. Este modelo reforça a lógica de porta aberta e de serviço comunitário universal.

A associação Fogo, apesar de informal, distingue-se pela capacidade organizativa, pela resiliência em operar sem apoios formais e pela visibilidade comunitária, mantendo presença regular no território e atividades contínuas. Este caso evidencia que a formalização jurídica não é, por si só, um indicador de eficácia organizacional.

A associação Brava opera na lógica de “*porta aberta*” (E10), oferecendo acompanhamento personalizado e intervenção direta em áreas pouco exploradas pelas outras associações, como apoio educativo às crianças e mediação linguística em crioulo. A mediação linguística reforça a confiança e reduz barreiras de acesso aos serviços públicos.

A seguinte tabela sintetiza as interpretações dos entrevistados sobre “*boas práticas*”, evidenciando os princípios, valores e atitudes que orientam a ação associativa — desde a ética e a transparência organizacional até ao impacto social, à proatividade e à proximidade comunitária. Foi organizada de forma a comparar os excertos e as categorias analíticas que resultam das suas respostas.

Tabela 7: Entendimentos de “boas práticas” segundo os entrevistados

Entrevistados	Excertos onde que os entrevistados desliguem “boas praticas”	Categorias
E1	“ <i>visam o bem comum.</i> ”	Bem Comum
E2	Sem resposta disponível	—
E3	“ <i>é sempre olhar o outro e fazer ao outro aquilo que gostaríamos que fizessem a nós (...) é sermos transparentes com os gastos da associação.</i> ”	Transparência/Empatia
E4	“ <i>é ter uma instituição de economia social e não ganhar a vida com ela.</i> ”	Ética/Responsabilidade
E5	“ <i>é sempre o presente aliado ao futuro.</i> ”	Impacto/Proatividade
E6	“ <i>é tudo o que o outro faz melhor que nós que também pode ser praticado na nossa organização.</i> ”	Melhoria Contínua
E7	“ <i>são todas as ações que acabam por marcar a diferença para melhor.</i> ”	Impacto Social
E8	“ <i>Não ficamos à espera das pessoas; vamos sempre à sua procura. Fazer primeiro e divulgar depois.</i> ”	Proatividade
E9	“ <i>é ajudar o próximo aquele que ele não consegue em tempo útil quando ele precisa.</i> ”	Resposta Rápida
E10	“ <i>é aquilo que se faz com transparência total.</i> ”	Transparência

Os excertos indicam que, embora cada entrevistado utilize expressões diferentes, existe uma convergência em torno de uma visão ética e relacional das “*boas práticas*”. Esta visão assenta sobretudo na transparência, impacto social, compromisso e empatia, como pilares que orientam a atuação das associações. Estes princípios reforçam a legitimidade organizacional e consolidam a confiança que constroem junto das comunidades cabo-verdianas na AML.

A ênfase na ética — “*não ganhar a vida com a associação*” (E4) — confirma a centralidade dos valores da economia social, onde a primazia das pessoas sobre o capital é fundamental. A proatividade — “*fazer primeiro e divulgar depois*” (E8) — revela uma postura de intervenção imediata, essencial em contextos de vulnerabilidade. A melhoria contínua (E6) demonstra maturidade organizacional e capacidade de aprendizagem.

Como última questão, pediu-se aos entrevistados que indicassem melhorias para fortalecer o ecossistema associativo cabo-verdiano na AML. As sugestões apontadas pelos entrevistados revelam fragilidades estruturais do ecossistema associativo cabo-verdiano e destacam necessidades de articulação institucional e maior reconhecimento por parte do Estado e dos parceiros.

Para vários participantes (E2 e E5), uma das principais melhorias passa por uma maior intervenção por parte do Estado de CV no fortalecimento do ecossistema associativo. Como afirma o entrevistado E2: “*o governo de CV deve intervir para a melhoria da funcionalidade das associações de imigrantes em Portugal*” (E2). Esta proposta sublinha a relevância da cooperação transnacional, já destacada por Albuquerque (2008), que identifica as associações como mediadoras entre o Estado de origem e a comunidade emigrada, articulando fluxos de apoio, reconhecimento e representação.

Já o entrevistado E5 defende uma mecanização entre os dois Estados, através de parcerias formais com Embaixadas, autarquias e outras entidades públicas, de modo a facilitar a integração, reduzir as necessidades dos recém-chegados e diminuir vulnerabilidades.

Vários entrevistados (E3, E4, E7, E10) sugeriram melhorias na articulação entre as associações, o Estado português e entidades públicas. Para o entrevistado E3 seria necessário “*haver um corredor mais alargado, mais aberto, mais célere*” (E3), apontando

a necessidade de canais de comunicação mais eficazes e menos burocracia na relação institucional. O entrevistado E10 acrescenta ainda que “*a AIMA tinha de trabalhar melhor*” (E10) com as associações, sublinhando a importância de uma cooperação mais estruturada.

A entrevistada E3 defende a necessidade de maior “*representatividade no poder político e nas instituições*”, bem como de maior visibilidade pública dos contributos das pessoas migrantes na sociedade portuguesa. Este ponto reforça a importância da participação cívica e da inclusão política como dimensões da integração.

Outras propostas destacam a renovação — “*renovação dos órgãos (...) atualização ou inovação a nível dos estatutos*” (E6) — e o reconhecimento formal do papel dos representantes associativos. Estas sugestões revelam consciência organizacional e vontade de profissionalização.

O entrevistado E8 destaca ainda a necessidade de investir no recrutamento e formação dos membros das associações de imigrantes, a fim de facilitar a comunicação, evitar desencontros e constituírem verdadeiros mediadores entre as instituições da AML e a comunidade.

O entrevistado E9 propõe o reforço da cooperação interassociativa, defendendo uma colaboração mais estreita entre as associações para convergir objetivos e potenciar recursos. Por fim, a entrevistada E1 acrescenta a necessidade de combater o extremismo e a desinformação, que fragilizam a coesão social e afetam diretamente as comunidades.

A comparação entre as associações revela um ecossistema marcado por grande diversidade, onde coexistem perfis organizacionais distintos, contudo unidos por princípios éticos e comunitários comuns. As boas práticas identificadas — como transparência, empatia, responsabilidade, impacto social e proatividade — fortalecem a legitimidade das associações e consolidam a confiança das comunidades. As sugestões de melhoria propostas apontam para a necessidade de maior articulação institucional, ampliação do apoio estatal, promoção de maior cooperação entre as associações e aumento do reconhecimento público do papel desempenhado pelas associações cabo-verdianas na AML. Em conjunto, estes elementos mostram que o ecossistema

associativo é resiliente, adaptativo e essencial para a integração, mas enfrenta desafios estruturais que exigem respostas coordenadas.

13 A Perspetiva do especialista sobre o Associativismo Cabo-verdiano

Para reforçar a robustez interpretativa da análise e mitigar a limitação decorrente do número de representantes associativos entrevistados, realizou-se uma entrevista semiestruturada com um especialista em migrações e associativismo cabo-verdiano em Portugal. A colaboração deste especialista permitiu aprofundar a análise estrutural dos resultados, contextualizar as práticas das associações e triangular as informações recolhidas no trabalho de campo.

O especialista foi selecionado com base nas suas experiências académicas e profissionais, sendo licenciado em Sociologia, pós-graduado em Ciências Sociais e atualmente Doutorando em Sociologia. A escolha baseou-se na sua relevância para o tema, na experiência comprovada e na capacidade de oferecer uma leitura interpretativa complementar aos dados empíricos.

13.1 Entrevista ao especialista

A entrevista seguiu o mesmo formato das demais entrevistas semiestruturadas, com duração aproximada de 45 minutos. Posteriormente, foi analisada, centrando-se na interpretação de contributos relevantes para a triangulação dos resultados.

Esta entrevista não foi incluída no sistema de categorias aplicado às associações, pois o seu objetivo não é descrever práticas organizacionais, mas fornecer uma interpretação contextual e complementar. Sendo assim, os contributos do especialista serão apresentados numa secção própria dos resultados e posteriormente integrados nas conclusões, reforçando a consistência analítica do estudo.

O entrevistado é do sexo masculino, tem 50 anos, nasceu em CV, reside atualmente em Portugal e possui dupla nacionalidade (cabo-verdiana e portuguesa). A sua trajetória profissional combina investigação sociológica, políticas de migração, intervenção

comunitária e empreendedorismo social, o que lhe confere uma visão abrangente e multidimensional sobre os fenómenos migratórios e sobre o papel das OES.

13.2 Papel das associações cabo-verdianas na integração

Segundo o especialista, as associações cabo-verdianas desempenham um papel relevante e multifacetado no processo de integração de pessoas migrantes em Portugal, atuando em várias dimensões complementares — sociais, políticas e identitárias:

- A primeira função destacada é o “*acolhimento e acompanhamento direto*”, sobretudo nos momentos mais vulneráveis da chegada. As associações funcionam como estruturas de mediação entre os recém-chegados e a sociedade de acolhimento.
- Em segundo lugar, é sublinhada a politização da imigração em Portugal. Através da pressão pública, da participação em fóruns e da interlocução com o Estado, as associações contribuíram para colocar os direitos das pessoas migrantes na agenda política. Como refere o especialista, se olharmos “*para os progressos que Portugal registou — pelo menos até à legislatura mais recente — na melhoria do quadro legal e na resolução de alguns problemas estruturais de integração, as associações de imigrantes, incluindo as da comunidade cabo-verdiana, tiveram um papel incontornável nesse processo*”.
- Uma terceira dimensão salientada — “*frequentemente subestimada*” — é a manutenção de laços com CV. Para o especialista, as associações desempenham um papel importante na gestão da identidade transnacional, na preservação cultural e no apoio à circulação entre os dois países. Esta função reforça o sentimento de pertença e coesão comunitária, elementos fundamentais para uma integração equilibrada.

Contudo, o entrevistado sublinha que, apesar da relevância destas funções, “*é um trabalho que permanece, infelizmente, pouco visível do ponto de vista público e académico, e que enfrenta fragilidades estruturais significativas no plano organizativo*”.

Assim, o contributo do especialista mostra que as associações cabo-verdianas são peças indispensáveis no ecossistema de acolhimento e integração. No entanto, a sua atuação

continua pouco visível e limitada por fragilidades internas que reduzem o seu alcance. Estes aspetos serão analisados com maior detalhe na próxima secção, dedicada aos principais desafios e fragilidades identificados.

13.3 Principais desafios dos cabo-verdianos que imigram para Portugal

Segundo o especialista entrevistado, o contexto da imigração em Portugal sofreu diversas alterações nos últimos anos, tornando-se mais complexo e difícil para as pessoas migrantes. O entrevistado identificou cinco desafios principais, interligados entre si, que condicionam de forma decisiva o acolhimento, a integração e o acesso a direitos.

1) A crescente securitização da imigração

O primeiro desafio apontado é a tendência crescente de tratar a imigração como um problema de segurança, em vez de uma questão de integração. Nas palavras do entrevistado, *“Portugal precisa de imigrantes — isso é inegável do ponto de vista demográfico e económico”*, mas considera que o país tem desenvolvido uma relação *“descartável”* com as pessoas migrantes: *“usa a mão-de-obra sem investir verdadeiramente nos processos de integração”*. Acrescenta ainda que este discurso tem sido agravado pela influência da extrema-direita, que tem contaminado progressivamente o debate político mais alargado. Contrariar esta narrativa é, segundo o especialista, o principal desafio político e social da atualidade.

2) Racismo e discriminação estrutural

O segundo desafio é o combate ao racismo e à discriminação, que afetam de forma contínua as comunidades cabo-verdianas. O especialista sublinha que *“é uma luta exigente, que toca dimensões estruturais e culturais profundas”*. A discriminação surge muitas vezes no acesso à habitação, ao trabalho, à educação e aos serviços públicos, gerando desigualdades que se acumulam ao longo do tempo. Para o entrevistado, combater o racismo é *“absolutamente fundamental para garantir condições de igualdade e dignidade”*.

3) Burocracia e complexidade dos processos administrativos

O terceiro desafio identificado diz respeito às excessivas burocracias nos processos de regularização, renovação de documentos e acesso aos serviços, que constituem um

autêntico “*martírio*” para as pessoas migrantes. Para o especialista, enquanto este problema não for resolvido, continuará a afetar todas as outras áreas: o acesso ao trabalho, à saúde, à habitação e à regularização da situação jurídica. Esta instabilidade documental torna as pessoas migrantes mais vulneráveis.

4) Exploração laboral e habitacional

O quarto desafio é o combate “*à exploração dos imigrantes — laboral, habitacional e de outras formas*”. Segundo o especialista, a precariedade burocrática tende a agravar estas vulnerabilidades, deixando muitas pessoas migrantes sujeitas a condições laborais injustas, baixos salários, contratos informais e habitação sobrelotada. A exploração é, ao mesmo tempo, causa e consequência das fragilidades que marcam os processos de integração.

5) Necessidade de uma integração multidimensional

Por fim, o quinto desafio é trabalhar a integração “*numa perspetiva verdadeiramente abrangente e multidimensional*”. Para o especialista, a integração “*não se esgota no emprego*” — exige políticas coordenadas em múltiplos domínios: habitação, saúde, participação social e política.

13.4 Fatores determinantes para uma integração bem-sucedida

De acordo com o especialista, uma integração bem-sucedida depende de fatores estruturais que se organizam em quatro dimensões fundamentais: o clima social e político; a capacidade de resposta da administração pública; as políticas locais de proximidade; e a participação cívica e política das pessoas migrantes. Estes elementos, embora distintos, operam de forma interligada e influenciam as experiências das pessoas migrantes cabo-verdianas em Portugal.

O primeiro fator identificado pelo entrevistado é a criação de um clima social e político favorável à imigração: “*sem um ambiente de acolhimento genuíno, todos os outros esforços ficam comprometidos*”. O especialista acrescenta ainda que a integração não é apenas um processo administrativo, mas “*é também um processo de aceitação social*”, e neste ponto o discurso político desempenha um papel decisivo.

A segunda dimensão refere-se à capacidade da administração pública de responder de forma célere e eficaz às necessidades das pessoas migrantes. O especialista destaca que *“a morosidade e a opacidade dos processos burocráticos”* constituem hoje um dos maiores obstáculos à integração. Estas dificuldades prolongam situações de vulnerabilidade extrema. Assim, uma administração pública eficiente torna-se fundamental para garantir uma integração digna e estável.

A terceira dimensão salientada pelo entrevistado diz respeito às respostas de proximidade, a nível local: *“é no município, na freguesia, na escola, no centro de saúde, que a integração se concretiza ou falha”*. Nesse plano local, o acesso à habitação — hoje um problema transversal que afeta toda a sociedade portuguesa — penaliza de forma desproporcional as pessoas migrantes. O acesso à saúde e a valorização do reagrupamento familiar são igualmente sublinhados como fatores essenciais, pois contribuem para a estabilização necessária a qualquer projeto migratório.

Na quarta dimensão, o especialista destaca a importância de incentivar a participação social e política das pessoas migrantes. O entrevistado refere que *“a integração plena pressupõe que as pessoas possam ter voz, influenciar as decisões que as afetam e sentir-se parte ativa da sociedade de acolhimento — e não apenas fornecedores de trabalho”*. A participação cívica é entendida como uma ferramenta de fortalecimento e construção de pertença, contribuindo para uma relação equilibrada entre as pessoas migrantes, as instituições públicas e a comunidade em geral.

13.5 Contributo das associações cabo-verdianas para o acolhimento e integração

Quando questionado sobre o contributo das associações cabo-verdianas para o acolhimento e integração, o especialista considera que este contributo *“é inegável, embora desigual e ainda aquém do seu potencial”*. A análise evidencia três planos de intervenção — social, cultural e político — que, em conjunto, configuram um papel multifacetado destas OES dentro do ecossistema de acolhimento.

No plano do acolhimento direto, o especialista sublinha que estas associações funcionam muitas vezes como primeira linha de resposta para os recém-chegados, prestando apoio

informal, orientação burocrática e acompanhamento emocional nos momentos mais vulneráveis da chegada. O entrevistado acrescenta ainda que “*é um trabalho que o Estado não consegue — nem sempre quer — substituir*”, sendo um trabalho baseado em laços de confiança e proximidade cultural que nenhuma instituição formal replica com a mesma eficácia. Assim, as associações assumem a função de mediadoras entre as comunidades migrantes e os serviços públicos, ajudando a garantir o acesso à informação, à regularização e às redes de suporte.

No plano da integração a médio e longo prazo, o especialista destaca três contributos principais das associações cabo-verdianas:

1. **A preservação da identidade cultural**, através de atividades socioculturais, celebração e transmissão de práticas e valores entre gerações;
2. **A construção de redes de solidariedade comunitária**, que oferecem apoio emocional e material;
3. **A mediação entre a comunidade e as instituições portuguesas** — sejam serviços públicos, autarquias ou empregadores.

O entrevistado sublinha também que, “*no plano político e reivindicativo*”, as associações desempenham historicamente um papel fundamental “*na pressão para a melhoria do quadro legal e na visibilização dos problemas da comunidade*”. Segundo o mesmo, esta intervenção política — muitas vezes invisibilizada — contribui para colocar os direitos das pessoas migrantes na agenda pública, essenciais para a integração.

No entanto, o especialista salienta que estes contributos enfrentam limitações sérias: “*a dependência de financiamento externo e instável, a fragilidade das estruturas internas, a dificuldade em renovar lideranças e em atrair as gerações mais jovens da diáspora*”. Estas limitações fazem com que “*muitas associações funcionem em modo de sobrevivência, quando deveriam estar em modo de expansão e inovação*”.

13.6 Práticas mais eficazes no apoio a recém-chegados

Segundo o especialista, a eficácia no apoio a recém-chegados depende, antes de mais, de dois elementos estruturantes: “*a proximidade e a confiança*” — dois ativos que as associações de imigrantes detêm de “*forma privilegiada*”. A partir desta premissa, o especialista destaca cinco práticas fundamentais para garantir um acolhimento digno.

A primeira prática considerada essencial é “*o reforço do apoio local, através das associações de imigrantes e dos centros locais de apoio*” — estruturas de primeira linha que combinam orientação jurídica e burocrática, mediação cultural e acompanhamento social. A sua eficácia reside precisamente no facto de operarem em contextos de proximidade, com conhecimento real das necessidades das pessoas e das dinâmicas das comunidades. O entrevistado reforça que as associações são insubstituíveis, pois atuam com maior sensibilidade cultural e com uma capacidade de escuta que as instituições formais raramente conseguem igualar.

A monitorização sistemática do processo de integração é a segunda prática identificada pelo especialista. Como refere, este acompanhamento é “*algo que em Portugal é ainda muito incipiente*”. Para o especialista, acompanhar os percursos dos recém-chegados ao longo do tempo, identificar bloqueios e intervir preventivamente é fundamental para evitar que situações de “*vulnerabilidade se cristalizem*”.

A terceira prática é “*a criação de programas de acolhimento estruturados*”, que combinem informação sobre direitos e deveres, acesso a serviços, aprendizagem da língua e inserção em redes comunitárias. O especialista critica a excessiva informalidade do acolhimento atual, que “*deixa demasiadas pessoas entregues à sorte dos seus próprios contactos*”.

A quarta prática salientada é a promoção de parcerias entre associações, autarquias e serviços públicos locais — saúde, educação, habitação — para assegurar respostas coordenadas e evitar intervenções dispersas e desconectadas.

Por fim, o entrevistado destaca que “*é fundamental envolver os próprios imigrantes com mais experiência como agentes de acolhimento*” — o chamado modelo de pares. Este modelo aproveita o capital de conhecimento e confiança que já existe dentro das comunidades.

13.7 Fragilidades no funcionamento das associações

O especialista identifica um conjunto de fragilidades que persistem no movimento associativo cabo-verdiano em Portugal, condicionando a capacidade de intervenção das associações.

- a) **Fragilidade estrutural e pouca profissionalização:** a maioria das associações funciona com base no voluntarismo e no esforço pessoal dos seus dirigentes, sem corpo técnico estável nem capacidade de gestão organizacional consolidada. Para o especialista, “*é urgente dotar estas estruturas de apoio técnico qualificado*” — nas áreas jurídica, de comunicação, de gestão de projetos e de captação de financiamento — para que possam operar com maior eficácia e previsibilidade.
- b) **Pouca visibilidade pública e espaço reduzido de influência:** apesar do trabalho que desenvolvem, as associações cabo-verdianas raramente são convocadas como interlocutoras legítimas nos processos de decisão política que afetam diretamente as suas comunidades. O especialista aponta “*um défice de reconhecimento institucional*” que limita o impacto das associações.
- a) **Subfinanciamento crónico:** caracterizada pelo entrevistado como a fragilidade mais determinante. “*As associações dependem de financiamentos pontuais, concursos públicos com regras muitas vezes desadequadas à sua escala, e donativos irregulares.*” Esta instabilidade financeira impede a planificação a médio prazo, dificulta a contratação de profissionais qualificados e consome energia em tarefas de sobrevivência.

Para o entrevistado, estas três fragilidades estão profundamente interligadas: “*sem financiamento estável não há profissionalização, sem profissionalização não há visibilidade, e sem visibilidade não há influência nem acesso a mais recursos*”.

13.8 Relação entre associações cabo-verdianas, Estado e autarquias

Segundo o especialista, as relações entre as associações cabo-verdianas, o Estado e as autarquias não são homogênea, variando significativamente consoante os contextos locais, as conjunturas políticas e as lideranças institucionais. O especialista enfatiza “*que existe uma tendência para a instrumentalização das associações*”, tanto por parte do

Estado central como das autarquias. Acrescenta ainda que “*as associações são convocadas quando interessa*”: para legitimar decisões, mobilizar comunidades em momentos eleitorais ou executar políticas que o Estado não quer — ou não consegue — implementar diretamente.

Contudo, raramente são tratadas como parceiros estratégicos com voz própria nos processos de decisão. Esta relação assimétrica tem consequências profundas: as associações ficam dependentes de quem detém o poder de financiar e reconhecer, o que compromete a sua autonomia e capacidade reivindicativa.

Por isso, o especialista considera fundamental criar mais e melhores espaços de auscultação formal das associações de pessoas migrantes — mecanismos permanentes de consulta e participação, não apenas pontuais ou simbólicos. Defende também o estabelecimento de protocolos de parceria estáveis com as autarquias, baseados em objetivos partilhados e financiamento plurianual, que permitam às associações planear e agir com autonomia real: “*só assim a relação deixa de ser instrumental e passa a ser verdadeiramente colaborativa*”.

13.9 Alterações legislativas em matéria de migrações

O especialista é categórico ao afirmar que “*as recentes alterações legislativas dificultam, e muito, o trabalho das associações cabo-verdianas e o processo de integração em geral*”. Argumenta que o atual contexto legislativo contraria a realidade demográfica e económica do país: “*Portugal precisa de imigrantes — isso não é uma opinião, é um facto estrutural*”.

Para ilustrar esta divergência, aponta o exemplo de Espanha, que segue uma política migratória diametralmente oposta: mais pragmática, orientada para a integração e para a captação de mão-de-obra qualificada e não qualificada de que a economia necessita.

Em Portugal, vive-se uma “*deriva ideológica*” que subordina a política migratória a uma agenda securitária e de controlo, desligada das necessidades reais do país. Esta mudança produz um quadro legislativo que burocratiza ainda mais os processos, restringe direitos

e cria um clima de insegurança jurídica que afeta não apenas os recém-chegados, mas também quem já está integrado há anos.

O especialista alerta que Portugal vai “*pagar uma fatura pesada por estas escolhas*”, que incluem a escassez de mão-de-obra, o envelhecimento demográfico não compensado e a erosão da confiança das comunidades migrantes em Portugal como país de acolhimento. Contudo, reconhece que a gestão eficaz dos fluxos migratórios é necessária e legítima: “*o problema não é gerir — é a forma como está a ser feita, que é, francamente, surreal na sua desconexão da realidade*”.

13.10 Importância das redes comunitárias cabo-verdianas na AML

O especialista atribui às redes comunitárias cabo-verdianas na AML uma importância estrutural. Na sua perspetiva, estas redes acabam por funcionar, em muitos casos, como o verdadeiro sistema de acolhimento de facto, muito antes de qualquer política pública chegar.

A comunidade cabo-verdiana é uma das mais antigas e enraizadas em Portugal, com décadas de presença na AML. Isso traduz-se numa teia densa de relações familiares, de vizinhança, laborais e associativas que funciona como rede de segurança para os recém-chegados — orientando na procura de alojamento, emprego, escola para os filhos e acesso aos serviços de saúde. O entrevistado sublinha que este capital social, acumulado ao longo de gerações, “*não deve ser subestimado*”.

Do ponto de vista do especialista, esta dimensão informal é complementar — e muitas vezes anterior — ao trabalho das associações formais. As redes comunitárias operam com uma agilidade e proximidade afetiva que nenhuma instituição replica, desempenhando um papel decisivo na redução da vulnerabilidade nos primeiros tempos de instalação.

Apesar da sua importância, o entrevistado alerta para a necessidade de “*não romantizar este papel*”. As redes comunitárias não substituem políticas públicas — podem amortecer choques, mas não resolvem problemas estruturais como a habitação, a regularização documental ou o acesso à saúde. O risco, segundo o especialista, é que “*o Estado se*

acomode à existência destas redes e use a sua eficácia informal” como justificação para não investir em respostas formais adequadas.

O entrevistado defende que o desafio central é reconhecer, valorizar e articular estas redes com as políticas públicas — em vez de as ignorar ou substituir.

13.11 Mudanças estruturais essenciais para melhorar o ecossistema de acolhimento

Quando questionado sobre mudanças estruturais, o entrevistado é enfático ao afirmar que se trata “*de transformações que vão além de medidas avulsas ou ajustes administrativos*”, mas sim “*de uma reconfiguração da forma como Portugal pensa e organiza o acolhimento e a integração*”. A análise do especialista destaca cinco dimensões estruturantes: política, institucional, financeira, territorial e cultural.

Mudança política: necessidade de construir “*um consenso alargado em torno de uma política de integração estável, desideologizada*” e baseada em evidência. Enquanto a imigração continuar a ser tratada como tema de agenda eleitoral — e não como política de Estado de longo prazo — as respostas permanecerão fragmentadas e reversíveis.

Mudança institucional: simplificar radicalmente os processos burocráticos e dotar os serviços públicos de recursos humanos e tecnológicos adequados para responder com celeridade. O especialista descreve o atual cenário como forma de “*violência institucional*” que não pode continuar.

Mudança financeira: criação de um modelo de financiamento estável e plurianual para as associações de imigrantes, reconhecendo-as formalmente como parceiras do sistema público de acolhimento — “*não como prestadoras de serviços ocasionais*”.

Mudança territorial: investir nas respostas de proximidade a nível local — autarquias, juntas de freguesia, centros comunitários — “*porque é aí que a integração acontece ou falha*”. A AML concentra uma parte enorme da população migrante em Portugal, mas não dispõe de recursos e instrumentos à altura dessa realidade.

Mudança cultural: considerada pelo especialista como a mais transformadora. Sublinha a necessidade de investir numa narrativa pública que apresente a imigração como um ativo e não como um problema — nas escolas, nos meios de comunicação, no discurso político. Sem esta mudança de fundo, todas as outras reformas correm o risco de ser contrariadas pelo clima social que as rodeia.

A presente dissertação procura aprofundar a compreensão do papel das OES no acolhimento, integração e inclusão de pessoas migrantes cabo-verdianas na AML. Para isso, analisaram-se as práticas, estratégias, dificuldades, redes de apoio mobilizadas e a capacidade de gestão de recursos destas organizações, a partir da perspectiva dos seus profissionais. As questões de investigação previamente definidas permitiram identificar diferentes dimensões do acolhimento, desde as práticas e estratégias adotadas até às semelhanças e diferenças existentes entre as associações entrevistadas.

Relativamente à primeira questão de investigação — *Como se organizam e estruturam internamente as práticas de acolhimento nas OES que apoiam pessoas migrantes cabo-verdianos na AML? (Q1)* — a análise dos dados recolhidos comprova que as OES dispõem de modelos internos de organização e práticas de acolhimento complexos, flexíveis e fortemente ancorados na proximidade comunitária. Estas entidades revelam uma elevada capacidade de adaptação às necessidades específicas das pessoas migrantes, oferecendo um acolhimento multifacetado e longe de ser uniforme, moldado tanto pelas características das pessoas migrantes como pela estrutura organizacional da própria associação. As práticas identificadas articulam funções de mediação entre as instituições e a comunidade, preservação da identidade cabo-verdiana, apoio jurídico, orientação social, entre outras dimensões fundamentais no processo de integração.

No que respeita à segunda questão de investigação — *Que estratégias, atividades e serviços são mobilizados pelas associações para apoiar pessoas migrantes cabo-verdianos recém-chegados? (Q2)* — os dados revelam que as associações desenvolvem um conjunto amplo e diversificado de apoios e serviços. Entre eles destacam-se os apoios jurídico e documental, a mediação com serviços públicos, atividades comunitárias, orientação laboral e acompanhamento emocional. Embora muitas destas organizações tenham uma missão formal predominantemente cultural, na prática assumem também funções administrativas, sociais, jurídicas e comunitárias, respondendo a necessidades que ultrapassam largamente o âmbito cultural.

A investigação revelou ainda que as associações constroem a sua *legitimidade (Q3)* — a partir da relação de confiança estabelecida com a comunidade cabo-verdiana onde estão inseridas, da articulação com diversos parceiros institucionais e da capacidade de responder a necessidades que o Estado, muitas vezes, não consegue suprir. Além disso, a

sua longevidade, consistência e neutralidade político-partidária surgem como elementos centrais que reforçam essa legitimidade, fazendo do associativismo cabo-verdiano em Portugal um importante recurso identitário e comunitário (Sardinha, 2002).

As práticas desenvolvidas pelas associações contribuem de forma significativa para a integração sociocultural de pessoas migrantes (Q4) — ao promoverem sentimentos de pertença, participação comunitária e acesso a oportunidades educativas e profissionais. As associações cabo-verdianas assumem um papel importante na dinamização sociocultural das comunidades, funcionando como espaços de produção e preservação cultural, convivência comunitária, participação cívica e articulação transnacional. A mediação cultural destaca-se como elemento fundamental deste processo, facilitando a adaptação a novas normas sociais e reduzindo barreiras linguísticas e institucionais.

A quinta questão — de que forma as associações influenciam o acesso das pessoas migrantes cabo-verdianas a direitos fundamentais e serviços públicos? (Q5) — evidencia que as associações cabo-verdianas atuam como mediadoras centrais entre as instituições públicas e as pessoas migrantes, orientando-as e acompanhando-as nos processos de acesso aos serviços essenciais. As entrevistas mostram que, sem esta intervenção, muitas pessoas migrantes enfrentariam obstáculos ainda mais significativos no acesso à informação, documentação, educação e habitação.

As associações desempenham um papel central na criação e no fortalecimento de redes de suporte social, comunitário e institucional (Q6) — ao articularem-se com parceiros públicos, institucionais, comunitários e culturais, conseguindo responder de forma mais eficaz às diversas necessidades dos imigrantes cabo-verdianos. Estas redes, tanto formais (Câmara Municipal, Junta de Freguesia, bombeiros, polícia municipal, PSP, INEM (Instituto Nacional de Emergência Médica), instituições de ensino, empresas e outras associações) como informais (baseadas no diálogo, na confiança e na entreajuda comunitária), ampliam a circulação de informação, promovem o apoio mútuo e reforçam o sentimento de pertença. Assim, constituem um elemento estruturante da integração da comunidade cabo-verdiana na AML.

A investigação identificou um conjunto de ***desafios significativos enfrentados por estas organizações no desenvolvimento das práticas de acolhimento e integração (Q7)***. Entre

os principais obstáculos encontram-se a instabilidade financeira, a dependência de projetos de curta duração e apoios pontuais, a escassez de recursos humanos, a forte dependência do trabalho voluntário, a burocracia institucional, a falta de espaços físicos adequados e as dificuldades de articulação com os serviços públicos. Estes constrangimentos limitam a capacidade das associações para garantir respostas contínuas, consistentes e sustentáveis.

Por fim, o estudo permitiu identificar *semelhanças e diferenças entre as associações que participaram na investigação (Q8)*. Embora todas partilhem princípios de proximidade, mediação cultural e solidariedade, distinguem-se na capacidade de mobilizar recursos, no grau de profissionalização das suas equipas, na sua estrutura e organização interna e na intensidade de articulação com as instituições públicas. Estas diferenças resultam de fatores históricos, territoriais, identitários e organizacionais, refletindo a diversidade interna do movimento associativo cabo-verdiano.

A investigação conclui que as OES, em particular as associações cabo-verdianas, desempenham um papel indispensável no processo de acolhimento e integração de pessoas migrantes, sobretudo na AML, onde se concentra uma parte significativa da comunidade cabo-verdiana. Apesar dos obstáculos enfrentados no dia-a-dia — falta de recursos humanos, dificuldades financeiras, burocracia institucional e dificuldades de articulação com os serviços públicos — a sua intervenção revela-se essencial para reduzir desigualdades, promover autonomia, facilitar o acesso a direitos e fortalecer redes de suporte. O apoio às entidades da Economia Social, o reconhecimento institucional e o financiamento sustentável são fundamentais para que estas organizações continuem a desempenhar o seu papel de forma mais eficaz e humanizada. Contudo, é importante sublinhar que este papel não deve ser confundido com o dever do Estado. As associações não devem substituir responsabilidades que competem ao poder público no domínio do acolhimento e integração. O Estado não pode acomodar-se à existência destas organizações, delegando nelas necessidades estruturais que lhe cabe assegurar.

Limitações

Durante o trabalho de campo, a investigadora deparou-se com um conjunto de limitações que condicionaram o desenvolvimento da investigação. O número reduzido de participantes nas entrevistas dificultou a comparabilidade entre os casos e impossibilitou a generalização dos resultados para todas as OES que lidam com comunidades cabo-verdianas na AML. A própria delimitação geográfica, centrada nas associações que têm sede na AML, limitou o alcance dos resultados e excluiu a inclusão de outras organizações sediadas noutras regiões do país.

Embora a abordagem qualitativa seja adequada aos objetivos do estudo, não permite a extrapolação dos resultados para todas as OES que trabalham com pessoas migrantes. Além disso, a investigação desdobra-se exclusivamente sobre as perspetivas dos profissionais e representantes das associações, não incluindo nas entrevistas as vozes das próprias pessoas migrantes que procuram os apoios das OES. A ausência destas perspetivas limita a compreensão das experiências e desafios vividos no processo de acolhimento e integração; a inclusão destas vozes poderia enriquecer significativamente a investigação.

Sugestões futuras

Embora esta investigação tenha aprofundado o papel das OES no acolhimento e integração de pessoas migrantes cabo-verdianas, a análise realizada permite identificar um conjunto de sugestões para futuros trabalhos de investigação neste domínio. O contexto político atual e as diversas experiências associativas tornam este campo particularmente fértil para novas linhas de investigação. Assim, a investigadora propõe algumas recomendações que poderão aprofundar o conhecimento sobre a intervenção das OES nos processos de acolhimento e integração:

- **Estudar as dinâmicas internas das OES**, como a sobrecarga das equipas, a falta de formação, a ausência de profissionalização dos dirigentes, a escassez de recursos e a forma como estas dinâmicas influenciam a intervenção destas organizações;

- **Incluir a perspetiva de pessoas migrantes cabo-verdianas**, o que permitiria compreender os desafios, expectativas e perceções sobre o processo de acolhimento e integração;
- **Analisar o impacto das alterações legislativas em matéria de migração a longo prazo**, e como estas mudanças influenciam o trabalho das OES no apoio às comunidades migrantes;
- **Estudar com maior profundidade as articulações entre as OES e o Estado**, analisando as redes de suporte entre associações, AIMA, autarquias, juntas de freguesia, escolas e centros de saúde;
- **Investigar o papel das redes informais e da diáspora no processo de acolhimento e integração**, que, embora sejam atores importantes, permanecem pouco explorados do ponto de vista científico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA). (2025). *Relatório de Migrações e Asilo 2024*. DPEE – Direção de Planeamento, Estudos e Estatística.
<https://aima.gov.pt/media/pages/documents/fec4d6a712-1760603125/relatorio-migracoes-e-asilo-2024.pdf>
- Albuquerque, R. (2005). Dinâmicas associativas e comunidades imigrantes. Em *SOS Racismo (ed.), A imigração em Portugal: Os movimentos humanos e culturais em Portugal* (pp. 366–381). SOS Racismo. <http://hdl.handle.net/10400.2/1316>
- Albuquerque, R. (2008). *Associativismo, capital social e mobilidade: Contributos para o estudo da participação associativa de descendentes de imigrantes africanos lusófonos em Portugal* [Tese de Doutoramento em Sociologia, UNIVERSIDADE ABERTA]. <http://hdl.handle.net/10400.2/1271>
- Albuquerque, R. (2013). *Associativismo, Capital Social e Mobilidade: Contributos para o Estudo da Participação Associativa de Descendentes de Imigrantes Africanos Lusófonos em Portugal* (1.^a ed.). Observatório da Imigração, ACIDI, I.P.
https://books.google.pt/books?hl=pt-PT&lr=&id=W_JcAwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PA9&ots=cBwpTuscne&sig=XXldSucKq3ShZHeT_BekKNIUfBY&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false
- Ander Egg, E. (2011). *Aprender a investigar: Nociones básicas para la investigación social* (1º Edición). Editorial Brujas.
- Assembleia da República. (2005). *Constituição da República Portuguesa, Artigo 82.o, 86, Assembleia da República Série I (2005)*.

<https://diariodarepublica.pt/dr/legislacao-consolidada/decreto-aprovacao-constituicao/1976-34520775-49507575>

Assembleia da República. (2013). *Lei n.º 30/2013, Lei de Bases da Economia Social*.

Diário da República n.º 88/2013, Série I de 2013-05-08.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei/30-2013-260892>

Assembleia da República. (2026). *Lei Orgânica n.º 1/2026, de 18 de maio | DR*.

<https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/lei-organica/1-2026-1123539996>

Associação Portuguesa de Investigação sobre Refugiados (APIRP). (2022, janeiro 14).

Sistema Europeu Comum de Asilo. <https://apirp.pt/sistema-europeu-comum-de-asilo/>

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

<https://madmunifacs.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/08/anc3a1lise-de-contec3bado-laurence-bardin.pdf>

Batalha, L., & Carling, J. (Eds.). (2008). *Transnational archipelago: Perspectives on Cape Verdean migration and diaspora*. Amsterdam University Press.

Banco de Cabo Verde (BCV). (2024). *Dia Internacional das Remessas Familiares*.

<https://www.bcv.cv/pt/O%20Banco/Sala%20de%20Imprensa/Arquivo/Paginas/Dia-Internacional-das-Remessas-Familiares-.aspx>

Banco Mundial (BM). (2023). *Overview*. World Bank.

<https://www.worldbank.org/en/topic/migration/overview>

BM. (2025). *Overview*. World Bank.

<https://www.worldbank.org/en/country/caboverde/overview>

Bobbio, N. (1982). *O Conceito de Sociedade Civil* (1.ª). Edições Graal Ltda.

https://www.academia.edu/25673845/_Bobbio_Noberto_O_Conceito_de_Sociedade_Civil

- Brzozowski, J. (2012). Migração internacional e desenvolvimento econômico. *Estudos Avançados*, 26(75), 137–156. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000200009>
- Carita, C., & Rosendo, V. N. (1993). Associativismo cabo-verdiano em Portugal: Estudo de caso da Associação Cabo-verdiana em Lisboa. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 13, 135–152. <https://sociologiapp.iscte-iul.pt/pdfs/27/274.pdf>
- Carvalhais, I. E. (2006). Condição pós-nacional da cidadania política: Pensar a integração de residentes não-nacionais em Portugal. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 50, 109–130. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/416/1/article_hdl416.pdf
- Carvalho, C. L. S. de. (2025). *Trabalho das organizações da economia social na inclusão de pessoas migrantes – Estudo de caso do Centro Comunitário São Cirilo* [Dissertação de Mestrado em Práticas Jurídicas e Empresariais na Economia Social, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO POLITÉCNICO DO PORTO]. <https://recipp.ipp.pt/entities/publication/2ba85504-239f-4067-b9ce-4d646a3dc0e2>
- CIVICUS. (2024). *Sociedade Civil num mundo em crise*. <https://publications.civikus.org/publications/state-of-civil-society-report-socs-2024/>
- Dias, I. (2012). *O Movimento Associativo das Diásporas Brasileira e Cabo-verdiana em Portugal na Promoção do Nexo Migração-Desenvolvimento* [Universidade do Minho Escola de Economia e Gestão]. (Repositório institucional da Universidade do Minho).

<https://repositorium.uminho.pt/entities/publication/059ee9e7-33f3-4813-af4d-b8c75fa2c6a3>

Fernandes, T. (2016). *A Sociedade Civil*. Fundação Francisco Manuel Dos Santos.

Ferreira, F. I. (2011). As fronteiras da animação sociocultural. Em *A animação sociocultural, associativismo e educação* (pp. 123–145). Intervenção.
<https://hdl.handle.net/1822/16248>

Flick, U. (2009). *An introduction to qualitative research* (4. ed., repr). SAGE.
<https://vivauniversity.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/02/flick-2009-an-introduction-to-qualitative-research-full-book.pdf>

Fortin, M. F. (2003). *O processo de investigação: Da concepção à realização* (3. ed). Lusociência.
https://www.academia.edu/42384751/O_processo_de_investiga%C3%A7%C3%A3o_FORTIN

Franco, R. C., Sokolowski, S. W., Hairel, E. M. H., & Salamon, L. M. (2005). *O sector não lucrativo português numa perspectiva comparada*. Faculdade de Economia e Gestão Universidade Católica Portuguesa Porto, Portugal. https://s3.eu-west-2.amazonaws.com/akdn.org-files/s3fs-public/Publications/2008_portugal_nonprofitsector.pdf

Gil, A. C. (2008). *Métodos E Técnicas De Pesquisa Social* (6.^a ed.). Atlas.
<https://ayanrafael.com/wp-content/uploads/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>

Góis, P. (2006). *Emigração Cabo-Verdiana para (e na) Europa e a sua Inserção em Mercados de Trabalho Locais: Lisboa, Milão, Roterdão* [Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra].

<https://books.google.pt/books?id=NID84A0sjDEC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false>

- Góis, P. (2008a). Cabo-verdianos em Portugal: «comunidades» e identidade. Em *Comunidade(s) Cabo-verdiana(s): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-verdiana* (pp. 25–36). ACIDI, I.P.
- Góis, P. (Ed.). (2008b). *Comunidade(s) Cabo-Verdiana(s): As múltiplas faces da imigração Cabo-Verdiana* (First edition). Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI, I.P.).
https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/43587/1/Comunidade_s%20cabo-verdiana_s.pdf
- Góis, P., Abecasis, F., Alfaiate, J., Hancock, M., & Lozano, L. (2019). *Casa comum—Migrações e desenvolvimento em Portugal*. Animar – Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local. <https://arquivo.animardl.pt/documentacao/pdf/108-migracoes/3279-casa-comum-migracoes-e-desenvolvimento-em-portugal>
- Góis, P., & Marques, J. C. (2018). Retrato de um Portugal migrante: A evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *e-cadernos CES*, 29. <https://doi.org/10.4000/eces.3307>
- Governo de Cabo Verde. (2025). *Geografia*. Governo de Cabo Verde.
<https://www.governo.cv/o-arquipelago/geografia/>
- Haas, H., Castles, S., & Miller, M. J. (2020). *The age of migration: International population movements in the modern world* (Sixth edition). The Guilford Press.
<https://www.guilford.com/books/The-Age-of-Migration/Haas-Castles-Miller/9781462542895>

- Henriques, A. M. C. (2003). Que há de Novo na Sociedade Civil? *Nação e Defesa*, 2^a, 106, 135–151. <https://revistas.rcaap.pt/nacao/article/view/39332>
- Horta, A. P. B., Machado, A. R., Mendes, A., González, A., Horta, A. P. B., Vianna, C., Necker, E. E., Mendes, F., Pereira, F., Cunha, I., Sardinha, J., Neves, J. L., Pilati, K., Jorba, L., Morales, L., Rocha-Trindade, M. B., Quintino, M. C. R., Palacino, M. H., Mendes, P., ... Albuquerque, R. (2010). *Associativismo Imigrante*. ACIDI, I.P. <https://books.google.pt/books?id=vIJ5DwAAQBAJ>
- Instituto Nacional de Estatística (INE). (2021). *Migração 2021*. INE. <https://ine.cv/publicacoes/migracao-2021/>
- International Organization for Migration (IOM). (2019). *Droit international de la migration* (p. 262). <https://publications.iom.int/books/droit-international-de-la-migration-ndeg-34-glossaire-de-la-migration>
- IOM. (2024a). *World Migration Report 2024*. United Nations. <https://doi.org/10.18356/9789292685980>
- IOM. (2024b). *World Migration Report 2024: Chapter 2 (Portuguese)*. <https://publications.iom.int/books/world-migration-report-2024-chapter-2-portuguese>
- IOM. (2026). *Cabo Verde*. International Organization for Migration. <https://www.iom.int/countries/cabo-verde>
- Jensen, M. N. (2006). Concepts and conceptions of civil society. *Journal of Civil Society*, 2(1), 39–56. <https://doi.org/10.1080/17448680600730934>
- Lopes, H. U. M. (2012). *A presença em Cabo Verde de objectos adquiridos no exterior pela diáspora – Visão dos emigrantes residentes em Portugal* [Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10362/7557>

- Martinho, A. L., & Topa, J. (2025). *Estudo sobre Tendências Migratórias no Porto – uma análise exploratória* (p. 55). CEOS.PP – Centro de Estudos Organizacionais e Sociais do Politécnico do Porto.
<https://doi.org/10.56002/ceos.0124b>
- Meira, D. (2013). A Lei De Bases Da Economia Social portuguesa: Do Projeto ao texto final. *CIRIEC-España*, 24, 32. <https://ciriec-revistajuridica.es/>
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2005). *Despacho n.º 16155/2005 (2.ª série) | DR*. https://diariodarepublica.pt/dr/detalhe/despacho/16155-2425421?utm_source=copilot.com
- Nolasco, C. (2016). *Migrações internacionais: Conceitos, tipologia e teorias*. Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES).
https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/14615_Oficina_434.pdf
- Organização das Nações Unidas (ONU). (1978). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. <https://diariodarepublica.pt/dr/geral/legislacao-relevante/declaracao-universal-direitos-humanos>
- ONU. (1990). *International Convention on the Protection of the Rights of All Migrant Workers and Members of Their Families*. <https://www.ohchr.org/en/instruments-mechanisms/instruments/international-convention-protection-rights-all-migrant-workers>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2024). *Plano de Ação para as Migrações*.
<https://portugal.gov.pt/gc24/comunicacao/documentos/plano-de-acao-para-as-migracoes>
- Ramos, M. da C. P. (2012). Migrações, desenvolvimento e dinâmicas locais e regionais. Em *Major Issues of the European Space: Planning policies and territorial*

- restructuring in European Peripheries*. Universidade do Porto, FLUP & Edições Milena Press. <http://hdl.handle.net/10400.2/16790>
- Resolução do Conselho de Ministros. (2015). *Plano Estratégico para as Migrações | 2015-2020—IHRU* (N. 55; p. 74). Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.).
<https://eurocid.mne.gov.pt/sites/default/files/repository/paragraph/documents/19028/pemnet.pdf>
- Ribeiro, M., & Jorge, S. R. (2011). *Literaturas insulares: Leituras e escritas de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe*. Edições Afrontamento.
- Sardinha, J. M. S. (2002). O associativismo cabo-verdiano na Área Metropolitana de Lisboa e a inserção da comunidade cabo-verdiana na sociedade portuguesa. *GeoInova*, 25. <https://geoinova.fcsh.unl.pt/revistas/files/n8-2.pdf>
- Teixeira, E. (2001). *Local E O Global: Limites e desafios da participação cidadã*. Cortez Editora. <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1744>
- United Nations. (1951). *Convention Relating to the Status of Refugees*.
<https://www.unhcr.org/media/1951-refugee-convention-and-1967-protocol-relating-status-refugees>
- United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR). (1967). *Protocol Relating to the Status of Refugees*. <https://www.unhcr.org/media/1951-refugee-convention-and-1967-protocol-relating-status-refugees>
- Veiga, S. M. M. C. da. (2012). *Os Emigrantes cabo-verdianos em Portugal: Identidade construída* [Universidade Nova de Lisboa – FCSH.].
<https://run.unl.pt/bitstream/10362/8104/1/sandra.pdf>

Apêndice I – Guião de Entrevista Semiestruturada

Introdução com uma contextualização da dissertação e apresentação de consentimento informado.

Ficha de caracterização do(a) entrevistado(a)

Sexo/Género:

Idade:

Grau de escolaridade:

Nacionalidade:

Concelho/Zona de residência (AML):

Qual é a sua função na associação:

Como conheceu a associação:

Há quanto tempo está envolvido(a)?

Alguma vez teve experiência pessoal enquanto utilizador(a) de uma associação de apoio a migrantes? Se sim, como foi essa experiência?

Caracterização da associação

- 1) Quando foi criada a associação e com que missão inicial? De que forma essa missão tem evoluído ao longo do tempo?
- 2) Que respostas e atividades a associação desenvolve atualmente?
- 3) Em que zonas ou concelhos da Área Metropolitana de Lisboa atuam?
- 4) Como se financia a associação?
- 5) Quantas pessoas trabalham atualmente na associação e em que regime (voluntários, contratados)?
 - a. Que tipos de contrato existem?
- 6) Quantos membros/associados a organização tem?
- 7) A associação tem espaço físico? Como é e se é suficiente?

8) Quem procura mais a associação (perfil e principais motivos)?

Acolhimento na prática

9) De que forma a vossa organização contribui para o acolhimento e integração de pessoas migrantes?

10) Que tipo de pedidos aparecem com mais frequência em recém-chegados cabo-verdianos?

11) Como funciona o atendimento: há triagem, marcações, horários, acompanhamento de casos?

- a. Têm critérios de prioridade?
- b. Conseguem acompanhar até à “resolução” ou fazem sobretudo encaminhamento?

Serviços e estratégias mobilizadas

12) Que serviços/apoios prestam diretamente?

13) Que atividades e iniciativas promovem para integração sociocultural?

- c. Que rede de parceiros mobilizam para promover essa integração?

Acesso a direitos e relação com serviços públicos

14) Onde verificam maiores dificuldades no acesso a direitos e serviços públicos por parte das pessoas migrantes?

15) Como apoiam as pessoas nesses processos?

16) Como é a relação da vossa associação com entidades públicas e autarquias?

- d. Há articulação regular?
- e. O que funciona e o que falha?

17) Qual é a perspetiva da associação perante as recentes alterações legislativas na área das migrações em Portugal?

Redes de suporte e papel comunitário

18) Que papel tem a associação na criação/fortalecimento de redes de suporte?

19) Como lidam com situações de isolamento, vulnerabilidade ou conflitos?

Perspetivas sobre legitimação, confiança e representatividade

20) Como a associação ganha e mantém confiança da comunidade cabo-verdiana na AML?

f. Como são comunicados os serviços e direitos?

21) Sentem reconhecimento e legitimidade por parte de parceiros/Estado?

g. Em que sinais concretos?

Desafios e dinâmicas internas

22) Quais são hoje os principais desafios para acolher e integrar?

23) Que necessidades internas a associação enfrenta atualmente?

Comparação e boas práticas

24) O que distingue a vossa associação de outras associações cabo-verdianas na AML?

25) Que práticas consideram “boas práticas” e porquê?

26) Se pudesse propor 3 melhorias para o ecossistema de acolhimento na AML, quais seriam?

Fecho

27) Há algo importante que não tenhamos falado no âmbito do tema e que queira partilhar para o estudo?

Agradecimentos finais e reforço de partilha dos resultados no final do estudo, com o compromisso de envio da dissertação.

Apêndice II – Consentimento Informado para Participação em Entrevista

No âmbito da Dissertação de Mestrado em Práticas Empresariais e Jurídicas da Economia Social, a realizar no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), pela aluna Ellen Deyse Duarte da Cruz, sob orientação de Ana Luísa Martinho e coorientação de Joana Marques, solicita-se a sua colaboração.

Esta investigação tem como objetivo compreender de que forma o trabalho desenvolvido pelas organizações da economia social, mais concretamente as associações cabo-verdianas na Área Metropolitana de Lisboa contribui para o acolhimento e integração de pessoas migrantes cabo-verdianas, incluindo práticas de apoio, articulação com entidades e principais desafios. A sua participação é importante por permitir recolher informação baseada na experiência de quem conhece de perto a realidade e o funcionamento destas associações.

A entrevista é voluntária, terá a duração aproximada de 40 minutos e poderá não responder a qualquer questão, bem como interromper ou terminar a entrevista em qualquer momento, sem necessidade de justificação e sem qualquer prejuízo.

A informação recolhida será tratada com confidencialidade e, na dissertação, o(a) participante será identificado(a) por código, não sendo divulgados dados pessoais. Poderão ser incluídos excertos das respostas, sempre sem elementos que permitam identificar o(a) participante. Relativamente à identificação ou não da associação, será respeitada a opção assinalada no final deste documento.

Solicita-se, ainda, a sua autorização para a gravação áudio da entrevista, exclusivamente para efeitos de transcrição e análise académica. Caso não autorize a gravação, serão apenas recolhidas notas durante a entrevista.

Se tiver alguma dúvida antes, durante ou após a entrevista, poderá contactar a investigadora através do email ellendacruz2017@gmail.com.

Agradeço, desde já, a sua disponibilidade e colaboração.

Ellen Deyse Duarte da Cruz

Local:

Data:

Declaração (assinalar com X)

- ☐ Aceito participar no presente estudo e autorizo a gravação áudio da entrevista.
- ☐ Aceito participar no presente estudo, mas não autorizo a gravação áudio da entrevista.
- ☐ Não aceito participar no presente estudo.

Identificação da associação na dissertação (assinalar com X)

- ☐ Autorizo a menção do nome da associação na dissertação.
- ☐ Não autorizo a menção do nome da associação (será usado código/designação genérica).

Nome do(a) participante: _____

Função/Cargo: _____

Assinatura: _____

Data: ____ / ____ / ____

Local: _____

Contacto para envio de resultados (opcional): _____

Apêndice III – Guião de Entrevista Semiestruturada com o especialista

Introdução com uma contextualização da dissertação e apresentação de consentimento informado.

Ficha de Caracterização do Entrevistado

Nome:

Sexo/Género:

Idade:

Formação académica:

Nacionalidade:

Local de residência:

Experiência profissional:

Já trabalhou diretamente com comunidades de migrantes cabo-verdianas?

Já colaborou com associações cabo-verdianas?

Questões:

1. A partir da sua experiência enquanto sociólogo, como caracteriza o papel das associações cabo-verdianas na integração de migrantes em Portugal.
2. Na sua perspetiva, quais são hoje os principais desafios enfrentados por cabo-verdianos que imigram para Portugal.
3. Que fatores considera mais determinantes para uma integração bem-sucedida.
4. Como avalia o contributo das associações cabo-verdianas para o acolhimento e integração.
5. Que práticas considera mais eficazes no apoio a recém-chegados.
6. Que fragilidades identifica no funcionamento destas associações.
7. Como descreve a relação entre associações cabo-verdianas, Estado e autarquias.
8. As recentes alterações legislativas em matéria de migrações facilitam ou dificultam o trabalho destas associações.
9. Que importância têm as redes comunitárias cabo-verdianas na AML para o acolhimento e integração.

10. Que mudanças estruturais considera essenciais para melhorar o ecossistema de acolhimento na AML.
11. Há algum ponto relevante sobre o papel das associações cabo-verdianas que ainda não tenhamos abordado nesta entrevista.

Agradecimentos finais e reforço de partilha dos resultados no final do estudo, com o compromisso de envio da dissertação.